

# DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 99  
Brasília, sexta-feira, 10 de maio de 2024

## Sumário

### Seção 3

Requerimentos.....	3
Ata Circunstanciada da 36ª Sessão Ordinária.....	24
Ata Circunstanciada da 37ª Sessão Ordinária.....	52
Ata Circunstanciada da 17ª Sessão Extraordinária...	86



**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL

### Mesa Diretora

**Presidente:** Deputado Wellington Luiz

**Vice-Presidente:** Deputado Ricardo Vale

**Primeiro Secretário:** Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

**Segundo Secretário:** Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

**Terceiro Secretário:** Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante  
Deputado Pastor Daniel de Castro  
Deputado Daniel Donizet  
Deputada Dayse Amarílio  
Deputado Eduardo Pedrosa  
Deputado Fábio Felix  
Deputado Gabriel Magno  
Deputado Hermeto  
Deputado Iolando Almeida  
Deputada Doutora Jane  
Deputada Jaqueline Silva  
Deputado João Cardoso

**Corregedor:** Deputado Joaquim Roriz Neto

**Procuradora Especial da Mulher:** Deputada Dayse Amarílio

**Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher:** Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

**Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:** Deputado Chico Vigilante

**Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:** Deputado Iolando

**Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude:** Deputado Joaquim Roriz Neto

Deputado Joaquim Roriz Neto  
Deputado Jorge Vianna  
Deputado Martins Machado  
Deputado Max Maciel  
Deputada Paula Belmonte  
Deputado Pepa  
Deputado Ricardo Vale  
Deputado Robério Negreiros  
Deputado Rogério Morro da Cruz  
Deputado Roosevelt  
Deputado Thiago Manzoni  
Deputado Wellington Luiz

**Ouvidor:** Deputado Jorge Vianna

## Seção 3

### Requerimentos



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Paula Belmonte - Gab 22



**REQUERIMENTO Nº DE 2024**  
( Da Senhora Deputada PAULA BELMONTE )

**Requer o registro da Frente  
Parlamentar de Apoio ao Escotismo  
no Distrito Federal.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Com base da Resolução nº 255/2012, requeremos o registro da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal, perante a Mesa Diretora desta Casa de Leis, composta pelos parlamentares que este subscrevem, instituída para promover e acompanhar atividades legislativas, dentre outras ações, visando a implementação de políticas públicas, programas e demais ações governamentais e não governamentais em benefício do escotismo no Distrito Federal.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

O registro da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal visa estreitar os laços entre o Poder Legislativo e o movimento escoteiro para o desenvolvimento integral dos jovens e para a promoção de valores cívicos, sociais e ambientais.

O Escotismo consiste em uma atividade voluntária, global, de caráter educacional, e sem fins lucrativos. No Distrito Federal há diversos grupos de Escotismo e que prega que ser escoteiro, é ser um “cidadão exemplar”, contribuindo no desenvolvimento educacional e social do indivíduo, primando pelos valores relacionados à honra, lealdade, amizade, organização, respeito à natureza, fortalecimento de relações interpessoais, bem como propagando o altruísmo, a lealdade, a fraternidade, a responsabilidade, o respeito a si e aos outros e a disciplina.

O movimento escoteiro oferece uma educação não formal complementar à educação formal, contribuindo para a formação integral dos jovens. Através de atividades ao ar livre, jogos, desafios e projetos comunitários, os escoteiros desenvolvem habilidades cognitivas, sociais, emocionais e físicas, além de valores éticos e morais fundamentais para a sua formação como cidadãos conscientes e responsáveis.

O escotismo incentiva o voluntariado e a prática da solidariedade, proporcionando aos jovens oportunidades de engajamento em projetos de serviço comunitário e ações de responsabilidade social. Através do serviço ao próximo, os escoteiros desenvolvem um senso de responsabilidade e compromisso com o bem-estar da sociedade, contribuindo para a construção de uma comunidade mais justa e solidária.

O escotismo valoriza e promove o respeito e o cuidado com o meio ambiente, incentivando práticas sustentáveis e a conservação da natureza. Através de atividades ao ar

livre, acampamentos e projetos de preservação ambiental, os escoteiros desenvolvem uma conexão profunda com a natureza e adquirem conhecimentos e habilidades para agir de forma responsável e consciente em relação ao meio ambiente.

O escotismo é uma escola de liderança, onde os jovens têm a oportunidade de desenvolver habilidades de liderança, trabalho em equipe, comunicação e resolução de problemas. Através de atividades práticas e desafios, os escoteiros aprendem a liderar e a colaborar de forma eficaz, preparando-se para assumir responsabilidades e desafios na vida adulta.

O escotismo tem um impacto positivo na formação de cidadãos ativos e engajados, que se preocupam com o bem-estar da comunidade e estão dispostos a contribuir para o seu desenvolvimento. Através de valores como o dever para com Deus, a pátria, a família e o próximo, os escoteiros são incentivados a serem agentes de mudança e a fazerem a diferença na sociedade.

Acreditamos que a criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo trará inúmeros benefícios para os escoteiros, uma vez que permitirá uma maior aproximação e cooperação entre o Poder Legislativo e as Associações Escotistas. Além disso, essa iniciativa contribuirá para a promoção do desenvolvimento sustentável, da inclusão social e da garantia dos direitos fundamentais de nossa população.

A Frente Parlamentar tem como finalidade, dentre outras:

I - acompanhar e fiscalizar os programas e as políticas públicas governamentais em benefício da união dos escoteiros no Distrito Federal, manifestando-se nos aspectos mais importantes de sua exequibilidade;

II - promover debates, simpósios, seminários e eventos pertinentes às políticas públicas em defesa do Escotismo no Distrito Federal ;

III - incentivar a formação da união dos escoteiros nas regiões administrativas do Distrito Federal;

IV - promover incentivos de políticas públicas e ações que contribuam para o desenvolvimento e formação do caráter dos jovens escoteiros do Distrito Federal;

V - promover e incentivar o intercâmbio com outros estados e países para a realização de pesquisas, estudos e desenvolvimento técnico científico, auxiliando, assim, na formação intelectual de jovens escoteiros;

VI - procurar, de modo contínuo a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes para o desenvolvimento intelectual dos escoteiros, influndo no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

VII - monitorar as matérias de interesse da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal, junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

VIII - acompanhar e monitorar a elaboração e a execução do orçamento do Distrito Federal com o objetivo de ampliar os investimentos nos programas governamentais destinados aos escoteiros; e

IX - promover a divulgação dos princípios e propósitos do movimento dos escoteiros, bem como incentivar um maior engajamento de jovens do Distrito Federal, cumprindo a promessa escoteira de fazer o melhor possível para cumprir seus deveres para com Deus e nossa pátria, ajudando ao próximo em toda e qualquer ocasião, bem como obedecer à lei escoteira.

Compete à Frente Parlamentar, realizar trabalhos, pesquisas, estudos, conferências, seminários, consultas públicas, audiências públicas, palestras, debates e outros eventos relacionados à sua temática, bem como tomar providencias no sentido de:

I - promover e fortalecer as questões direcionadas aos objetivos da frente parlamentar proposta, por meio do acompanhamento e fiscalização dos programas e das políticas públicas governamentais;

II - defender ações complementares para o segmento;

III - acompanhar, discutir e sugerir proposições legislativas correlatas aos interesses do segmento dentre outras ações; e

IV - garantir ampla participação da sociedade civil nas discussões e encaminhamentos debatidos.

A Frente Parlamentar pretende, dentre outras ações, ampliar o debate do tema para fortalecer o debate sobre políticas públicas voltadas ao escotismo no âmbito do Distrito Federal.

A criação da referida Frente Parlamentar, será composta por vários deputados, onde atuará com a apresentação de temáticas e projetos, com a realização de seminários, audiências públicas, palestras, conferências e outras atividades afins que poderão contar com a contribuição de especialistas da área e representantes de órgãos do governo e da sociedade civil organizada.

Seguem anexos, ata de fundação e constituição da mencionada Frente Parlamentar, bem como o seu estatuto e a relação das assinaturas dos deputados que aderiram à nova entidade, **destacando que serei a representante da respectiva Frente Parlamentar perante a esta Casa de Leis, para prestação das informações necessárias junto à Mesa Diretora**.

A Frente Parlamentar é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir com o desenvolvimento de ações em favor do escotismo no Distrito Federal.

Sendo assim, solicito que este requerimento seja analisado e apreciado pelos nobres parlamentares, a fim de que seja viabilizada a criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal.

Certamente, a criação dessa Frente Parlamentar representará um avanço significativo no fortalecimento e no reconhecimento do Escotismo no Distrito Federal.

Em suma, a Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal busca atuar como uma voz representativa no ambiente político, trabalhando para criar um ambiente favorável ao seu desenvolvimento e contribuindo para o fortalecimento dessas associações como agentes de transformação social.

Neste sentido, solicitamos o registro da “ **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO ESCOTISMO NO DISTRITO FEDERAL**”, utilizando das prerrogativas inerentes a Mesa Diretora do Poder Legislativo, para atuar de forma eficaz ao interesse público.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em ...

(assinado eletronicamente)

**PAULA BELMONTE**  
*Deputada Distrital*

---

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º Andar, Gab 22 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488222  
www.cl.df.gov.br - dep.paulabelmonte@cl.df.gov.br

---

Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169,**

REQ 1341/2024 - Requerimento - 1341/2024 - Deputada Paula Belmonte, Deputado Pepa, Deputado Jo



**Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 13:38:39 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado (a) Distrital**, em 02/05/2024, às 13:44:57 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE VIANNA DE SOUSA - Matr. Nº 00151, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 13:45:02 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MAX MACIEL CAVALCANTI - Matr. Nº 00168, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 14:04:52 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA - Matr. Nº 00142, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 14:43:59 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 15:05:38 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado (a) Distrital**, em 02/05/2024, às 15:13:11 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE ANGELA DA SILVA - Matr. Nº 00158, Deputado (a) Distrital**, em 02/05/2024, às 16:08:19 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **120309** , Código CRC: **55c30454**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Paula Belmonte - Gab 22



**ATA Nº, DE 2024**

**ATA DA FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO  
ESCOTISMO NO DISTRITO FEDERAL**

Em maio de dois mil e vinte e quatro, no Gabinete Parlamentar da Deputada Paula Belmonte, sito na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar, Gabinete nº 22, em Brasília, Distrito Federal, os Senhores e as Senhoras Deputados (as) Distritais que subscreveram a Lista de Adesão (Requerimento) à **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO ESCOTISMO NO DISTRITO FEDERAL**, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012, que “*Dispõe sobre o registro de frentes parlamentares na Câmara Legislativa do Distrito Federal*”, reuniram-se pra fundar e constituir a **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO ESCOTISMO NO DISTRITO FEDERAL**, com a finalidade de discutir e debater sobre: I - acompanhar e fiscalizar os programas e as políticas públicas governamentais em benefício da união dos escoteiros no Distrito Federal, manifestando-se nos aspectos mais importantes de sua exequibilidade; II - promover debates, simpósios, seminários e eventos pertinentes às políticas públicas em defesa do Escotismo no Distrito Federal; III - incentivar a formação da união dos escoteiros nas regiões administrativas do Distrito Federal; IV - promover incentivos de políticas públicas e ações que contribuam para o desenvolvimento e formação do caráter dos jovens escoteiros do Distrito Federal; V - promover e incentivar o intercâmbio com outros estados e países para a realização de pesquisas, estudos e desenvolvimento técnico científico, auxiliando, assim, na formação intelectual de jovens escoteiros; VI - procurar, de modo contínuo a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes para o desenvolvimento intelectual dos escoteiros, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal; VII - monitorar as matérias de interesse da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal, junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; VIII - acompanhar e monitorar a elaboração e a execução do orçamento do Distrito Federal com o objetivo de ampliar os investimentos nos programas governamentais destinados aos escoteiros; e IX - promover a divulgação dos princípios e propósitos do movimento dos escoteiros, bem como incentivar um maior engajamento de jovens do Distrito Federal, cumprindo a promessa escoteira de fazer o melhor possível para cumprir seus deveres para com Deus e nossa pátria, ajudando ao próximo em toda e qualquer ocasião, bem como obedecer à lei escoteira. Definiu-se por consenso dos parlamentares presentes, que a presidência da Frente Parlamentar, será exercida pela Senhora Deputada Paula Belmonte. A Presidente informou sobre o objetivo da reunião, que é a fundação e constituição da **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO ESCOTISMO NO DISTRITO FEDERAL**. Em seguida, foi lido o Estatuto da FRENTE PARLAMENTAR, resultado de debates e consultas anteriores a parlamentares e entidades representativas da sociedade civil. Colocado em votação, o Estatuto foi aprovado por unanimidade, fazendo parte da presente Ata, e, conseqüentemente, foi declarada criada a **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO ESCOTISMO NO DISTRITO FEDERAL**. Ficou decidido que, em reunião futura, serão designados pelo Conselho Executivo, os servidores que exercerem atividades administrativas da Frente Parlamentar. Também foi aprovada a ampliação futura da Frente Parlamentar, com a inclusão de representantes da sociedade civil organizada. Decidiu-se que a Presidente da FRENTE PARLAMENTAR encaminhará esta Ata e o Estatuto à Mesa Diretora, para efeito de registro e publicação, e, em seguida, remeterá toda a documentação referente à mesma Ata aos demais membros da FRENTE

PARLAMENTAR. Decidiu-se, ainda, que a **Presidente da FRENTE PARLAMENTAR, Deputada Paula Belmonte**, será responsável perante a Casa por todas as informações perante a Mesa Diretora. Não havendo mais nada a ser deliberado, a Presidente deu por encerrado os trabalhos, tendo determinado a lavratura da presente ata, a qual, após lida e, achada conforme, foi aprovada ao seu final e assinada pela Presidente, Deputada Paula Belmonte e pelas Senhoras e Senhores Deputados Distritais que subscreveram a Lista de Adesão (Requerimento) à **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO ESCOTISMO NO DISTRITO FEDERAL**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º Andar, Gab 22 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488222  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [dep.paulabelmonte@cl.df.gov.br](mailto:dep.paulabelmonte@cl.df.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 13:38:51, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 13:44:57, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE VIANNA DE SOUSA - Matr. Nº 00151, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 13:45:02, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MAX MACIEL CAVALCANTI - Matr. Nº 00168, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 14:04:52, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA - Matr. Nº 00142, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 14:44:30, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 15:05:38, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 15:13:11, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE ANGELA DA SILVA - Matr. Nº 00158, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 16:08:19, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **120313**, Código CRC: **254f0f1e**





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Paula Belmonte - Gab 22



---

**ESTATUTO Nº, DE 2024**  
**ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AO ESCOTISMO NO DISTRITO FEDERAL**

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E DA NATUREZA**

**Art. 1º** A Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal, é uma associação suprapartidária, de natureza não governamental, constituída no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal e integrada por um terço de Deputados Distritais, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012.

*Parágrafo único.* A Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, regendo conforme a legislação pertinente e por este Estatuto.

**Art. 2º** A Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal tem por objetivo promover o diálogo e a articulação entre parlamentares e representantes das associações escotistas, visando a implementação de políticas públicas, programas e demais ações governamentais e não governamentais em benefício do escotismo no Distrito Federal.

**Art. 3º** A Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal é aberta à participação de parlamentares e de todo cidadão ou entidade que aceite os seus princípios e tenha interesse de transformar em realidade os seus objetivos.

**Art. 4º** A Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal atuará de forma coordenada e articulada com as comissões da Câmara Legislativa do Distrito Federal, visando o intercâmbio de conhecimentos, experiências e estratégias para o cumprimento eficaz de sua finalidade.

**Art. 5º** É vedada a Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal a participação em atividades estranhas à sua natureza e finalidade.

**CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES**

**Art. 6º** São finalidades da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal :

I - acompanhar e fiscalizar os programas e as políticas públicas governamentais em benefício da união dos escoteiros no Distrito Federal, manifestando-se nos aspectos mais importantes de sua exequibilidade;

II - promover debates, simpósios, seminários e eventos pertinentes às políticas públicas em defesa do Escotismo no Distrito Federal ;

III - incentivar a formação da união dos escoteiros nas regiões administrativas do Distrito Federal;

IV - promover incentivos de políticas públicas e ações que contribuam para o desenvolvimento e formação do caráter dos jovens escoteiros do Distrito Federal;

V - promover e incentivar o intercâmbio com outros estados e países para a realização de pesquisas, estudos e desenvolvimento técnico científico, auxiliando, assim, na formação intelectual de jovens escoteiros;

VI - procurar, de modo contínuo a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes para o desenvolvimento intelectual dos escoteiros, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

VII - monitorar as matérias de interesse da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal, junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

VIII - acompanhar e monitorar a elaboração e a execução do orçamento do Distrito Federal com o objetivo de ampliar os investimentos nos programas governamentais destinados aos escoteiros; e

IX - promover a divulgação dos princípios e propósitos do movimento dos escoteiros, bem como incentivar um maior engajamento de jovens do Distrito Federal, cumprindo a promessa escoteira de fazer o melhor possível para cumprir seus deveres para com Deus e nossa pátria, ajudando ao próximo em toda e qualquer ocasião, bem como obedecer à lei escoteira.

*Parágrafo único.* A Frente poderá, para atingir seus objetivos, celebrar termos de parceria, termo de fomento, termo de colaboração com o Poder Público, entidades privadas com ou sem fins lucrativos e organismos internacionais.

**Art. 7º** Compete à Frente Parlamentar, realizar trabalhos, pesquisas, estudos, conferências, seminários, consultas públicas, audiências públicas, palestras, debates e outros eventos relacionados à sua temática, bem como tomar providências no sentido de:

I - promover e fortalecer as questões direcionadas aos objetivos da frente parlamentar proposta, por meio do acompanhamento e fiscalização dos programas e das políticas públicas governamentais;

II - defender ações complementares para o segmento;

III - acompanhar, discutir e sugerir proposições legislativas correlatas aos interesses do segmento dentre outras ações; e

IV - garantir ampla participação da sociedade civil nas discussões e encaminhamentos debatidos.

### **CAPÍTULO III - DOS MEMBROS**

**Art. 8º** Integram a Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal:

I - como membros fundadores os Deputados Distritais integrantes da 9ª Legislatura, e que subscreveram o registro da Frente Parlamentar;

II - como membros efetivos os parlamentares que requererem Termo de Adesão em data posterior ao registro da frente parlamentar; e

III - como colaboradores as pessoas, pesquisadores, especialistas, profissionais, órgãos, entidades, instituições, associações, institutos e assemelhados que se interessarem pelos objetivos da frente parlamentar.

*Parágrafo único.* A Frente Parlamentar poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem no estudo e na prática de ações sociais, econômicas e culturais, indicados pelos membros efetivos da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal e aprovados pela Assembleia Geral.

### **CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA**

**Art. 9º** A Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal tem a seguinte estrutura:

I - a Assembleia Geral, todos os Parlamentares que aderiram o registro da Frente Parlamentar, membros fundadores e efetivos;

II - o Conselho Executivo, integrado por:

a) 1 (um) Presidente;

b) 1 (um) Vice-Presidente; e

c) 3 (três) Secretários Executivos.

*Parágrafo único.* O mandato dos membros do Conselho Executivo será de 2 (dois) anos, com direito a reeleição.

**Art. 10.** Compete à Assembleia Geral:

I - eleger ou destituir os integrantes do Conselho Executivo e do Conselho Consultivo;

II - aprovar os relatórios apresentados pelo Conselho Executivo;

III - estabelecer as diretrizes políticas da atuação da Frente Parlamentar;

IV - supervisionar a atuação do Conselho Executivo; e

V - promover as alterações necessárias a este Estatuto.

*Parágrafo único.* As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Frente Parlamentar, em primeira chamada, e por maioria simples dos votantes, presentes dez por cento de seus membros, na hipótese de segunda chamada.

**Art. 11.** Compete ao Conselho Executivo:

I - implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembleia Geral;

II - tomar as decisões políticas e administrativas necessárias para que se atinjam os objetivos da Frente Parlamentar;

III - elaborar relatórios sobre a atuação da Frente Parlamentar; e

IV - convocar a Assembleia Geral.

**§ 1º** São atribuições do Presidente:

I - representar a Frente Parlamentar perante às Casas Legislativas;

II - representar a Frente Parlamentar junto a entidades públicas e privadas;

III - convocar as reuniões do Conselho Executivo; e

IV - presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia Geral.

**§ 2º** São atribuições do Vice-Presidente auxiliar o Presidente e substituí-lo em casos de impedimento ou ausência.

**§ 3º** São atribuições dos Secretários Executivos:

I - planejar e coordenar as atividades do Conselho Executivo; e

II - tomar as iniciativas necessárias para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas.

**§ 4º** Os cargos do Conselho Executivo são privativos de Deputados Distritais.

**§ 5º** O Conselho Executivo, poderá valer-se do apoio de assessores e servidores públicos para desempenhar funções administrativas da Frente Parlamentar, por delegação de competência.

**Art. 12.** A Frente Parlamentar será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.

**Art. 13.** Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Executivo.

**Art. 14.** A Assembleia Geral aprovará normas específicas regulando:

- I - as eleições periódicas para os cargos do Conselho Executivo;
- II - o ingresso de novos filiados; e
- III - a desfiliação voluntária ou compulsória.

#### **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 15.** É vedado a todos os membros da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal usufruir ou perceber qualquer tipo de remuneração pelo exercício de seus cargos de direção, permitindo o reembolso de despesas comprovadamente feitas em decorrência de missões específicas, havendo disponibilidade financeira.

**Art. 16.** A Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal terá um Regimento Interno, subsidiário do presente Estatuto, no qual constarão, detalhadamente, os princípios da sua organização interna e das atribuições dos seus conselheiros executivos, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influem na aceitação ou no desligamento de seus membros da destituição de seus conselheiros executivos.

**Art. 17.** O Regimento Interno será aprovado, revogado ou modificado pelo voto da maioria simples dos membros da Frente Parlamentar presentes à Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, convocada para o exame da matéria.

**Art. 18.** O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal, quando se dará a eleição e posse do Conselho Executivo.

Brasília/DF, de maio de 2024.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º Andar, Gab 22 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488222  
www.cl.df.gov.br - dep.paulabelmonte@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 13:39:05, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 13:44:57, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE VIANNA DE SOUSA - Matr. Nº 00151, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 13:45:02, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MAX MACIEL CAVALCANTI - Matr. Nº 00168, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 14:04:52, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA - Matr. Nº 00142, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 14:44:55, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 15:05:38, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 02/05/2024, às 15:13:11, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE ANGELA DA SILVA - Matr. Nº 00158, Deputado (a) Distrital**, em 02/05/2024, às 16:08:19, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>  
Código Verificador: **120317**, Código CRC: **cffec600**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria Legislativa



---

DESPACHO

A Mesa Diretora para publicação (RICL, art. 153, **art. 1º da Resolução nº 255/12**), atendidos os requisitos dos arts 2º e 3º da referida Resolução.

---

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 23.141

Assessor Especial

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8275  
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS - Matr. Nº 23141, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 08/05/2024, às 10:33:57, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **120676**, Código CRC: **786f9854**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Pastor Daniel de Castro - Gab 07



**REQUERIMENTO Nº DE 2024**  
(Do Sr. Deputado Pastor Daniel de Castro)

**Requer o registro da criação da  
“Frente Parlamentar em Defesa do  
Setor Náutico do Distrito Federal.**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO  
DISTRITO FEDERAL:

Requeiro o registro da criação da “Frente Parlamentar em Defesa do Setor Náutico do Distrito Federal”, que atuará com a finalidade de defender os interesses e fomentar todo segmento náutico do Distrito Federal - pesca, marinas, setor produtivo, esportistas, turismo, clubes recreativos, diversos trabalhadores do segmento e outros.

**JUSTIFICAÇÃO**

A “ Frente Parlamentar em Defesa do Setor Náutico do Distrito Federal ” tem o objetivo de discutir e formular políticas públicas voltadas ao atendimento e interesse do segmento náutico do Distrito Federal, bem como defender e proteger os interesses sociais e econômicos nos seus mais variados setores, desde os pescadores, microempreendedores individuais, até os proprietários de clubes recreativos, isto é, de todos que vivem direta ou indiretamente do setor náutico brasileiro.

Ademais, a criação da referida frente se faz necessária em razão das demandas das múltiplas associações que necessitam da liberação do setor náutico junto aos clubes recreativos e às marinas, e que carecem de políticas públicas que os auxiliem neste momento tão difícil na história do nosso país.

Ressalta-se que, atualmente, o setor de turismo náutico emprega indiretamente milhares de trabalhadores que vão desde os profissionais que cuidam das embarcações até aqueles que as conduzem no âmbito do lazer/recreio, ou como atividade profissional. Assim, trata-se de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, pais e mães de famílias, que passam por incontáveis dificuldades.

Há de se destacar que o Lago Paranoá tem atraído investimentos privados e constitui alternativa de esporte, lazer e principalmente geração de emprego e renda para os milhares de cidadãos que dependem do turismo náutico da orla. Embora seja um setor de expressiva contribuição na economia brasileira, ainda carece de legislação que garanta segurança jurídica a todos que usufruem do Lago.

Destarte, a Frente Parlamentar contribuirá para segurança e saúde pública ao fomentar debates e discussões sobre as medidas e regras internas que deverão ser seguidas pelas associações em caso de retorno das atividades, além de formular, discutir e apresentar proposições de melhoria e fortalecimento do segmento e das pessoas que dele necessitam, seja para a sobrevivência ou para geração de emprego e renda.

Destaca-se que a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Náutico do Distrito Federal possibilitará a realização de audiências públicas com a participação da sociedade civil e órgãos públicos, com fim precípuo de debater e entender as demandas deste segmento, propondo ao final soluções que contribuam não só com o setor, mas com o desenvolvimento da sociedade do Distrito Federal como um todo.

Outrossim, a presente proposição irá proporcionar o fortalecimento e estruturação do lago Paranoá para o desenvolvimento do Turismo Náutico, pois trata-se de um excelente mecanismo para alavancar o turismo aquático Brasiliense. No momento em que se fala em fortalecer este setor, isto envolve políticas públicas como construção de atracadouros públicos para o embarque e desembarque de passageiros; criar um novo modal de transporte público aquaviário; construir a primeira marina pública do Distrito Federal e a segunda do Brasil; além de inserir o DF no cenário nacional e internacional na diversas modalidades do esporte náutico.

Nesse prisma, cumpre frisar que o setor náutico no Distrito Federal é formado por diversos atores que envolvem profissionais autônomos, microempreendedores individuais, empresários, bem como a sociedade civil organizada, representada por diversas associações, conforme citação que se segue.

**ASBRANAUT – Associação Náutica, esportiva e do turismo de Brasília**

<http://asbranaut.com.br/>

**Associação dos Instrutores das escolas Náuticas**

**Norte Navegações**

**Itália Náutica**

Por todo esse quadro aqui relatado é que requeremos o registro da “ **FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO SETOR NÁUTICO DO DISTRITO FEDERAL** “ .

A Frente Parlamentar é aberta à participação de todos os parlamentares que desejem contribuir com ações em prol do tema ora proposto.

**DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO**

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 7 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488072  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [dep.pastordanieldecastro@cl.df.gov.br](mailto:dep.pastordanieldecastro@cl.df.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 17/04/2024, às 20:49:04, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 23/04/2024, às 12:27:49, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 17:46:02, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MARTINS MACHADO - Matr. Nº 00155, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 17:50:24, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL XAVIER DONIZET - Matr. Nº 00144, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 17:50:31, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.





Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado (a) Distrital**, em 24/04/2024, às 18:01:16 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA - Matr. Nº 00142, Deputado(a) Distrital**, em 25/04/2024, às 08:56:12 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 07/05/2024, às 09:52:23 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **118986** , Código CRC: **954fb6be**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Pastor Daniel de Castro - Gab 07



**ESTATUTO Nº DE 2024**

(Autoria: Deputado Pastor Daniel de Castro)

**Requer o registro da criação da  
“Frente Parlamentar em Defesa do  
Setor Náutico do Distrito Federal.**

**Art. 1º** A Frente Parlamentar em Defesa do Setor Náutico do Distrito Federal é uma associação suprapartidária, composta por pelo ao menos um terço dos Deputados Distritais, constituída no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal e integrada por seus subscritores ou que vierem a manifestar interesse em participar, nos termos da Resolução nº 522, de 2012.

*Parágrafo único* . A Frente Parlamentar é instituída sem fins lucrativos e com duração limitada à Nona Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

**Art. 2º** São finalidades da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Náutico do Distrito Federal :

I - Apoiar e defender e proteger os trabalhadores e as trabalhadoras envolvidos no setor de pesca e turismo no Lago Paranoá, bem como os turistas e moradores brasilienses que aproveitam desta modalidade de lazer.

II - Promover a integração harmoniosa entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Setor Náutico e as diversas categorias de Profissionais envolvidos nas atividades, capaz de estabelecer um ambiente legislativo favorável ao desenvolvimento do setor;

III - Acompanhar o processo legislativo na Câmara Legislativa do Distrito Federal, em especial quanto aos aspectos de interesse do Setor Náutico e a Defesa dos Profissionais junto às marinas e aos clubes recreativos, no âmbito do DF;

IV - Subsidiar, com informações fidedignas e oportunas, as iniciativas legislativas de interesse do Setor Náutico e a Defesa dos Profissionais envolvidos, no Distrito Federal;

V - Atender as demandas políticas do Setor Náutico e a Defesa dos Profissionais junto às marinas e aos clubes recreativos envolvidos nas atividades do setor;

VI - Acompanhar os assuntos de interesse no Executivo e no Judiciário, visando apoiar, politicamente, as posições do Setor Náutico e a Defesa dos Profissionais envolvidos no Distrito Federal;

VII - Difundir, em especial, junto aos moradores e à população em geral, a importância do apoio político para a consecução dos objetivos do Setor Náutico e a Defesa dos Profissionais junto às marinas e aos clubes recreativos da área no DF, diante dos órgãos governamentais;

VII - Fortalecer e estruturar o Lago Paranoá para o desenvolvimento do Turismo Náutico, por tratar-se de importante mecanismo para alavancar o turismo aquático Brasiliense.

**Art. 3º** Integram a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Náutico do Distrito Federal :

I – Assembleia Geral, composta por todos os Parlamentares que subscreverem o registro da Frente ou vierem a solicitar a sua inclusão em momento posterior;

II – Conselho Executivo, integrado por:

1 (um) Presidente;

1 (um) Vice-presidente;

1 (um) Secretário-Geral.

*Parágrafo único* . O mandato dos membros do Conselho Executivo será de 1 (um) ano, com direito a 1 (uma) reeleição.

**Art. 4º** Compete à Assembleia Geral:

Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Regimento Interno elaborado pelo Conselho Executivo;

Eleger, reeleger e empossar os membros do Conselho Executivo;

Examinar e referendar os atos praticados pelo Conselho Executivo, aprovando seus relatórios e pareceres;

Apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pelo Conselho Executivo ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos; e

Zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente Parlamentar.

**Art. 5º** Compete ao Conselho Executivo:

Implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembleia-Geral;

Tomar as decisões políticas e administrativas necessárias para que se atinjam os objetivos da Frente;

Elaborar relatórios sobre a atuação da Frente;

Convocar a Assembleia-Geral.

§ 1º São atribuições do Presidente:

Representar a Frente perante às Casas Legislativas;

Representar a Frente junto a entidades públicas e privadas;

Convocar as reuniões do Conselho Executivo;

Presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia-Geral.

§ 2º São atribuições do Secretário-Geral:

Planejar e coordenar as atividades do Conselho Executivo;

Tornar as iniciativas necessárias para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas.

§ 3º Os cargos do Conselho Executivo são privativos de Deputados Distritais.

**Art. 6º** A Frente será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia-Geral.

**Art. 7º** Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Executivo.

**Art. 8º** O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da **Frente Parlamentar em Defesa do Setor Náutica do Distrito Federal**.

**Art. 9º** O Deputado Distrital Pastor Daniel de Castro é o representante da Frente perante a Câmara Legislativa do Distrito Federal até que seja escolhido o Presidente.

**Art. 10º** O Presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da **Frente Parlamentar em Defesa da Setor Náutico do Distrito Federal**.

**PASTOR DANIEL DE CASTRO**  
*Deputado Distrital*

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 7 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488072  
www.cl.df.gov.br - dep.pastordanieldecastro@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 17/04/2024, às 20:49:04, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 23/04/2024, às 12:27:49, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 17:46:02, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MARTINS MACHADO - Matr. Nº 00155, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 17:50:24, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL XAVIER DONIZET - Matr. Nº 00144, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 17:50:31, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 18:01:16, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA - Matr. Nº 00142, Deputado(a) Distrital**, em 25/04/2024, às 08:56:12, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 07/05/2024, às 09:52:23, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **118991**, Código CRC: **777fbaf9**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Pastor Daniel de Castro - Gab 07



**ATA Nº DE 2024**

(Autoria: Deputado Pastor Daniel de Castro )

**Requer o registro da criação da  
“Frente Parlamentar em Defesa do  
Setor Náutico do Distrito Federal.**

Às 15:00 horas do dia 22 de abril de 2024 no Gabinete nº 07 da Câmara Legislativa do Distrito Federal, do Deputado Distrital PASTOR DANIEL DE CASTRO, foi realizada reunião, por iniciativa do referido Deputado, com a finalidade de fundação e constituição da **Frente Parlamentar em Defesa do Setor Náutico do Distrito Federal**. Estiveram presentes na Reunião \_\_\_ Deputados, conforme a lista de presença anexa. Na oportunidade, após debate com os Senhores Parlamentares, foi aprovada a fundação e constituição da Frente Parlamentar, com o objetivo de acompanhar proposições e outras atividades legislativas da Câmara Distrital que tratam de questões relacionadas ao Setor náutico e Defesa dos Profissionais envolvidos nas atividades junto às marinas e aos clubes recreativos, em nível distrital, estadual, nacional e internacional. Em acordo com os demais membros, o Deputado PASTOR DANIEL DE CASTRO deu início ao processo de eleição para Presidente e Vice-Presidente da Frente Parlamentar. Foi apresentada chapa única com o Deputado PASTOR DANIEL DE CASTRO para ocupar a Presidência e os Deputados ----- e --- para Vice-Presidente e 1º Secretário, respectivamente. O Deputado PASTOR DANIEL DE CASTRO informou aos presentes que a Chapa Única foi eleita por unanimidade, com \_\_ (\_\_\_\_\_) votos.

**DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO**  
*Deputado Distrital*

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 2º Andar, Gab 7 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488072  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [dep.pastordanieldecastro@cl.df.gov.br](mailto:dep.pastordanieldecastro@cl.df.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 22/04/2024, às 18:11:22, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 23/04/2024, às 12:27:49, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 17:46:02, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MARTINS MACHADO - Matr. Nº 00155, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 17:50:24, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL XAVIER DONIZET - Matr. Nº 00144, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 17:50:31 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr. Nº 00170, Deputado(a) Distrital**, em 24/04/2024, às 18:01:15 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA - Matr. Nº 00142, Deputado(a) Distrital**, em 25/04/2024, às 08:56:12 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO MACIEIRA MAN - Matr. Nº 00172, Deputado(a) Distrital**, em 07/05/2024, às 09:52:23 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>  
Código Verificador: **118993** , Código CRC: **2e4f110b**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria Legislativa



**DESPACHO**

A Mesa Diretora para publicação (RICL, art. 153, **art. 1º da Resolução nº 255/12**), atendidos os requisitos dos arts 2º e 3º da referida Resolução.

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 23.141

Assessor Especial

<Digite o texto>.

Brasília, 8 de maio de 2024.

<DIGITE NOME>

*Cargo*

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8275  
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS - Matr. Nº 23141, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 08/05/2024, às 10:47:03, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **120695**, Código CRC: **6dc3bbad**

## Ata Circunstanciada da 36ª Sessão Ordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 36ª  
(TRIGÉSIMA SEXTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO  
NO DISTRITO FEDERAL,  
DE 2 DE MAIO DE 2024.**

**INÍCIO ÀS 15H01MIN**

**TÉRMINO ÀS 17H45MIN**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, 2 de maio de 2024, às 15 horas e 1 minuto.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pela presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 35ª Sessão Ordinária, de 30 de abril de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.248/2024, de autoria do deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, 2 de maio de 2024, será transformada em comissão geral para debater sobre a situação do transporte público do Distrito Federal.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Convido as senhoras e os senhores deputados, bem como todos que desejarem participar do debate, a adentrar o plenário.

Todas e todos estão autorizados a adentrar o plenário.

Declaro suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h07min, a comissão geral é reaberta às 15h17min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a comissão geral para debater a situação do transporte público no Distrito Federal.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos. Dou as boas-vindas a todos os presentes.

Convido para compor a mesa: o secretário de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, senhor Zeno José Andrade Gonçalves; o presidente do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal, senhor João Dão; o presidente da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, senhor Handerson Cabral Ribeiro; o diretor-executivo da BsBus Mobilidade, antiga Expresso São José, senhor Adriel Rocha Lopes; a representante da Viação Marechal, senhora Nuria Itailine Azevedo; o diretor da Viação Piracicabana, senhor Fausto Mansur; o diretor da Viação Pioneira, senhor Eduardo Dias; e o representante da Urbi Mobilidade, senhor Sebastião Augusto Barbosa Neto. (Palmas.) (Pausa.) O Barbosa Neto não está presente? Ele nunca faltou a nenhuma audiência. Quando ele comparecer, comporá a mesa.



Eu quero agradecer a presença de cada uma e cada um no dia de hoje. Agradeço especialmente ao secretário Zeno por todos os debates que temos travado a respeito do transporte coletivo. Zeno, você sempre tem comparecido a todas as reuniões, assim como o Valter Casimiro e outros secretários. É muito importante a Secretaria de Mobilidade sempre estar presente expondo suas questões.

Eu tenho falado muito sobre o transporte público do Distrito Federal. Nós vimos debatendo sobre ele há anos. Eu sempre gosto de lembrar, quando iniciamos mais um debate, uma ação promovida por mim, como deputado distrital, e pelo Sindicato dos Rodoviários, na pessoa do João Osório. Quando estávamos quase chegando à conclusão de que o transporte não tinha mais jeito, o sindicato produziu um dossiê, que nós encaminhamos, numa audiência, à procuradora-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios à época, e que, depois, desaguou na licitação pública do transporte do Distrito Federal.

Muita gente criticou a licitação, mas falo abertamente, sempre que tenho oportunidade, que a licitação foi a salvação do transporte do Distrito Federal. Há problemas? Sim. Todos nós reconhecemos que há problemas, mas eles podem ser solucionados. O Distrito Federal foi a única unidade da Federação que teve a capacidade de promover uma licitação do transporte público. Na época, nós enfrentamos, naquele momento, mais de 220 ações, entre ações administrativas e ações judiciais que queriam impedir, em todas as hipóteses, que a licitação acontecesse. A licitação aconteceu. Hoje pelo menos as empresas têm um norte. Elas não estão mais atuando na escuridão, porque hoje existe um norte e sabem, efetivamente, como os investimentos precisam ser feitos.

Existe a situação da renovação da frota, que ainda não foi completada, e outra relativa a uma empresa – está aqui o Adriel, fico feliz com a sua presença hoje –, porque chegou um momento em que achávamos que para a São José não havia mais solução. Eu falei isso publicamente e falei para você algumas vezes: “Acho que não há mais jeito” – e houve. Eu fiquei satisfeito no dia em que você me convidou para inspecionar os primeiros ônibus que vocês receberam e vi a importância do que tinha sido aquela luta que nós travamos para que a renovação acontecesse, efetivamente.

A mesma coisa aconteceu com a Urbi – algumas vezes fui lá com o Barbosa verificar –, com a Pioneira e a Piracicabana, que foram as primeiras que renovaram completamente a frota.

Eu tenho dito por aí que a gestão da Pioneira, quanto à renovação da frota, tem sido tão boa que eu acho que a Pioneira está ganhando dinheiro com isso. Ela pega os ônibus que vocês renovam e está vendendo para outras praças, onde é possível rodar com eles – são ônibus ainda inteiros.

Eu estive no Gama visitando aquela garagem de vocês e vi que, sinceramente, a parte de manutenção nem se parece com oficina. Você tem razão: ela parece uma concessionária. Zeno, eu acho que você já foi lá também, e isso é algo completamente diferente. Eu creio que aquilo ali dá prazer para os trabalhadores que estão operando aqueles ônibus. Você pode ver isso no rosto dos operadores – tanto dos motoristas como dos cobradores. Mas precisamos chegar a um ponto de dar prazer também aos usuários, porque acho que esse é o objetivo.

O sistema de transporte público do Distrito Federal é caro. A manutenção para ter esse sistema rodando é muito cara.

Eu vou mostrar dados oficiais que nós adquirimos. Vou apresentar agora uma projeção para que a população tenha conhecimento efetivo do que está sendo investido no transporte público do Distrito Federal.

(Apresenta projeção.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ali estão todos os quadros do que está sendo investido. O que está previsto para 2024 só de concessão para passe livre e PcD – não é isso? – é R\$192.335.972,00.

Passe para o próximo quadro.

Ali pode-se ver o sistema subsidiado que está previsto para 2024 – mas poderá ser mais, não é, Zeno? São R\$345.011.765,00.

Passe para o próximo *slide*.

Ali há o passe livre estudantil. Como eu sempre digo, não há almoço de graça. Para que o estudante ande no sistema gratuitamente, são gastos R\$376.985.286,00.

Próximo *slide*.

Naquele ali, Zeno, vê-se o total geral previsto para 2024: R\$914.333.023,00.

Eu queria que voltassem a alguns *slides* anteriores, porque nós fizemos o levantamento dos últimos 4 anos. Quero voltar àquele *slide* em que há alguns bilhões reais. Volte mais. Volte ao ano de 2023. (Pausa.)

Não entregaram o outro *slide*? Eu preciso do outro *slide*.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso é para 2024?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vocês veem ali que estão previstos R\$2.097.474.157,31. Mas há também o que foi gasto e o que foi executado efetivamente em 2023. Onde está?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso é o que foi executado?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Portanto, em 4 anos, foi executado, para o sistema de transporte público do Distrito Federal, o valor de R\$4.636.432.785,93. Esse é o valor que foi liquidado em 4 anos, ou seja, um pouco mais de 1 bilhão de reais por ano – não é isso, Zeno?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Agora, nós vamos começar o debate. O primeiro a falar – depois poderá voltar a se pronunciar – será o Zeno, para que ele explique todos esses dados que foram colhidos de maneira oficial.

Zeno, você terá o tempo que achar necessário para explicar esses valores, que são monumentais.

Concedo a palavra ao senhor Zeno José Andrade Gonçalves.

ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

É muito importante – reputo de máxima relevância – este debate feito nesta casa do povo, onde a sociedade converge, onde os grandes temas do Distrito Federal são debatidos.

Quero cumprimentar a mesa, deputado Chico Vigilante, na sua pessoa e estender esse cumprimento a todos os seus pares, os nossos deputados e deputadas distritais, que são fundamentais, participam do processo decisório dos rumos que o Distrito Federal tem, principalmente nos assuntos que dizem respeito ao dia a dia das pessoas. Transporte é relevante. Saúde é importante, mas sentimos quando estamos doentes. De transporte você precisa todo dia, porque você tem que trabalhar. Então, entendemos que esta casa é o palco importante para que esses temas sejam aperfeiçoados.

Quero cumprimentar os meus colegas rodoviários, porque eu também me sinto parte do sistema. Eu sou funcionário do sistema rodoviário, porque eu sou da mobilidade do transporte.

Cumprimento o João, extensivo a todos os cobradores, motoristas, operadores do sistema, todos aqueles que colaboram para que Brasília funcione, porque, para o Plano Piloto funcionar, a partir das 8 horas da manhã, alguém tem que sair de casa cedo e rodar 20 mil viagens por dia com regularidade, com previsibilidade, com qualidade. E, mesmo sofrendo, apanhando tanto como nós apanhamos, deputado Chico Vigilante e colegas rodoviários, temos que enfrentar essa labuta diária.

Cumprimento os representantes das concessionárias. As concessionárias prestam serviço público e, embora sejam empresas privadas, são remuneradas pelo contribuinte; devem obrigações ao Distrito Federal e cumprem, dentro daquilo que é acordado, aquilo que está nas premissas do contrato e do edital que foi lançado – esse mesmo edital que o nosso deputado Chico Vigilante lutou tanto por ele. Graças a ele, hoje nós temos 5 operadoras que funcionam num sistema que – por mais que ainda seja criticado por parte da imprensa, por muitas pessoas – é moderno, com a frota mais nova do Brasil, com o menor índice de passageiros por quilômetro do Brasil, com o preço mais justo, com uma das melhores remunerações salariais da classe rodoviária. Esse é um sistema justo e que, apesar de todas as críticas, ainda funciona a contento, transporta 1 milhão de pessoas diariamente e consegue fazer com que Brasília funcione. Sem esse sistema, com certeza, nós estaríamos vivendo a dificuldade do

Entorno, cujo aumento de passagem gera desemprego.

Aqui o governador determinou que fossem mantidos, mesmo com os custos crescentes – eu tenho notícias boas, eu vou falar daqui a pouco, deputado Chico Vigilante, sobre os custos do sistema –, os níveis de subsídio, ou seja, que não se aumente, que não se repasse para o contribuinte, para a população o aumento dos custos. Isso porque nós entendemos que, se colocarmos o custo para que a sociedade o pague, isso acabaria refletindo em desemprego, porque quem paga, por exemplo, o vale-transporte é o empresário.

Os empresários do Entorno têm sofrido com os custos crescentes das passagens para um trabalhador que é importante para Brasília, mas que está em Luziânia, em Valparaíso, em Santo Antônio do Descoberto, em Formosa. Ele compõe a força de trabalho do Distrito Federal, e sofre com o transporte de má qualidade, custos elevados, sem uma solução do governo federal. Esperamos que o governo federal se debruce sobre essa questão para que tenhamos uma solução adequada para o Entorno.

Cumprimento ao nosso colega do sistema, o Handerson, presidente do Metrô, que é importante demais para o sistema. Sem o Metrô haveria, talvez, uma situação muito pior e um caos no transporte em Brasília. O Metrô é muito importante para nós.

Enfim, cumprimento todos e todas.

Vou começar, deputado Chico Vigilante, falando sobre a questão dos custos e já começo com uma notícia boa: no dia 30, nós enviamos para o *Diário Oficial* as portarias com redução tarifária. A volta da demanda aos níveis anteriores à pandemia possibilitou que, no recálculo do reequilíbrio econômico e financeiro e com a renovação dos contratos por mais 10 anos, nós diminuíssemos o valor do subsídio da tarifa técnica. Isso mostra e evidencia uma tendência de queda e de estabilização do custo do sistema.

Nós diminuimos os custos da tarifa técnica, de subsídio, de R\$1.850.000.000,00 em 2023 para R\$1.500.000.000,00 este ano. Com essa diferença, retroagindo ao início do próximo período de 10 anos, haverá também uma economia de 200 milhões, mais os 340 milhões deste ano. Isso significa que, até o final de 2024, o Governo do Distrito Federal economizará 540 milhões de reais. Esse é um número muito importante – um número expressivo.

Com o aumento da demanda, com o aumento da utilização do transporte público, nós esperamos conseguir trabalhar com inteligência no sistema para que esses custos gradativamente diminuam.

Esses números que foram passados, realmente, de fato, são o custo. Há um descolamento – e por isso é importante este debate na Câmara Legislativa – entre o orçamento anual que é repassado para o sistema de transporte e o executado. Sempre há uma diferença, deputado Chico Vigilante – vossa excelência conhece isso com profundidade, desde o início do sistema –, entre o que é orçado e o que nós executamos.

Em um primeiro momento, havia um certo equilíbrio, mas os custos crescentes do transporte e o não repasse desses custos para o usuário final – o governador Ibaneis determinou isso fortemente –, obviamente, exigiram que o governo aumentasse o valor do subsídio para que o sistema se equilibrasse.

Vejam, para as pessoas entenderem, a Secretaria de Mobilidade precisa fazer o dever de casa com mais eficiência e explicar didaticamente para as pessoas como é composto o custo do sistema de transporte. Nós precisamos explicar isso, e quem tem que nos ajudar nesse trabalho é o próprio sindicato – nós conversávamos isso com o João, com a diretoria do sindicato. Nós precisamos que o Sindicato dos Rodoviários nos ajude a explicar o que é o custo do sistema de transporte.

Há uma decisão do governo, lá de trás, de subsidiar o custo. Como se calcula o custo? Há todos os componentes de investimento em garagem, em ônibus, em frota, custo de pessoal, combustível, pneus etc. Pega-se esse custo do ano, coloca-se a taxa de retorno ou lucro da empresa – porque a empresa é privada; é concessionária, mas tem que ter o seu lucro – e divide-se isso pela quantidade de acessos. Mas o custo é um só. Então, a tarifa técnica é esse custo dividido pela quantidade de acessos.

Todos os dias sabemos a quantidade de viagens executadas. Essa quantidade de viagens executadas ou acessos compõem a forma de como vamos remunerar as empresas – a tarifa técnica. As empresas recebem pela tarifa técnica, descontam aquilo que arrecadam.

Quais são os números hoje, projetados, deputado Chico Vigilante? São R\$2.200.000.000,00 o

custo total do sistema, sendo que, aproximadamente, 800 milhões são pagos na catraca – vêm do bolso do usuário. O restante, a diferença, quem paga é o Governo do Distrito Federal.

Isso evidencia um fato importante que as pessoas precisam entender: esse, talvez, seja o maior programa de transferência de renda que há.

O que é o custo do transporte? O que é o subsídio? É o dinheiro para que o trabalhador não tenha que pagar mais pela sua passagem; como se diz, “não há almoço grátis”, para que o estudante possa andar de graça; para que o idoso, a partir de 60 anos de idade, graças à sua lei, possa ter gratuidade; para que a pessoa com deficiência possa ir ao médico com seu acompanhante e ter essa gratuidade; para que, agora, também o estudante de cursinho possa ter acesso a essa gratuidade. Assim, se considerarmos o custo que cada cidadão e cada cidadã pagam, ao andar de transporte público, na gratuidade, veremos que com apenas R\$5,50 – para ter, inclusive, a integração – ele roda Brasília inteira. Ele vai de Planaltina a Brazlândia, pagando só R\$5,50. Ele tem direito a 3 acessos, no nosso regime de integração – que é um regime muito bom, é um sistema muito bom.

Esse é um programa de transferência de renda dos mais relevantes de todo o Brasil, podemos dizer. Mas, infelizmente, a imprensa tem uma equipe para noticiar todas as vezes que a Semob manda um projeto de lei pedindo aumento de subsídio para complementar a passagem.

O descolamento que nós temos aqui é de R\$1.152.000.000,00 de dívidas com as empresas, que, agora, com o recálculo, baixou para 900 milhões, por conta da redução. O valor dessa conta é exatamente a diferença entre o que nós não temos de orçamento. Mas as empresas têm que transportar pessoas. Há aproximadamente 500 milhões de 2022 ainda em aberto e mais 400 milhões de 2023 em aberto – são 900 milhões de reais.

Quando chegamos à Câmara Legislativa e pedimos suplementos, o que a imprensa fala? Que estamos dando dinheiro para as empresas. Na verdade, não se trata disso. Esse valor é para subsidiar o custo do transporte do estudante, do trabalhador, do pai de família, do idoso de 60 anos de idade e acima, do trabalhador que recebe o vale transporte. Isso corresponde a até R\$5,50 para o empresário não pagar mais, para não haver desemprego. Isso é um grande programa, uma rede de proteção social manter o custo do transporte. Quiséramos nós que o GDF tivesse condições de fornecer a gratuidade – quiséramos nós.

Mas, à medida que a Câmara Legislativa entende que temos que avançar ponto a ponto, o governo entende que estamos caminhando neste rumo. Para isso, precisamos equilibrar e colocar o governo federal na conta, deputado Chico Vigilante, para podermos ter o Sistema Unico de Transporte. Alguém tem que ajudar a pagar esta conta. Não sei se o senhor concorda com essa nossa visão.

Enfim, temos que desmitificar esse discurso. Por isso, é importante demais que avancemos em audiências públicas como esta e que a Semob faça o seu papel de se comunicar melhor, explicando para as pessoas como são feitos esses cálculos.

Eu dei uma pincelada no assunto, em rápidas palavras. Esse é um cálculo que tem planilhas, referenciais e legislação própria. Técnicos se debruçam sobre esses números o tempo todo. Eles são perfeitamente auditáveis. A imprensa, o Ministério Público e o Tribunal de Contas acompanham isso, mas as pessoas dizem o seguinte: “O transporte não presta, e o governo só fica dando dinheiro para as empresas”. Isso não é verdade – não é verdade! Os nossos números são expressivos.

Vou citar alguns outros fatos.

Durante a pandemia, enquanto Goiás, por exemplo, nosso vizinho – eu não estou criticando a decisão do governo de lá –, diminuiu em 40% a oferta de transporte e o sistema de lá demitiu mais de 30% dos rodoviários; aqui, a determinação do governador foi: “Mantenham plena oferta de transporte, 100%”. Havia ônibus vazio para tudo quanto é lado, andando por conta da segurança sanitária, sem diminuir a frota. “Metrô e ônibus, não diminuam nem 1 veículo, não diminuam nada dos horários. Mantenham. Mantenham os empregos” – e assim foi feito.

A conta foi alta. Essa conta se reflete no valor dessa dívida. Mas, quando há vontade política e há o respaldo da Câmara Legislativa – que entendeu isso e respaldou essa decisão do governador –, tem-se o resultado que nós temos hoje: um sistema que é justo, que caminha para a universalidade, mas que presta um serviço, que atende, mesmo com todas as dificuldades, as demandas do usuário.

Eu tenho andado nas linhas, deputado Chico Vigilante. Eu tenho pedido ao nosso subsecretário Márcio que aponte quais as linhas com mais problemas em horário de pico. Eu tenho saído de madrugada para andar de ônibus. Em um dia desses, eu peguei um ônibus no P Sul. Fiquei preocupadíssimo com o terminal, porque o terminal já nasceu com a capacidade esgotada, não há área

de estoque, não há área de veículos, e os veículos não têm baias para parar. Nós temos que resolver o problema. Acompanhei o impacto das obras, conversei com os usuários, e eles fizeram muitas queixas.

Depois, nós fomos ao Itapoã Parque. Entrei numa fila. Era madrugada ainda, e não havia abrigo. Eu falei: "Aqui tem que se instalar abrigo". Isso foi bom, porque o pessoal cobrou, já que, se o secretário está lá, eles já cobram, na lata.

Mas eu percebi que, em todas essas linhas, mesmo com problema de lotação, mesmo com problemas e queixas aqui e ali, as pessoas conseguem chegar no horário ao trabalho. Há uma ou outra exceção em que se perde o horário do ônibus, ou que há algum problema de atraso, de furo de viagem.

Em geral, Brasília funciona, porque o sistema de transporte funciona, e isso deve ser motivo de orgulho para nós. Temos que entender que é uma grande conquista o sistema pelo qual o deputado Chico Vigilante tanto lutou e tanto luta, assim como o deputado Max Maciel, da Comissão de Transporte, que é um parceiro da Secretaria de Mobilidade, porque ele pontua críticas importantes para aperfeiçoar a prestação do serviço.

O nosso papel, deputado, na qualidade de membros do governo, é nos colocar à disposição da sociedade para prestar contas, para esclarecer, para debater e para buscar melhorias no sistema, o que podemos fazer para atender a população. A nossa razão de ser são as pessoas.

Um dia desses, eu fui ao Sol Nascente, no trecho 3, depois do Trem Bão, indo para o Córrego das Corujas, naquele mesmo trecho em que um ônibus foi queimado. Um ônibus novinho da BsBus, com menos de 1 mês de uso, foi queimado.

Eu fui lá, porque, num dia, um ônibus foi queimado; e, no outro dia, um ônibus estava atolando. Eu falei: "Rapaz, quando não é fogo, é água. De qualquer jeito, a Semob tem problema para resolver". Eu fui lá. A população estava reclamando, porque o ônibus não descia num trecho. Eu falei: "Gente, está sem condições de tráfego a estrada". Havia um trecho pequeno de 1 quilômetro.

Eu cerquei o motorista da BsBus, porque ele estava fazendo o contorno no Trem Bão antes de descer o trecho. Eu falei: "Rapaz, você tem que descer. Sua linha 333.8 tem que descer até lá". Ele respondeu: "Não, mas a ordem...". Falei: "Rapaz, ordem nenhuma. Eu sou secretário e estou te falando que você tem que ir até lá". Havia risco de eu apanhar ali. Eram 6 horas da manhã. Quase apanhei do motorista. Coitado, ele não sabia da rota, mas desceu e quase atolou. Se não fosse a perícia do motorista do BsBus, o ônibus iria ficar grudado com 80 pessoas dentro. Porém, a nossa razão de ser são as pessoas. O ônibus não podia descer, mas as pessoas tinham que andar 800 metros até chegar ao Trem Bão, onde há outra parada.

Então, olhei a situação. Eram 6 horas da manhã. Para uma trabalhadora, uma mãe de família, estar no ponto às 6 horas da manhã, ela já deixou a casa arrumada, fez comida para o marido, encaminhou os filhos. O pai de família também fez a mesma coisa. O mínimo que o governo – o poder público – tem que fazer é estar à disposição com transporte, com regularidade, com o mínimo de qualidade para que esse trabalhador, que merece o nosso respeito, que merece o nosso esforço, tenha um transporte digno do esforço que ele faz para poder sair de casa e trabalhar. Assim, no final do dia, depois de enfrentar uma jornada dupla, de chegar à sua casa às 8 ou 9 ou 10 horas da noite, ele ainda tem que se preparar para o dia seguinte e fazer tudo de novo.

Eu conversava sobre isso com o Márcio e falei: "Márcio, dê uma olhada nas pessoas". Enquanto olhávamos as pessoas andando, eu disse: "Está aqui a nossa razão de ser". O governo, de fato, precisa sair dos gabinetes, ir às pontas para conhecer a realidade das pessoas. Isso nos motiva a trabalhar mais e mais para que tenhamos um sistema de transporte sobre o qual as pessoas possam dizer: "Não é o melhor do mundo, mas funciona e é um bom sistema". Essa é a nossa meta, o nosso desafio, deputado Chico Vigilante.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE)** – Muito obrigado. Mais à frente, vamos, ainda hoje, nesta audiência, debater um pouco mais essa questão da dívida. É bom pontuarmos isso para a população que está assistindo a nós neste momento. Você falou de uma dívida de 900 milhões – é isso? Eu não sou empresário, mas um sistema que deve 900 milhões, do meu ponto de vista, é um sistema pré-falimentar.

Nós vamos abrir agora a fala para as pessoas da mesa e as inscrições. O Cerimonial está aí para inscrever as pessoas. Cada uma terá direito a uma fala de 3 minutos. Queremos sair daqui hoje com tudo isso esclarecido, pois 900 milhões é uma dívida grande em qualquer lugar do mundo. Portanto, daqui a pouco, eu quero que você aponte como é que se vai pagar essa dívida ou se o

sistema vai falir.

Concedo a palavra ao Adriel Rocha Lopes, diretor-executivo da BsBus Mobilidade.

ADRIEL ROCHA LOPES – Boa tarde. Eu queria, antes de qualquer coisa, cumprimentar a mesa na figura do deputado Chico Vigilante e de todos os deputados distritais desta casa. Eu quero agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui hoje representando a BsBus Mobilidade para esclarecer todos os pontos necessários.

Quero cumprimentar também o nosso secretário de Transporte, Zeno; o nosso presidente, o qual também parabeno pelas eleições recentes; os nossos colegas concessionários de transportes coletivos: Fausto, Eduardo e Nuria – da Viação Marechal – e todos aqui presentes.

Primeiramente, a Expresso São José agora é BsBus Mobilidade. Alterou-se o nome fantasia como demonstração de atualização e modernização, o que nós queremos para os próximos 10 anos.

Entendemos que renovar contrato também é uma boa oportunidade para repensarmos os próximos anos: quais serão os nossos próximos desafios e como vencê-los.

O sistema de Brasília, como o secretário disse, não é um sistema fácil. Ele é um sistema que é caro, pela sua característica geográfica. Hoje, de Brazlândia a Plano Piloto são 60 quilômetros. Essa não é uma característica de linha urbana, é característica de linha semiurbana.

Nós temos um grande desafio. Temos mais de 1 milhão de clientes que diariamente se transportam pelo Distrito Federal. O desafio é grande.

Enxergando esse desafio, enxergando a necessidade de se modernizar, de se atualizar, de poder fazer com que os próximos 10 anos sejam bastante diferentes e fazer com que Brasília seja, cada dia mais, referência no transporte coletivo; nós trouxemos essa nova marca como BsBus Mobilidade e, também, como uma homenagem a Brasília. A BsBus é a junção de ônibus com Brasília.

A Expresso São José está aqui desde 1992, ou seja, são 32 anos participando da história de Brasília, crescendo com Brasília. Então, também trouxemos esse nome como homenagem à cidade e à nossa história.

Fico muito feliz pela oportunidade de, nos próximos 10 anos, trazer essa atualização, essa modernização para o sistema de transporte. Sabemos das dificuldades que houve nos primeiros 10 anos. Não foram anos fáceis, deputado Chico Vigilante.

Na verdade, fomos – podemos dizer – até sobreviventes em todos os aspectos. Não foram anos fáceis. Os primeiros 10 anos foram muito complicados. Sabemos que foi um contrato novo, mas que, sim, houve grandes dificuldades, assim como hoje estamos vivendo essa grande inadimplência, que chega a quase 1 bilhão.

Somado a isso, ainda encontramos uma pandemia no meio do caminho, que fez com que tudo mudasse: as características, os deslocamentos, as pessoas – a forma de se viver mudou.

Hoje, a exemplo da nossa Bacia – a Bacia 5 –, deputado Chico Vigilante, nós temos – se fizermos uma conta – menos 10 milhões de passageiros anualmente do que tínhamos pré-pandemia.

Os passageiros não voltaram, os deslocamentos das pessoas não estão ocorrendo. Isso não conseguimos entender. As pessoas estão mais em *home office*, o comércio está um pouco menos pujante. Tudo isso se reflete no equilíbrio econômico do contrato, tudo isso se reflete nos custos da empresa e na forma do deslocamento dela. Esses são desafios que estamos enfrentando, mas estamos, sim, dispostos a enfrentá-los.

Não sei se existe alguma dúvida específica, mas a mensagem que passo hoje é que estamos preparados para os próximos 10 anos. Esperamos, sim, que o Governo do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e as empresas, juntos, encontrem uma forma menos dificultosa com relação a essa questão orçamentária, que realmente deve ser vencida. Não dá mais! Há 10 anos, deputado Chico Vigilante, todo ano há a mesma discussão; todo ano há a mesma falta de orçamento; todo ano há a mesma situação.

Chegamos a 2020, deputado Chico Vigilante, com dívidas de 2016. As instituições financeiras já nem acreditavam mais que iríamos receber. A capacidade de crédito das empresas estava completamente abalada. Tudo isso, somado à imprevisibilidade da pandemia, gerou o que aconteceu nos primeiros 10 anos. A São José não teve a renovação naqueles anos não porque ela não quis, mas sim porque ela não pôde. Isso gerou uma série de consequências: consequências para a empresa e consequências para a qualidade do transporte.

Essa questão do orçamento público deve ser, sim, algo que agora – inclusive, agradeço, porque acho que o caminho é este, deputado Chico Vigilante: discutir, mostrar, por transparência nos números – possamos sair daqui com respostas e com resultados. Não dá mais para convivermos comendo o almoço com a janta, não haver previsibilidade, não sabermos o que vai ser recebido amanhã.

No último levantamento que fiz, vi que o orçamento liberado hoje vai até maio. Como é que eu explico para o João Dão que, em junho, não há dinheiro para pagar os salários? Como os funcionários explicam para a família que há risco de eles não receberem o salário?

Tenho certeza de que vamos encontrar saídas, mas não dá para encontrar saídas sempre em cima da hora. É preciso haver planejamento, é preciso haver previsibilidade.

A BsBus Mobilidade adquiriu agora 473 veículos novos, Euro 6, a melhor tecnologia que existe no mundo em transporte a combustão, com tecnologia ambiental. Os veículos que estão em Brasília hoje foram a maior compra de Euro 6 do Brasil nos anos de 2023 e 2024. Isso não é investimento barato.

Como vou dizer para a Mercedes-Benz que, em junho, não há orçamento? Como vou dizer para o João que, em junho, não há dinheiro para salário? Tudo isso gera imprevisibilidade, angústia, ansiedade. Temos que começar a vencer isso. Temos que começar a encarar esses problemas para que possamos pensar na qualidade do transporte em si e não só no medo de não conseguir cumprir os nossos desafios.

As pessoas perguntam hoje: “Como as empresas sobrevivem com tanta inadimplência?” Crédito. Com crédito e arrolando dívida: meu diesel é para 30 dias, meu pneu é para 40 dias. Sempre vou levando para a frente para tentar sobreviver. Só que chega um momento em que isso trava. O senhor disse que não é empresário, mas o número grita – o número grita –, e isso nos preocupa.

Então, a mensagem que deixo é que estamos, sim, dispostos a fazer com que o transporte de Brasília seja, a cada dia, um transporte de qualidade. Isso está sendo demonstrado nas nossas atitudes.

Essa compra dessa frota foi um voto de confiança, foi um voto de confiança a esta casa, foi um voto de confiança a este governo. Acho que nós vamos conseguir cumprir com o nosso financiamento. Nós alavancamos muito dinheiro para comprar essa frota, mas, também, precisamos que, agora, as coisas se organizem.

Essa fase não foi uma fase fácil, mas, sim, agora, em maio, nós estaremos com 473 ônibus novos em Brasília, operando na nossa base C5. E espero que este ano consigamos equalizar essa questão orçamentária e possamos nos focar naquilo que importa, que é a qualidade do transporte coletivo. E não mais ficar preocupado com o que eu vou fazer para pagar o meu boleto amanhã.

Então, é isso. Eu me coloco sempre à disposição, deputado Chico Vigilante, e fiquei muito feliz com a sua visita e com a sua vistoria da frota. Eu me coloco sempre à disposição para qualquer dúvida, para qualquer situação. E estamos juntos, estamos juntos nos próximos anos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Adriel. Só para ficar claro para as pessoas que estão assistindo a esta sessão: em maio, vocês completam a troca da frota?

ADRIEL ROCHA LOPES – Deputado Chico Vigilante, já está quase completa, faltam... Acho que de cabeça não vou me lembrar, mas acho que uns 770 veículos já estão aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Faltam quantos?

ADRIEL ROCHA LOPES – Na verdade, já estão todos comprados, já estão estacionados em Brasília, mas há a questão do emplacamento, do cronotacógrafo, do Inmetro, da vistoria da Semob.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vocês já receberam todos os ônibus novos?

ADRIEL ROCHA LOPES – Sim, estão todos aqui.

E o processo de troca não é uma coisa muito simples, porque eu não posso tirar tudo e colocar tudo. Eu tenho que fazer cada dia um pouquinho, 10 ou 12 por dia, para não atrapalhar a operação.

Acreditamos que até a primeira quinzena de maio estaremos com 100% implantado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso é bom, essa é uma boa notícia.

E aquela velharia, o que fizeram deles?

ADRIEL ROCHA LOPES – Rapaz, não são tão velhos assim não. Você acha? (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não, aquelas sucatas que estavam rodando por aí.

ADRIEL ROCHA LOPES – Os ônibus mais antigos fazem parte do sistema – inclusive, é até interessante isso –, pois a revenda deles é uma fonte de receita para o sistema.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas vocês venderam para o Entorno? Como é que é?

ADRIEL ROCHA LOPES – É varejo: são 10 em 10. Vende-se em varejo: 10, 1, 2, 3. Ninguém compra em volumes. Então, eu virei uma concessionária de ônibus agora. (Risos.)

Vou aproveitar para fazer a propaganda: quem estiver precisando de ônibus...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estou interessado em saber para onde eles foram.

ADRIEL ROCHA LOPES – Estão em Brasília ainda e estão sendo vendidos aos poucos, a partir do momento em que...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sobre todos os embates que tivemos aqui, acho que está sendo muito importante o que você está falando: que até maio vocês completam 100% de frota nova, não é isso?

ADRIEL ROCHA LOPES – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Beleza.

Vamos ouvir, agora, o senhor diretor da Viação Marechal, Igor Taques. (Pausa.)

Um momento, por favor, ela o está substituindo. Diga o seu nome completo, porque não me passaram.

NURIA ITALINE AZEVEDO – Boa tarde a todos. O Igor não pôde comparecer, deputado, e eu o estou representando. Meu nome é Nuria Italine, gerente de operações e planejamento da Autoviação Marechal.

Pessoal, o Adriel falou sobre todas as nossas dores, as que estamos enfrentando no sistema. Reconhecemos que a Autoviação Marechal é a última empresa que está no processo para poder fazer a renovação de frota, mas nós já conseguimos encaminhar, trabalhamos muito para podermos montar esse cronograma e fazer a primeira compra para podermos entregar os primeiros veículos. Eu acredito que em agosto já consigamos entregar novos carros para a população do Distrito Federal.

Foi esse o cronograma que nós apresentamos. Trabalhamos em cima de uma melhoria. Toda a frota vai vir com ar-condicionado, atendendo à lei em relação ao Distrito Federal. Será uma frota com veículos convencionais, veículos mídis, todos com ar-condicionado. Já passamos esse cronograma. Vamos inovar com carros Volvo, veículos Padron. Será a primeira empresa com esse chassi aqui no DF.

Nós já recebemos as empresas. Mês passado, eu estive em São Paulo e fui até a Mercedes-Benz. Fechamos a questão das compras, dos detalhes. Recebemos a representante da Caio na nossa empresa para acertarmos detalhes de carroceria. Estamos caminhando para poder entregar esses veículos novos à população do DF.

Tivemos muitas dificuldades. Nos primeiros 10 anos de contrato, houve a questão da implantação, da contratação de funcionários, do estabelecimento das empresas novas. A São José já estava no DF há algum tempo. A Marechal foi uma das empresas novas que vieram para cá. Tivemos desafios ao longo dessa caminhada, desafios culturais, toda a parte de implantação.

Eu pude acompanhar isso. Estou na empresa desde 2013. Sou uma vencedora do sistema. Represento aqui grande parte da categoria. Já fui cobradora. Passei por várias partes até chegar ao cargo de gerência e ter esse reconhecimento, nos últimos 2 anos, como uma das primeiras mulheres a representar uma empresa de transporte público no DF. Então, enfrento esses desafios diariamente.

Assim como o secretário, temos acompanhado a operação, onde estão as nossas principais dores. A renovação será um grande marco para nós também, porque vamos vencer dificuldades operacionais. Com essa nova frota, nós vamos entregar um melhor tipo de veículo à população, melhorando as dores que há na parte de anjo da guarda, da parte dos elevadores, em que há grande dificuldade hoje. Toda essa frota será com uma tecnologia extremamente diferente. Os veículos Padron têm uma tecnologia diferente para os nossos motoristas, darão mais conforto para eles, para a operação, para os nossos funcionários, motoristas e cobradores. É nisso que a empresa está



apostando.

Foram muitos desafios, assim como o Adriel já falou, dificuldades de crédito. Ficamos até o mês passado para poder fechar esse cronograma, essa compra. Conseguimos realizar esse primeiro lote. Encaminhamos as documentações à Semob, e o secretário já as recebeu. Até agosto, setembro, receberemos os primeiros lotes dos carros novos e faremos a renovação de 377 veículos para a população, com uma tecnologia diferenciada, com veículos 4 portas que possam atender à faixa exclusiva. Há diferença das obras que nós estamos tendo hoje no Distrito Federal, como a faixa exclusiva, que já está sendo concluída na parte da EPTG até a Asa Sul. Nossa bacia vai contemplar... Nós já estamos pensando nos veículos que possam atender essa operação e a população também.

Então, é isso que temos a apresentar à população. Pedimos só mais um pouquinho de paciência. Tem sido muito difícil para nós também, mas estamos tentando melhorar, dia após dia, as dificuldades que têm sido encontradas e tentando melhorar a questão da dirigibilidade dos nossos condutores, ofertando treinamento, acompanhando, trabalhando para que possamos ter uma melhoria dentro do que conseguimos fazer, do que está em nossas mãos.

É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nuria, você foi cobradora aqui em Brasília?

NURIA ITALINE AZEVEDO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É mesmo?

NURIA ITALINE AZEVEDO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Participou de algumas greves ou não?

NURIA ITALINE AZEVEDO – De algumas. (Risos.) Sou filha do sistema. O meu pai foi rodoviário e motorista de ônibus. Trabalhou na Viação Pioneira e na Urbi. Perdi o meu pai já há 4 anos. Ele era um apaixonado pelo sistema de transporte de Brasília e participou de grandes lutas. Então, eu conheço o transporte no sangue.

Tudo que tenho hoje, abaixo de Deus e da minha vontade, vem do transporte público daqui. Tive todo um crescimento. Saí da cadeira de cobradora, passei por uma faculdade, graduei-me, fiz pós-graduação e estou aqui. Conheço na pele o que o cobrador e o motorista passam. Tenho lutado para melhorar a situação de cada funcionário da empresa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Fiz essa pergunta porque, sinceramente, dá um orgulho danado ver uma mulher vencer. Você foi cobradora, está no sistema e, hoje, está chegando à direção da empresa.

NURIA ITALINE AZEVEDO – Sou gerente. Estou do lado do Igor, nosso diretor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É gerente. Isso é muito importante. Você está de parabéns.

NURIA ITALINE AZEVEDO – Agradeço, deputado.

Sou moradora da Ceilândia e vizinha do deputado Max Maciel. Então, acompanho os nossos colaboradores e converso com os meninos do sindicato, Elias e João Dão. Acompanhamos diariamente. De vez em quando, passo e vejo um. Não tenho vontade nenhuma de sair da cidade onde nasci. Sinto na pele as dores pelas quais a população passa. O meu trabalho é corrigir isso por meio da nossa empresa e trazer melhoria.

Acredito muito que a Marechal vai conseguir superar essa fase difícil – que será só uma fase –, com o apoio do governador Ibaneis, da Semob, do secretário Zeno e de cada deputado que tem ajudado.

Temos que receber as críticas como algo construtivo. A cada dificuldade, a cada notificação que recebemos, temos de olhar os erros como algo que podemos mudar. Temos que acreditar na mudança. Não podemos ficar parados. Para a mudança acontecer, precisa de algumas coisas.

Os usuários veem, na mídia, que as empresas estão recebendo milhões. Eu já fui do RH. Antes de chegar à gerência de operação, eu era gerente de recursos humanos. Toda a parte de departamento pessoal da empresa, eu também acompanhei. Temos buscado transformação na gestão da Viação Marechal. Há 2 anos, estamos nesse trabalho de mudança. Vamos mudar até conseguir alcançar um *top* de melhoria.

Já acompanhei os nossos números. A folha de pagamento da nossa bacia, que é uma das

menores, é quase 9 milhões de reais por mês. É muito dinheiro. De 2022 e 2023, temos 120 milhões de reais para receber. Como uma empresa roda sem dinheiro?

Acreditamos que vamos encontrar soluções juntos. O sistema precisa se unir às empresas de transporte, para que consigamos alcançar soluções e entregar um serviço de melhor qualidade à população e a cada colaborador.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Até agosto, vocês vão receber quantos ônibus novos?

Estou lhe perguntando porque moro no P Sul, na Ceilândia, e, todo dia, quando me desloco para o Plano Piloto, vejo um ônibus quebrado da Marechal. Como já andei muito de ônibus, sei a raiva que sentimos quando um ônibus quebra. Quando um ônibus quebra, você desce e, quando você chega ao trabalho, o patrão nunca acredita – quem anda de ônibus é empregado – que o ônibus quebrou. Se você fala que o ônibus quebrou, ele pergunta: “De novo?”, e acaba mandando o empregado embora.

NURIA ITALINE AZEVEDO – Fechamos esse primeiro lote de compra, de 244 veículos que estão para ser entregues nesse cronograma, em agosto. São 121 veículos convencionais. Os 80 ônibus Volvo Padron já estão para vir. Vai depender muito das empresas, do chassi, da encarroçadora, mas, provavelmente, até o final do ano, conseguiremos completar 300 veículos para a população.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O ônibus Padron que você está dizendo, para quem está assistindo a nós, é aquele que convencionamos chamar de minhocão? É o grandão?

NURIA ITALINE AZEVEDO – Isso. A Pioneira e a Piracicabana já têm esse modelo. O Padron entra em substituição a alguns convencionais. Vamos colocá-lo para operar na faixa exclusiva; então, ele vai fazer as linhas do P Sul, as linhas mais longas de ligação e vão atender a faixa exclusiva. E o Super Padron vai entrar em substituição aos articulados. É um veículo mais alongado, porém, ele não é sanfonado. Para atender essa capacidade – esse é um esclarecimento que fizemos à Semob e à mídia –, vamos ter um aumento de frota. Já conseguimos junto à secretaria aumentar em 14 veículos para a população não ter perda em relação aos assentos e ter uma disponibilidade maior. Com a maior quantidade de veículos, teremos mais carros para atender a demanda da população.

Estamos estudando vários projetos junto à secretaria – sempre conversamos com o Márcio – de propostas de melhoria para a população, para ver se conseguimos resgatar o número dos nossos passageiros. A perda que tivemos foi muito grande de 2019 para cá. O sistema não se recuperou. Estamos com a média de 144 mil passageiros por dia. O que foi proposto para nós no edital era um número muito maior. Estamos tendo de nos virar para nos renovar e atender todo o plano de manutenção.

Compreendemos e estamos acompanhando esses problemas de manutenção, só que eles reduziram bastante, deputado, em vista do que vinha ocorrendo. Estamos com o plano de aumentar o quadro da nossa equipe de manutenção para fazer uma preventiva e um trabalho com esses veículos para que possamos melhorar essas condições até a chegada da nova frota.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Beleza.

Vamos ouvir agora o representante da Piracicabana, Fausto Mansur.

FAUSTO MANSUR – Boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Piracicabana e a Pioneira foram as primeiras que renovaram completamente a frota, e eu fiquei o tempo todo dando vocês como exemplo.

FAUSTO MANSUR – Sim. Inclusive, a nossa frota é uma das mais novas do Brasil, com 2 anos e meio de idade média.

Eu queria cumprimentar a mesa e a plateia. Para nós é um prazer estar contribuindo com vocês. Nós, como concessionários, viemos mais para escutar e contribuir.

O deputado Chico Vigilante fez um histórico muito bom do sistema de Brasília. Eu me lembro de que quando chegamos aqui, em 2013, isso realmente era um caos. Viemos de São Paulo, já operávamos lá. O secretário Zeno falou muito bem dos problemas atuais, o Adriel está nos representando bem. Na realidade, não temos muitas novidades. Viemos para escutar.

Dentro de 60 dias, nós receberemos mais 40 ônibus zero; nós estamos renovando a frota de 2018. Nós acreditamos muito no governo, somos parceiros dele. Estamos aqui para contribuir.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Fausto.

Ouviremos agora o representante da Viação Pioneira, senhor Eduardo.

EDUARDO DIAS – Boa tarde, deputado Chico Vigilante; boa tarde à mesa; ao João Dão, presidente do Sindicato dos Rodoviários; ao secretário Zeno; aos demais companheiros; ao Adriel; ao Fausto; à Nuria, também presente. Cumprimento os rodoviários presentes. Boa tarde ao subsecretário, ao Márcio, um grande parceiro, sempre nos ajudando nos horários, nas escalas dos ônibus. Parabéns ao secretário Zeno, que está andando conosco nas linhas, nos terminais, vendo pelo que a população está passando, as condições das linhas, os engarrafamentos no trânsito.

O nome da empresa Pioneira já diz tudo, ela é pioneira no transporte público. Ela renovou sua frota em 100% com uma tecnologia de primeiro mundo, o Euro 6, com carros menos poluentes. Nós estamos trabalhando com uma frota mais moderna e confortável para os nossos usuários, para os nossos clientes e para os rodoviários. Investimos nessa frota e a renovamos. Há pouco tempo houve um aumento da frota, com 52 ônibus a mais nas regiões de Santa Maria, Paranoá, São Sebastião e Gama.

Eu sou gerente operacional da Bacia 2 da cidade do Gama, na operação do BRT. Eu trabalho há 32 anos na Viação Pioneira, sou um rodoviário muito antigo lá. Fui manobreiro junto com o João Dão na antiga Planeta, nós fomos manobreiros de ônibus, fui motorista, fui lavador, fui manobreiro de ônibus na Viação Pioneira, há 32 anos estou lá, já passei por diversas cidades. No Paranoá, eu fiquei 12 anos gerenciando a parte do Paranoá. No Itapoã, eu comecei a gerenciar aquela parte do Itapoã assim que ele foi criado.

Há pouco houve a inauguração de um viaduto no Itapoã e no Paranoá. Isso foi muito bom porque havia muito atraso na operação da nossa frota, impactando nos horários.

A Viação Pioneira também passou pelas mesmas situações que as demais passaram na operação durante a pandemia, mas fomos a única categoria que não parou. Nós rodamos com 100% da frota; os rodoviários adoeciam, mas todo dia nós estávamos com a frota rodando 100%.

Também houve um problema na parte da higienização, tivemos de contratar uma empresa para higienizar a frota a cada partida, em todos os horários, o que gerou um custo para a empresa. Houve um alto custo com peças, com salário, com diesel – a segunda maior conta que há hoje na empresa –, os salários também aumentaram. É preocupante escutarmos sobre a redução da tarifa técnica, pois tudo tem aumentado: peça, pneus, combustível. Por isso estamos preocupados com essa situação também.

Estamos cumprindo 100% dos nossos horários, a Viação Pioneira está sempre preocupada com o nosso cliente, com o nosso colaborador. Aproveito para parabenizar a nossa classe rodoviária. Diante da pandemia, cumprimos também as nossas obrigações porque, como o deputado colocou: era ônibus vazio para cá e para lá, mas nós cumpríamos os horários, cumpríamos o contrato do governo; o que o governo falava, nós cumpríamos.

Então, deputado Chico Vigilante, os ônibus da Viação Pioneira estão renovados e ainda temos mais 88 carros para chegar no segundo semestre, os articulados do BRT, que já estão em fabricação, inclusive nós temos um pessoal na fábrica acompanhando; bem como os Padrons, que virão para a renovação da área do Gama e Santa Maria, que serão os últimos e estão dentro do prazo de renovação da nossa frota. Estamos atendendo, com todo cuidado, da melhor forma a população do Distrito Federal.

Hoje em dia, nós passamos por uma situação no terminal de Santa Maria, o secretário esteve lá e pôde ver que é um terminal pequeno e merece um aumento para atendermos melhor os nossos usuários. Há um fator impactante que é uma parte do Entorno que opera naquela localidade também, roda naquela área.

Quero dizer também, deputado Chico Vigilante, que a nossa empresa tem uma grande preocupação com os nossos colaboradores. Fazemos palestra todo mês, explicando para os nossos colaboradores como é que se faz um atendimento ao nosso cliente, ao nosso usuário; damos cursos todo mês, assim como vistoriamos a nossa soltura para evitarmos quebras ou algumas ocorrências na operação, para rodarmos sempre 100% com a frota, atendendo da melhor forma os nossos usuários.

É isso, deputado Chico Vigilante, a Viação Pioneira está comprometida em fazer o melhor e dar o melhor pelo nosso Distrito Federal.

Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

Estamos aqui, hoje, discutindo o sistema de transporte público e a Companhia do Metropolitano faz parte desse sistema. A cada dia vemos uma situação muito grave no metrô, seja no não cumprimento do horário, seja com carros pegando fogo. Eu queria saber, Anderson: tem jeito? O que vocês estão propondo para resolver essa questão do metrô no Distrito Federal?

HANDERSON CABRAL RIBEIRO – Deputado Chico Vigilante, boa tarde. Quero cumprimentar vossa excelência, agradecer o convite e a parceria constante. O senhor, desde quando nós chegamos no metrô, em 2019, sempre esteve muito presente conosco, tem um trabalho que está nos ajudando como representante do povo, do cidadão do Distrito Federal. Cumprimento, em seu nome, todos os representantes desta casa; o secretário Zeno, que é o nosso líder dentro do sistema de mobilidade urbana, onde o metrô, com muito orgulho se insere; e, em nome dele, cumprimento todos os colegas do sistema de transporte de ônibus, bem como os colegas que estão na nossa plateia.

Estamos trabalhando, hoje, em duas frentes extremamente importantes e que se complementam. A primeira delas é a ampliação do sistema com a extensão das obras em Samambaia e Ceilândia. A obra de Samambaia, nós já estamos com ela contratada, finalizando tratativas com o governo federal para incluir a obra de Samambaia dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, de modo a garantir os recursos necessários para fazer essa obra do começo ao fim, sem nenhum tipo de paralisação.

Estamos com um trabalho bastante avançado. O secretário Zeno, o secretário José Humberto e o governador Ibaneis Rocha participaram desse processo na Casa Civil, no comitê gestor do PAC. Nós estamos estimando que, nos próximos 30 a 40 dias, deveremos ter a sinalização definitiva do governo federal pela inclusão do projeto Samambaia – a extensão de 3,5 quilômetros de linha e 2 novas estações, o que vai fazer com que possamos atender mais 10 mil passageiros por dia naquela região de Samambaia até perto da Vila Olímpica Rei Pelé, onde a extensão chega. Isso acontece dentro dessa visão de governo que o secretário Zeno trouxe, que é a visão do governador Ibaneis Rocha e de todos nós que fazemos parte do sistema de mobilidade, que é prestar um serviço de maior e melhor qualidade para o maior número de pessoas possível.

A expansão da Ceilândia está em licitação e estamos fazendo algumas revisões, por determinação do Tribunal de Contas. Nós tivemos um acórdão que foi proferido em relação a essa licitação. O metrô está fazendo os esclarecimentos daquilo que pode ser esclarecido e justificado e estamos também trabalhando nas alterações que o tribunal sugeriu. Ao longo desse ano, nós teremos também a licitação da expansão para Ceilândia, que serão mais 2.600 metros de linha com 2 estações novas. Nós vamos chegar até bem perto da BR-070, de modo que vamos atender a uma população ainda maior na Ceilândia e no futuro também vamos poder atender à população que vem do Entorno, daquela região do estado de Goiás, que vai poder se integrar com o metrô em Ceilândia, na conexão com a BR-070.

Essa é a frente para levar a ampliação da nossa rede para que tenhamos condições de ofertar o sistema de transporte de passageiros sobre trilho para um número maior de pessoas. E com o objetivo de buscar a concretização do projeto do metrô ser um tronco central de transporte do passageiro público em Brasília, nós estamos fazendo hoje o contrato de modernização do sistema de energia, que já está ativo e em execução. O projeto executivo foi aprovado e é um recurso da Caixa Econômica Federal que estamos recebendo a fundo perdido para o Governo do Distrito Federal. Não é empréstimo nem financiamento, e isso é uma boa notícia. Com essa modernização, nós aumentamos a capacidade de sustentar o sistema elétrico.

Juntamente com isso, nós estamos com o processo de financiamento de 15 novos trens para ampliar a nossa frota. Hoje nós temos 32 trens e estamos no processo de compra de mais 15 novos trens por meio do financiamento do BNDES no valor de 900 milhões de reais. Nós já temos a aprovação desse financiamento dentro do ambiente do Ministério das Cidades, porque nós precisamos discutir isso na Secretaria de Mobilidade Urbana. Esse financiamento também entra dentro do PAC, na área de mobilidade, onde nós vamos ter esse recurso do BNDES vinculado ao Programa Renova Frota.

Esse Programa Renova Frota tem 2 premissas. A primeira é a premissa ambiental porque é um fundo que o BNDES tem para a renovação de frota com o objetivo de descarbonização. A segunda é, no mínimo, 60% de nacionalização do produto que vai ser adquirido. Isso também gera mais empregos e renda para nós trabalhadores brasileiros, especialmente para os trabalhadores da indústria metroferroviária no Brasil, que ao longo desse período vem sendo deixada de lado. Esse programa do governo federal, que vai financiar a renovação de frota do sistema de trens e metrô, tem essa perspectiva.

Com essa ampliação de frota de 15 novos trens, nós estamos tendo a capacidade de fazer o quê? Uma vez que nós tenhamos capacidade de energia para sustentar a circulação desses trens e que tenhamos o projeto original do metrô de Brasília concluído – com a expansão Samambaia e a expansão Ceilândia –, nós vamos dobrar a capacidade de oferta de lugares no sistema de metrô.

Hoje nós estamos transportando, em média, 180 mil a 190 mil passageiros por dia e, com esse número, já retornamos aos números pré-pandemia. O metrô de Brasília, proporcionalmente, foi o metrô que atingiu primeiro o patamar de passageiros pré-pandemia. Nós tínhamos picos de até 202 mil passageiros na pré-pandemia, mas a nossa média geral era de 180 mil, 185 mil, 190 mil passageiros. No momento mais grave da pandemia, no final de abril de 2020, nós chegamos a transportar só 18 mil passageiros por dia; considerando as 490 viagens que fazemos diariamente, estamos falando de uma média de 30 passageiros por trem. Da mesma forma que aconteceu com os ônibus, aconteceu conosco: uma composição saiu de Ceilândia e chegou à rodoviária do Plano Piloto sem ter transportado 1 única pessoa. Mas foi uma decisão de governo manter o sistema todo funcionando, porque as pessoas precisavam ir trabalhar, especialmente aqueles que estavam no combate à pandemia.

Com essa capacidade de passar de 200 mil para 400 mil passageiros por dia, o próximo passo, dentro dessa integração que há com o sistema de mobilidade urbana, é fazer com que o metrô receba os passageiros das empresas que estão alimentando a bacia naquela região onde nós estamos – eu acho que lá na região de Samambaia e de Ceilândia temos a Marechal e a Urbi – e o ônibus possa fazer uma viagem num trajeto menor, captando esses passageiros dentro de Ceilândia, Samambaia, Taguatinga e conectando esses passageiros com as nossas principais estações, para que façamos o trabalho de trazer o maior volume de pessoas para o Plano Piloto.

Se nós embarcarmos hoje na estação Arniquireiras – uso Arniquireiras como referência porque é a estação ao lado da minha casa e a que eu usava quando trabalhava no Plano –, temos certeza de que em 25 minutos estaremos na Rodoviária do Plano Piloto. A grande vantagem do metrô é a previsibilidade do tempo de trajeto.

É claro, como o senhor comentou, que nós temos alguns desafios ainda a superar. É verdade que há trens que estão em velocidade reduzida, nós temos notícia de que há trem andando em via singela, por quê? Porque ainda estamos enfrentando algumas dificuldades em relação às questões de segurança pública, especialmente aquelas afetas a roubo de cabo, o que traz um transtorno para nós em termos de dificuldade de energia.

Nós tivemos, nos dias 8 e 9 de janeiro deste ano, aquele incidente, um incidente grave, em que um dos nossos carros acabou se incendiando ali na região de Águas Claras. Foi um fato isolado. Graças a Deus, não houve nenhum dano em termos de vidas, porque o trem já estava isolado, ele já estava sem passageiro. A equipe do Metrô agiu com diligência, com o treinamento adequado, todo mundo colocou o treinamento em prática. Aquele trem estava sendo recolhido para o pátio quando pegou fogo.

Sobre isso, nós já fizemos uma ampla revisão – em todos os trens da série mil, em todos os trens da série 2 mil e em todos os trens da frota do Metrô –, que consiste em, resumidamente, colocar esses trens dentro da área de manutenção, colocar esses trens dentro da área de manutenção, deixá-los energizados como se estivessem funcionando, circulando no dia a dia, e, depois de um determinado tempo, entrar com imagens termográficas dentro do trem para verificar os componentes eletrônicos e elétricos – os que geraram aquele incêndio – e saber em quais as condições eles estão: se estão dentro das condições admitidas pelo fabricante ou se estão fora delas. Se o componente estiver fora dessas condições, ele será trocado imediatamente. Então, hoje, há a segurança de todos esses trens estarem revisados. O trem daquele acidente tinha saído da área de manutenção na semana anterior, então foi, de fato, uma fatalidade.

Nós estamos empreendendo todos esses esforços com a expansão das obras e a ampliação da frota com a aquisição de 15 novos trens. É um empreendimento muito custoso em termos de recursos financeiros, porque há muita tecnologia agregada dentro de um conjunto de trem como esse; a caixa metálica do trem é feita para ter 45 anos, 50 anos de vida útil e há toda a tecnologia que está por trás do funcionamento do metrô, porque ele tem um sistema altamente tecnológico, baseado em componentes eletrônicos.

Então, há realmente um custo alto para essa implantação, mas o Governo do Distrito Federal tem empreendido, em todos os anos, os recursos necessários para que mantenhamos a nossa operação plena. O Metrô é um concessionário, assim como os concessionários dos ônibus, faz parte do sistema de mobilidade, mas há uma diferença entre eles. Uma vez, em uma visita de 2 deputados, colegas do senhor, ao Metrô, eu até comentei que o Metrô não recebe a tarifa técnica, está fora dos

900 milhões de reais da tarifa técnica e, ficar de fora da tarifa técnica, para o Metrô, é uma benção. Por quê? Porque os colegas dos ônibus – o secretário Zeno trouxe o número – têm uma dívida acumulada de 900 milhões de reais. O Metrô recebe 200 milhões de reais de usuários – que pagam a tarifa de R\$5,50 – mais as receitas extratarifárias pela locação de espaço. Do nosso custo de 500 e poucos milhões por ano, o GDF tem complementado os outros 300 e poucos milhões com os recursos do próprio Tesouro do Distrito Federal.

Todos os dias, a partir das 5 horas e 30 minutos da manhã até às 11 horas e 30 minutos da noite, temos conseguido ofertar um transporte de qualidade e atender a comunidade que depende da operação do Metrô. E temos sempre conseguido, com o empenho do governo, da Secretaria de Economia e da Secretaria de Fazenda, zerar o ano com todas as nossas dívidas pagas. Então, o Metrô tem esta característica diferenciada dentro do sistema da mobilidade: não depender da tarifa técnica. Se o Metrô dependesse da tarifa técnica, a cota não seria de 900 milhões; ela seria um pouco mais porque o Metrô estaria dentro dela. De 1 milhão de passageiros que são transportados, nós estamos transportando 180 mil deles todos os dias.

Além da renovação – e isso traz uma segurança porque se trata de um trem zero quilômetro –, que vai atender a todas essas questões mais prementes hoje em termos de descarbonização, de temas ambientais, de presença de ar-condicionado e tudo o mais, nós temos um programa de manutenção da nossa frota muito intensivo, de acordo com todos os critérios do fabricante, de modo que conseguimos cumprir as nossas 497 viagens todos os dias.

O secretário Zeno falou uma frase no começo da sua fala. Ele disse que a notícia que chega ao usuário é a de que milhões e milhões de reais estão sendo transferidos para as empresas de ônibus. Ele demonstrou aqui que esses milhões e milhões de reais transferidos para as empresas de ônibus são uma ação do Governo do Distrito Federal em nome de cada um dos cidadãos do Distrito Federal que usa o sistema de ônibus, para complementar o valor da passagem deles. Nós temos que aprender a nos comunicar melhor dentro da imprensa – é um mea-culpa que nós precisamos fazer, como o secretário falou. Nós sabemos transportar as pessoas, mas precisamos aprender a nos comunicar.

Imagine o senhor que, em 2023, nós tivemos – são dados públicos, amplamente apresentados na imprensa – uma faixa de 50 eventos notáveis – arredondando –, que são aqueles que geram um atraso de mais de 15 minutos. No ano inteiro, por dia, nós fazemos 492 viagens. Então, nós fazemos milhares de viagens no ano, e, dentro das milhares de viagens que o metrô fez no ano, 43 ficaram prejudicadas, porque houve um atraso superior a 15 minutos.

Esse número é insignificante, mas ainda precisamos amadurecer a forma de nos comunicarmos com o nosso usuário, com a sociedade do Distrito Federal, com esta casa, com outros representantes do governo, porque a realidade é que temos as 20 mil viagens que o sistema de ônibus faz todos os dias, as quase 500 viagens que o metrô faz todo dia, e temos a possibilidade de atender o cidadão da melhor maneira possível.

Esse é o desafio que temos diariamente e eu quero de público aqui, na presença do senhor – um representante do povo de Brasília e especialmente um deputado que vem da luta trabalhista, da luta sindical –, também fazer um agradecimento a todos os servidores do Metrô. Nós falamos aqui do período da covid-19, em que cerca de 400 colegas foram contaminados com o vírus da covid-19 e o metrô funcionou todos os dias, de 5 e 30 às 11 e 30 da noite. Nesse período, todo o programa de manutenção permaneceu acontecendo nas oficinas do Metrô em Águas Claras e na linha, porque, enquanto o passageiro está dormindo, durante a madrugada, nós temos um programa intenso de manutenção nos trilhos, para que, no outro dia, o sistema esteja funcionando adequadamente, para levar a cada um de nós, que somos usuários do Metrô, de casa até o seu destino e trazer de volta em paz e em segurança.

Quero renovar aqui o nosso compromisso de continuar trabalhando com toda a firmeza, especialmente dentro do programa de complementação dessa frota. É um programa mais dispendioso tanto de recurso quanto de tempo, porque nós precisamos fazer uma licitação. Essa licitação já está sendo construída dentro do Metrô, com a especificação desses trens e tudo. É uma licitação internacional complexa de se fazer. Depois de feita essa licitação nós temos um prazo médio, hoje, dentro da indústria metroferroviária mundial, de 2 anos para começar a receber esses trens.

O nosso desafio é, até o final deste governo, começar a entregar os trens novos para ampliar a frota de Brasília. Sobre a expansão de Samambaia, temos a segurança de que, não havendo a falta de recursos, nós vamos concluí-la ainda até 2026. Sobre a expansão de Ceilândia: é um trabalho que vamos iniciar as obras para que o próximo governo possa concluí-lo e entregá-la à comunidade do Distrito Federal.

Contem conosco.

Muito obrigado pelo convite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Handerson.

Concedo a palavra ao João Dão, presidente do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal. (Palmas.)

JOÃO DÃO – Obrigado, cumprimento todos os deputados desta casa, os representantes das empresas, o secretário de Mobilidade, as companheiras e companheiros deste debate para saberem a realidade do sistema de transporte público do Distrito Federal.

Em especial, quero deixar o nosso agradecimento ao deputado Chico Vigilante, que é uma pessoa que tomou a frente na busca da melhoria do sistema de transporte público do Distrito Federal e no cumprimento, pelas empresas, da renovação da frota. Parabéns, deputado Chico Vigilante, por sua coragem! Conte sempre conosco naquilo que nós possamos ajudá-lo.

Eu quero voltar um pouquinho: o sistema de transporte público do Distrito Federal, quando o companheiro Pedro Celso buscou a melhoria dos benefícios e da jornada de trabalho para os companheiros – é importante lembrar isto, ele enfrentou dificuldades naquela época, da qual eu fazia parte também, em 1989 – era totalmente diferente do que é hoje. Os ônibus tinham direção mecânica e embreagem mecânica. Os companheiros terminavam sua jornada de trabalho exaustos, cansados, devido àquelas condições de trabalho.

Entretanto, houve a coragem do governador do Distrito Federal naquela época, Agnelo Queiroz, que enfrentou as operadoras que não queriam sair do sistema. Houve várias e várias audiências para que não fosse feita a licitação do sistema, mas o governo conseguiu vencer. E venceu para a melhoria do sistema, para a melhoria da população do Distrito Federal, que são os usuários que dependem do transporte público. Melhorou a condição de trabalho do cobrador e do motorista, que hoje trabalham em um sistema totalmente diferente, com ar-condicionado, direção hidráulica, embreagem a ar, Isso é um benefício, é qualidade de trabalho, qualidade de vida, para os trabalhadores rodoviários. É o que nós sempre buscamos: a melhoria do sistema de transporte e melhorias para a nossa categoria. Dentro da nossa categoria, nós vamos estar sempre – mas sempre – em busca do que há de melhor para os trabalhadores e na defesa disso. Também vamos buscar a melhoria para a população do Distrito Federal, que merece um transporte de qualidade. A sociedade de Brasília faz parte de nós: são as nossas famílias que também dependem do transporte público.

O transporte público de boa qualidade é o transporte que busca as pessoas que usam o seu transporte particular para vir trabalhar para não dependerem do transporte público. Mas, para isso, o sistema precisa melhorar. Precisa melhorar muito ainda na pontualidade, nos horários, para que você não chegue à parada e fique esperando 30, 40 minutos, às vezes 1 hora. Tem que haver pontualidade.

É importante haver também uma certa forma de monitoramento do governo, um aplicativo para que os usuários do transporte público acompanhem se o ônibus vai passar de imediato na parada, secretário, para que as pessoas que usam o seu transporte particular possam usar o transporte público. Então, ele vai ter confiança de que o ônibus vai passar naquele horário. Vai diminuir o engarrafamento, vai diminuir a poluição, vão diminuir os acidentes, mas, para isso, é preciso ter certeza de que isso realmente vai funcionar.

Nós defendemos a questão do subsídio, porque, anteriormente, não havia subsídio. O subsídio, hoje, atende à sociedade do Distrito Federal. Antes, os estudantes não iam para a aula por falta de dinheiro, porque muitas famílias, às vezes, naquele momento, não tinham dinheiro para pagar a passagem. É preciso mostrar para os estudantes, os portadores de necessidade especial, os idosos, a população e a própria imprensa – que está aqui presente – que essa gratuidade é positiva para a sociedade. Desejo uma boa-tarde também aos servidores desta casa, desculpem-me, porque eu esqueci. Ela é positiva para que os trabalhadores reconheçam que o Governo do Distrito Federal, se não me falha a memória, há mais de 10 anos não aumenta o valor da tarifa usuário. Esse subsídio é justamente para que a tarifa usuário não chegue ao valor que está no Entorno. Se não houvesse o subsídio, a tarifa hoje estaria acima de 10 reais. Imagine as pessoas pagarem 10 reais para vir e 10 reais para voltar. Como ficaria o comprometimento do salário desses trabalhadores no final do mês?

Defendemos que as empresas cumpram em dia com os salários dos trabalhadores, como o Adriel e a Nuria falaram aqui. O deputado Chico Vigilante perguntou se a empresa já foi parada algumas vezes? Já. A empresa que mais foi parada no Distrito Federal, por falta de cumprimento do pagamento dos salários dos trabalhadores, foi a empresa Marechal.

Os trabalhadores têm os seus compromissos. No final do mês, eles precisam receber o seu pagamento para poder cumprir com as suas obrigações. Da mesma forma, as empresas têm que cumprir o compromisso delas. Se os trabalhadores prestaram um bom serviço, estão trabalhando certinhos, as empresas têm que pagá-los no final do mês. Para isso, é preciso também que o governo cumpra com as suas obrigações.

O valor do financiamento do sistema de transporte público hoje é muito alto, mas esse é um dinheiro de subsídio. Se não houver o repasse que o governo tem que fazer às empresas, acaba afetando diretamente os trabalhadores. E, quando afeta os trabalhadores, o sindicato acaba tomando algumas atitudes. Se não pagar, todos sabem que, no dia seguinte, as empresas acabam não rodando. O sindicato tem que cumprir com as suas obrigações. As empresas têm que cumprir com as suas obrigações. O governo também tem que cumprir com as suas obrigações. As vezes, a própria população não tem o reconhecimento de que esse subsídio é positivo para a sociedade. A própria imprensa tem que saber disso. O governo não pode dar dinheiro para as empresas. É um dinheiro de subsídio. É a mesma coisa de nós não pagarmos por esse serviço. Alguém terá de pagar por ele

Há esse projeto de lei, que foi passado pelo deputado Chico Vigilante, que diz que os idosos com 60 anos para frente têm que ser transportados gratuitamente. Alguém tem que pagar essa conta, e quem tem que pagar é o governo.

Nós fazemos o possível para que o sistema de transporte público flua, melhore, seja pontual, a fim de que a população não seja prejudicada.

Aos deputados desta casa, eu quero agradecer, na verdade. Nós enfrentamos uma etapa muito difícil, na época da pandemia. Quando aconteceu a pandemia, em todos os estados do Brasil houve redução de 50%, 60% das frotas. Houve empresa que nem voltou a circular. No Distrito Federal, com essa preocupação, a diretoria do sindicato se reuniu de imediato quando as empresas fizeram o pedido de redução de 40% da frota. Nós falamos que 40% da redução da frota seria desemprego em massa da categoria. Nós nos preocupamos com isso, para que não houvesse desemprego.

Nós nos reunimos, às 21 horas e 30 minutos, na Secretaria de Mobilidade, e passamos essa preocupação para o governo, para que não houvesse essa redução da frota. A frota circulando 100% traria mais segurança para os trabalhadores rodoviários, que estavam ali, expostos à contaminação, e a população iria andar nos ônibus sem aglomeração. Graças a Deus, o governo nos ouviu e subsidiou os ônibus rodando vazios, 100% da frota. Não houve demissão no Distrito Federal. Foi o único lugar do Brasil em que não houve demissão dos trabalhadores rodoviários do sistema. Foram mantidos todos os benefícios da categoria. Nós trabalhamos, duramente, para que mais de 13 mil mães e pais de família não perdessem seus postos de trabalho, porque é daqui, do sistema de transporte, que eles levam o sustento para suas famílias.

Nós ficamos muito gratos ao Governo do Distrito Federal, na época, e aos deputados, que têm nos ajudado – deputado Chico Vigilante, você, principalmente. Nós sempre estivemos aqui, batendo na porta, pedindo apoio para que não houvesse demissão da categoria.

O deputado Chico Vigilante, como parlamentar, tem, realmente, cobrado para que as empresas cumpram com as obrigações. Quando houve um decreto, desta casa, de que 400 e poucos carros da São José iriam deixar de circular, no dia seguinte o secretário me ligou, às 6 e meia da manhã, falando: "João, prepare-se, porque, a partir de amanhã, vão estar na porta do sindicato mais de 1.200 trabalhadores desempregados". Eu perguntei: "Por quê?" Ele respondeu: "Porque há um decreto que diz que os ônibus não vão poder circular a partir de amanhã, mais de 400 carros". Bateu uma preocupação muito grande em nós, porque mais de 1.200 mães e pais de família poderiam ficar sem o posto de trabalho naquele momento.

Nós corremos. O próprio João Osório ligou para o deputado Chico Vigilante e passou essas preocupações para ele. Aí, houve a revogação do decreto, dando um prazo para que a empresa, que estava desmotivada de renovação de frota, não sei por qual motivo, cumprisse com isso. As empresas cumpriram com isso, com essa revogação de 180 dias? Não cumpriram, e ficamos preocupados com a situação, porque os trabalhadores é que seriam penalizados. Com isso, houve várias revogações de prazos para que a empresa renovasse sua frota e fizesse o contrato com o governo. Assim foi feito.

Adriel, muitos companheiros e companheiras da São José são guerreiros por terem trabalhado com uma frota, às vezes, praticamente sem condições de circular. Eles o fizeram porque estavam com medo de perder o posto de trabalho. Eles venceram. Hoje, praticamente todos estão com quase 100% da frota renovada. Estamos satisfeitos de trabalhar em carros novos. Quem não quer trabalhar em carro novo para ter melhores condições de trabalho e saúde?



A Marechal já era para ter renovado a frota. Não renovou. Estamos bastante preocupados com a possibilidade de não renovação do contrato. A nossa preocupação não é em relação à empresa, mas em relação ao emprego dos trabalhadores. A forma como se queria fazer para a empresa sair do sistema era um tipo de licitação que seria prejudicial para os trabalhadores e, até mesmo, para o governo. Seria em forma de cooperativa: um entra com 10 ou com 20. Essa não seria a forma ideal, porque não haveria a sustentabilidade de uma única empresa sólida. Se a empresa vai bem, ela vai bem para os trabalhadores.

O nosso papel é defender os postos de trabalho dos companheiros rodoviários e o melhor sistema de transporte público para sociedade, sistema que também serve nossa família. É esse o nosso papel. Nós torcemos para que tudo dê certo, ocorra dentro da conformidade, e para que não haja nenhuma penalidade para os trabalhadores rodoviários.

Quero dizer aos companheiros que contem sempre conosco. O sindicato dos rodoviários estará sempre presente nas audiências, em prol da classe trabalhadora e da melhoria do sistema, de braços dados com todos os companheiros e companheiras.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, João Dão.

Nós vamos abrir oportunidade para 5 pessoas no plenário se manifestarem. Já há 3 inscritos. Se mais 2 quiserem se inscrever, estará aberta a inscrição.

Concedo a palavra, por até 5 minutos, ao primeiro inscrito, Antônio Roberto Gomes da Silva, que representa a Asstrap-DF, Associação dos Permissionários do Sistema de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal e Entorno.

ANTÔNIO ROBERTO GOMES DA SILVA – Boa tarde, deputado Chico Vigilante. Muito prazer. Quero agradecer este momento histórico de falarmos sobre o transporte.

Realmente, às vezes, as contradições são grandes. Na forma figurativa, há uma coisa; na prática, há outra. O representante da BsBus falou que, mesmo trabalhando, estão vendendo o almoço para poder comprar a janta. Nós, não – o transporte alternativo, do qual sou representante, hoje, ao representar a Asstrap. Sou oriundo, com muito orgulho, do transporte alternativo. Fui presidente de sindicato, diretor de cooperativa, permissionário e representante de linha. Sei das demandas e sei dos locais que hoje estão com lacunas.

Inclusive, quero agradecer-lhe a gestão, Márcio, e o documento que identificou 62 linhas desativadas. Por isso, hoje existe esse gargalo, essa deficiência no transporte.

Há um processo de transporte complementar, que está inserido no art. 66 da Lei nº 4.011, que até hoje não foi cumprido pelo governador do Distrito Federal. Ele está lá, sobrestado. Trata-se de um processo de cunho social, para gerar 3.500 empregos, os quais as pessoas do transporte alternativo perderam, em 23 de julho de 2008, quando saíram 1.500 Vans – refiro-me só às Amarelinhas e à Fecootab – e os micro-ônibus das cooperativas, que não existem hoje – só há 32 na Coobrataete, no Paranoá. Com isso, para que se possa ampliar o transporte e ter uma demanda mais dinâmica, nós estamos com um projeto em curso e com um processo junto ao governo. Com isso, esperamos que se resolva essa demanda e que haja um transporte mais dinâmico.

De que forma? Nós dispensamos o subsídio, deputado Chico Vigilante, e vamos pagar um imposto. Na época do transporte alternativo, nós não tínhamos subsídio e sobrevivíamos, pagávamos muito bem as contas. Vamos pagar o imposto para poder ajudar as empresas de ônibus, já que o governo está reclamando que o subsídio é caro. Entendeu? Não estou dizendo aqui que isso não é justo. De qualquer forma, o transporte, na forma como está hoje, é insustentável, por conta da reclamação dos usuários.

Andei no Uber com um passageiro que me falou o seguinte – estou fazendo esta defesa e trazendo esta demanda: “Hoje, eu pego o meu dinheiro e só pago Uber e metrô”. Por quê? Porque ele ficou 40 minutos em uma parada esperando um ônibus; quando passou, passou lotado e, com 10 minutos de viagem, o ônibus quebrou.

Deputado Chico Vigilante, eu tenho este processo aqui, junto ao governo – eu o trouxe para cá e, inclusive, acionei o Ministério Público –, referente ao compromisso que o governo fez e, até hoje, não cumpriu. Esse processo passou por todos os trâmites legais – o Márcio e o Zeno sabem disso.

Na gestão do Valter Casimiro, esse processo ficou de sair em março de 2020, e não saiu. Passou pela PGDF e obteve um resultado satisfatório. Precisava somente da regulamentação específica

da lei, e não mandaram o processo para a Câmara Legislativa. Diante disso, fizemos outra reunião em novembro de 2020, com o então secretário de Transporte Valter Casimiro, para que se resolvesse essa demanda. Essa reunião teve a participação da Celina Leão, que disse o seguinte: "Roberto, vamos mandar, então, a regulamentação específica da lei para a Câmara Legislativa". Por quê? Porque, até audiência pública, nós já tivemos. Essa foi a última instância. Todas as pessoas que iam participar do processo licitatório tiraram toda a documentação. Toda a documentação está lá jogada; está com eles, por quê? Porque o governo criou uma expectativa que não aconteceu.

Estamos hoje cobrando do governo questões referentes ao Processo nº 00090-0029953/2019-42. Este documento, que foi impetrado por mim junto ao Ministério Público, diz o seguinte: "A Asstrap – Associação do Sistema de Transporte Público Complementar do Distrito Federal e Entorno, na pessoa do presidente Antônio Roberto Gomes da Silva, vem informar, através desta, reclamar e..."

(Soa a campainha.)

ANTÔNIO ROBERTO GOMES DA SILVA – Posso concluir?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Para concluir, mais 1 minuto.

ANTÔNIO ROBERTO GOMES DA SILVA – Um minuto?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Já foram 5. Estou concedendo-lhe mais 1 minuto.

ANTÔNIO ROBERTO GOMES DA SILVA – "Solicitar a esta casa, do qual enviamos para o nosso excelentíssimo governador de Brasília, o secretário de mobilidade urbana e o subsecretário o projeto do transporte complementar, que é compromisso e está inserido no plano de governo, conforme a Lei nº 4.011/2007, art. 66, e até a presente data não apontou nenhuma solução mediante o processo, que está de forma paralisada. Junto a este pedido, encaminho a vossa excelência os documentos pertinentes ao assunto e peço, dentro do possível, a distribuição para a promotoria. Somos grupos organizados, associações e membros filiados e que o projeto é de cunho social e de forma técnica para atender a população.

Pela deficiência do transporte e sem livre concorrência, nos mostra de forma visível o monopólio do transporte que impera no Distrito Federal, tendo em vista o parecer da PGDF – Procuradoria-Geral do Distrito Federal – nº 221/2021, que aprovou com acréscimos apontando soluções no que tange à regulamentação específica da lei e mudança da nomenclatura ou aproveitamento da Lei nº 6.434/2019 com suas *nuances* para o prosseguimento do mesmo.

Estamos aguardando o edital de licitação proveniente dos seguintes trâmites: compromisso do governador, fundamentação legal da lei, minuta do edital, audiência pública e o parecer da PGDF."

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Roberto.

ANTÔNIO ROBERTO GOMES DA SILVA – "Em razão, o STPA de Transporte Alternativo do Distrito Federal, que foi extinto mediante a Portaria nº 34, em 23 de julho de 2008, com 1.500 carros a menos no mercado, e das cooperativas, que não estão atuando na atual conjuntura, como também menos 450 micro-ônibus.

Quero, neste ainda, ressaltar o aumento expressivo de habitantes do Distrito Federal. Temos que levar em consideração o retrocesso que traz para o usuário a insatisfação com o transporte coletivo."

Muito obrigado.

Era isso o que eu queria deixar a vocês.

Faço um compromisso aqui, deputado Chico Vigilante. Se o governador tirar os cobradores e houver vontade política da parte dele para colocar o transporte complementar, nós absorveremos todos vocês.

Um abraço. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Roberto.

Concedo a palavra ao companheiro Pedro Celso, ex-deputado federal e distrital e ex-presidente do Sindicato dos Rodoviários. Em seguida, falará a Janaína Scartozzini, usuária. Pedro, o senhor está com a palavra por 5 minutos.

PEDRO CELSO – Muito obrigado, deputado Chico Vigilante.

Senhores membros da mesa, senhor secretário, o meu boa-tarde.

Eu estava me lembrando, deputado Chico Vigilante, do meu tempo de rodoviário. Meu pai foi apontador da obra da garagem da TCB. Eu era um menino de calça curta, e ele já me levava para a obra. Era tanto menino na minha casa, que ele me levava para diminuir a quantidade deles lá na casa. Esse é o meu tempo de transporte coletivo.

Eu estava me lembrando também de quando fizemos a primeira greve da Nova República – acho que o deputado Chico Vigilante se lembra –, a greve que derrubou o Governo do Distrito Federal, todo ele: secretário de Transporte, secretário de Segurança Pública, que era o temível... Como era o nome dele, deputado Chico Vigilante?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Lauro Rieth.

PEDRO CELSO – Lauro Rieth. E o governador foi para o ralo também. Eu tinha 26 anos de idade. Eu me ative a isso e nesse tempo todo estamos nessa luta.

Eu me lembro, quando eu morava em Taguatinga, de pegar o ônibus – eu saía do Setor Comercial Sul, era um *office boy* – para voltar para Taguatinga. Nesse tempo todo, a minha vida inteira, era um sofrimento nos ônibus. Até hoje, continua o sofrimento nos ônibus. Antes da Pioneira – ouviu, meu companheiro? – existia a Viação Planeta, que pertencia aos Matsunaga. Antes disso, já sofriamos na Viação Machado. Havia, também, a Viação São Sebastião, com uns cacarecos caindo aos pedaços. Sempre o povo estava sofrendo dentro dos ônibus.

Eu me lembro que desde 1985 eu ouço essa cantilena de que estou vendendo almoço para comprar o jantar. Desde aquela época, eu ouço empresários reclamando de que estão em dificuldade e os vejo comprando empresas de aviação, comprando fazendas, comprando mais e mais coisas.

O que eu percebi, deputado Chico Vigilante, é que somente o Grupo Constantino, a que pertencem a Piracicabana e a Pioneira, é que está bem. Falaram muito bem. Os outros estão em uma dificuldade séria, e eu acredito nessa dificuldade.

O que vemos, secretário? Vemos um desequilíbrio dentro do sistema, e isso precisa ser averiguado. Há necessidade de transparência na gestão do sistema público de transporte coletivo, porque essa questão do cálculo da tarifa técnica é um verdadeiro mistério.

Eu conversei com nosso representante no Conselho de Transporte. O Conselho de Transporte se reúne de 3 em 3 meses – um tempo muito longo, muito distante. É muito tempo para o Conselho de Transporte se reunir. Também, é um conselho que, pouco ou nada, tem muito pouco poder.

Levantem a mão os companheiros rodoviários! Quantos cobradores e cobradoras estão presentes? Levantem a mão, por favor. (Pausa.) Secretário e empresários, todo esse pessoal está com muito medo de perder o emprego.

Está com muito medo, mas esta turma é uma turma de luta. Esta turma obteve – esta turma também que está presente – conquistas históricas ao longo da sua jornada. Está presente o Saul. Estão os companheiros de cabeça branca presentes. Quem não participou da luta teve seus pais participando de lutas históricas desta cidade. Não carregam o medo. Existem conquistas que só o Distrito Federal obteve – o deputado Chico Vigilante ajudou muito nisso – por lutar por seus direitos, por lutar por suas reivindicações.

A questão do emprego do cobrador e da cobradora para nós, Adriel... Não, Adriel é você, que é filho do Luciano, é verdade? Conheci muito o seu pai. Nuria, não é?

(Soa a campainha.)

PEDRO CELSO – Então, Nuria, quando nós tivemos que colocar no acordo coletivo de trabalho, só Deus sabe o que eu ouvi do Nenê Constantino de Oliveira, o velho Nenê, quando vinha para a mesa, o que eu tive que ouvir dele para colocar lá na cláusula do acordo coletivo de trabalho que as empresas se obrigavam a colocar, no seu quadro de empregados, mulheres. Ouvi horrores do Nenê Constantino, mas tudo é passado, as mulheres estão trabalhando, são guerreiras.

Então, a questão do emprego dos cobradores é uma questão de honra para essa categoria. E, em relação à manutenção desse emprego, nós vamos – eu digo nós, porque eu sou filho de rodoviário, sou rodoviário e estou junto com essa turma para o que precisar – estar nessa luta para garantir o emprego dos trabalhadores rodoviários.

Disse isso em uma audiência com o ministro do trabalho e digo aqui hoje na presença dos empresários, de meu amigo, companheiro de mais de 40 anos de luta, deputado Chico Vigilante, e

também do Secretário do Transporte, porque é fundamental para nós. Não abriremos mão de forma alguma disso.

Saúdo o meu amigo João Dão, esse bravo companheiro recém-eleito majoritariamente, vitoriosamente pela Chapa 1.

Grande abraço, a luta e a vitória sempre.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Pedro.

Está com a palavra a usuária do transporte público do Distrito Federal, Janaína Scartozzini, ex-moradora da Samambaia e agora moradora de Vicente Pires.

JANAÍNA SCARTOZZINI – Isso mesmo, boa tarde.

Vou ler para ser bem objetiva.

Prezados, é uma honra estar aqui hoje para compartilhar minhas experiências e perspectivas sobre o transporte público do Distrito Federal.

Gostaria de parabenizar a iniciativa desta audiência pública do gabinete do deputado Chico Vigilante. Estar inserida nessa oportunidade que representa milhares de trabalhadores é um grande ganho como profissional e cidadã.

Como brasiliense nascida e criada nesta capital, cresci dependendo do transporte público para me deslocar, desde trajetos para a escola até a vida adulta. Os ônibus e o metrô foram minha principal forma de locomoção durante vários anos. Atrasos, frio, calor, fome, abusos e assaltos foram desafios que tive que enfrentar, diante dessa dependência básica. No entanto, hoje, aos 32 anos, embora eu tenha um carro, continuo utilizando o transporte público regularmente.

É inegável como o transporte público é vital para a dinâmica da nossa cidade. É a espinha dorsal que nos conecta, possibilitando acesso ao trabalho, educação, serviços e lazer. Também é evidente o quanto esse recurso básico ainda não tem a atenção necessária apesar da importância.

Diante desse contexto, gostaria de expressar, em nome de milhares de usuários como eu, o desejo por um metrô que opere 24 horas por dia. Vivemos em uma cidade que não para, com uma população ativa em todos os momentos do dia e da noite. Ter um sistema de metrô operacional sem interrupções garantiria maior acessibilidade e segurança para todos os cidadãos. Isso gera empregos, oportunidades e muita vida para as regiões do DF.

Além disso, a expansão do Metrô é crucial para acompanhar o crescimento da nossa capital. Novas linhas e estações não apenas facilitariam o acesso a áreas atualmente malservidas, mas também ajudariam a reduzir o congestionamento nas ruas e nas estradas, contribuindo para um meio ambiente mais limpo e sustentável.

Por fim, eu gostaria de abordar a segurança nos ônibus. Todos os dias, milhares de pessoas confiam nesse meio de transporte para chegar aos seus destinos. É fundamental garantir que as viagens sejam mais seguras. Isso envolve não apenas a adoção de medidas de segurança física, como câmeras e policiamento, mas também a promoção de uma cultura de respeito e civismo entre nós passageiros.

Nesta oportunidade de fala, como brasiliense comprometida com o bem-estar e o progresso da nossa capital, peço que os nossos líderes e autoridades priorizem investimentos no transporte público. Um Metrô 24 horas, mais expansões dos sistemas, novas linhas e melhorias na segurança são passos fundamentais para garantir que todos os cidadãos do Distrito Federal tenham acesso a um transporte público eficiente, confiável e seguro.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Janaína.

Não há mais oradores inscritos. Vamos ouvir, agora, rapidamente, os membros da mesa.

Peço às cobradoras e aos cobradores que não saiam, porque o secretário tem uma boa notícia para vocês. Pelo menos, foi isso que ele me adiantou. Ele será o último a falar.

Concedo a palavra à senhora gerente de operações e planejamento da Viação Marechal, Nuria Itailine, por 1 minuto, para as suas considerações finais.

NURIA ITAILINE AZEVEDO – Janaína, parabéns. Você se expressou muito bem.

Diante dos relatos que ouvimos, afirmo que nós, como representantes de empresas, temos o

dever de oferecer transporte público de qualidade para a população do Distrito Federal.

Como eu falei antes, é gratificante e honroso para mim, mulher, representar a gestão de uma empresa de ônibus, de maioria masculina.

Em janeiro ou fevereiro, nós da Viação Marechal apresentamos um dossiê das contratações do nosso quadro. Aumentamos muito o número de mulheres na gestão da empresa. Noventa por cento das pessoas à frente da empresa são mulheres, tanto na área de recursos humanos, na área jurídica, como na área de operações. Estamos aumentando o número de mulheres no quadro e expandindo a contratação de mulheres em todos os cargos administrativos e operacionais da empresa. Estamos fazendo alianças com o Sest Senat, para aumentar o número de mulheres na direção dos veículos.

É nosso papel representar a classe de mulheres à frente de carros. Mulher tem que estar onde quiser. Precisamos nos capacitar para evoluir e ocupar os maiores cargos, porque não há diferença entre homens e mulheres. Temos, sim, como conseguir alcançar esses objetivos.

Estou aqui como representante de empresa, como representante de mulheres, de cobradoras, de funcionários, de todos os cargos, para poder lutar junto com vocês nessa área.

Eu gostaria de reforçar também que a minha formação é na área de humanas. Sou da área de gestão social e também sou formada em assistência social. Conheço cada parte dessas vulnerabilidades e do aspecto do RH. Tenho me especializado agora na questão mais técnica e operacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Eduardo Dias, representante da Pioneira.

EDUARDO DIAS – Obrigado a todos.

Obrigado, deputado, pelo convite para participar desta audiência tão importante a respeito do transporte público do Distrito Federal.

A empresa Pioneira está sempre à disposição e aberta para quaisquer esclarecimentos na área de transporte. Estamos cada vez mais investindo na empresa para um transporte melhor para Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Fausto Mansur, representando a Piracicabana, empresa 100% renovada, não é, Fausto?

FAUSTO MANSUR – Sim, 100%.

Agradeço a oportunidade. A Câmara Legislativa é a casa em que estamos dispostos a discutir e debater tudo pela melhoria do sistema.

Estamos à disposição. Sempre que vocês nos convocarem, estaremos aqui.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Adriel Rocha Lopes, representante da ex-São José, atual BsBus.

ADRIEL ROCHA LOPES – Eu queria agradecer novamente o convite, deputado Chico Vigilante. Este debate é sempre muito importante. Todo mundo sabe um pouco sobre transporte – aprendi isso na UnB – porque ele é de convívio de todos. Todo mundo vive o transporte diariamente, seja ele como for. Então, é muito importante este debate, é muito importante estarmos nesta casa legislativa, a casa do debate, a casa do povo, para discutir aquilo que influencia a nossa vida.

Coloco-me à disposição sempre. Agradeço novamente o convite.

Vamos mais 10 anos, deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Adriel, só uma curiosidade: tenho visto muitos ônibus verdes e brancos. Vocês pintaram alguns deles de verde e branco ou todos são novos?

ADRIEL ROCHA LOPES – Se pintamos ônibus de verde? Não. Todos os ônibus verdes são novos.

O que você viu? Eu não entendi. Desculpe-me.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estou perguntando o seguinte: ando pelas ruas e tenho visto muitos ônibus verdes e brancos. Todos são novos da BsBus ou vocês pintaram alguns ônibus velhos?

ADRIEL ROCHA LOPES – São 100% novos. São 473 veículos novos. Isso é interessante, acho que essa mudança de cor também trouxe isso, porque ônibus não tem muita característica igual ao carro, que muda a cara todos os anos. O ônibus tem a carroceria muito igual. O *design* dessa carroceria que compramos hoje já é de muitos anos; então, muitas vezes, o usuário nem percebe que há ônibus novo. Mas a mudança de cor foi legal porque Ceilândia está toda verdinha agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estou fazendo essa pergunta, Zeno, porque certa vez um governador do Distrito Federal combinou com os proprietários das empresas, pintaram vários ônibus velhos e os posicionaram no Eixão, no local que nós chamamos de faixa de domínio da presidência, por onde o presidente deve passar. Um monte de ônibus ficou lá uma porrada de dias enfileirados, só que eram todos velhos, pintados como se fossem novos, mas não eram. Eu estava andando pela Ceilândia e passou um ônibus verde da BsBus. Pensei: “Eu vou perguntar se esses danados são todos novos ou se estão pintando os velhos”. São novos, não são?

ADRIEL ROCHA LOPES – Lógico. São 100% novos. O nível de responsabilidade do pessoal de Brasília é muito sério em relação a isso, aos cadastros, tudo é muito certinho. São todos novos. Há alguém aqui da BsBus? Eles podem nos confirmar isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – São todos novos?

ADRIEL ROCHA LOPES – Deputado Chico Vigilante, não é apenas isso. Não só trouxemos esses veículos novos como todos os funcionários que operam essa nova tecnologia passaram por um treinamento no veículo para melhorar não só a questão da máquina, mas também do serviço em si.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Ouviremos o senhor João Dão por 1 minuto, para as suas considerações finais.

JOÃO DÃO – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Quero deixar aqui o meu agradecimento a todas as companheiras e companheiros rodoviários presentes. Deputado Chico Vigilante, em especial agradeço a V.Exa. o convite para este debate sobre a melhoria do sistema de transporte público. Agradeço também ao secretário e às empresas presentes.

Eu gostaria de dar um recado aos companheiros rodoviários. Esse sindicato tem lado: o lado dos trabalhadores. Contra qualquer situação que seja prejudicial para a classe trabalhadora haverá resistência. Esse é um sindicato de luta. Jamais aceitaremos que a classe mais fraca seja prejudicada, se for, haverá resistência.

Muito obrigado aos companheiros e companheiras presentes e aos que não estão aqui. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Handerson Cabral, o Metrô tem jeito?

HANDERSON CABRAL RIBEIRO – Estamos funcionando bem. O Metrô tem jeito, ele faz parte da solução do transporte de passageiros em Brasília.

Eu gostaria de agradecer ao senhor o convite para participar desta discussão. Agradeço ao secretário Zeno o apoio. Ele já é um amigo nosso de longa data. Agora, à frente da secretaria, tem apoiado muito todas as iniciativas do Metrô.

Em nome da diretoria da companhia e de todos os servidores – que todos os dias dão toda sua competência, sua dedicação e o seu profissionalismo para atender a comunidade do Distrito Federal –, reforço o nosso compromisso em manter um serviço de qualidade todos os dias, 12 meses por ano, para poder fazer parte desse grande projeto, que é a mobilidade urbana no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Handerson, a usuária fez uma proposta para o funcionamento do metrô 24 horas. Você acha que é possível estudar e implantar esse horário?

HANDERSON CABRAL RIBEIRO – O nome dela é Janaína, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

HANDERSON CABRAL RIBEIRO – Temos um programa muito complexo de manutenção, que é feita basicamente no horário da madrugada, entre 1 hora e 4 horas e 30 da manhã. Nós funcionamos a partir de 5 horas e 30, mas precisamos energizar o sistema antes, para trazer os trens e disponibilizá-los. Apesar de se fechar a estação às 11 horas e 30 da noite, só se desliga o sistema à meia-noite e 30, porque os trens ainda estão circulando.

Então, neste momento, nós não temos nenhum estudo para a circulação 24 horas, até pela característica de Brasília, onde a comunidade que usa o Metrô, em seu maior volume, concentra-se mais no período de 8 horas a 9 horas da noite. Dali adiante, já há um esvaziamento muito sério do sistema. Porém, eu acho que é uma provocação importante. Essa é uma iniciativa que poderemos estudar no futuro. Grandes cidades, grandes sistemas de metrô, de fato, trabalham e operam 24 horas – não operam todas as estações 24 horas, algumas ficam fechadas, com sistemas de trens expressos. Porém, essa é uma provocação importante para nós, feita aqui, na casa do povo, para estudarmos para um futuro.

Muito obrigado pela sua contribuição. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, vou conceder mais de 1 minuto ao Zeno, porque eu gostaria que ele nos respondesse algumas questões.

Há uma reivindicação colocada há muito tempo, Zeno, quanto ao centro de controle do transporte público do Distrito Federal. Isso já existe em algumas capitais. Para que haja um sistema de controle, falaram-me que precisariam ser investidos cerca de 70 milhões nessa obra; mas, sem controle, é difícil se fazer transporte de qualidade.

Eu queria que você explicasse para nós como anda essa questão do centro de controle; que você abordasse novamente essa questão da dívida de quase 1 bilhão de reais com o sistema e como isso será resgatado; e que você desse uma notícia para os cobradores e cobradoras, que estão com o coração pulsando. Se colocássemos aquele marca-passo do Big Brother Brasil, o coração deles estaria mais disparado do que o dos finalistas.

Portanto, eu gostaria que você começasse dando uma notícia às cobradoras e aos cobradores que estão aqui, depois abordasse essa questão do centro de controle e a situação da dívida.

Você terá o tempo que achar necessário para dar essas respostas.

ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES – Eu vou buscar objetividade nas respostas, deputado Chico Vigilante. Primeiro, agradeço ao senhor e a esta casa o espaço. O deputado Chico Vigilante é um importante aliado da sociedade na luta pelo transporte público de qualidade. Nós reconhecemos isso e vemos com profunda relevância todos os temas que são debatidos aqui. Eu faço questão de, enquanto o governador permitir que eu esteja à frente da pasta, comparecer a todas as audiências, a todas as reuniões, a todas as comissões técnicas, sempre que nós formos convocados. O papel do secretário é prestar conta à sociedade e se mostrar aberto ao debate.

Vou começar então por essa notícia. É fato que vocês acompanham a situação. A classe rodoviária é importante, bem informada e bem mobilizados. O sindicato é atuante e propositivo. Não é um sindicato tão somente da luta da categoria, mas da luta pela melhoria do sistema. Desde que estou na Semob, desde 2019, João, eu sou testemunha de que vocês, do sindicato, estão o tempo todo propondo melhorias para o sistema, discutindo soluções para os problemas financeiros do financiamento público do sistema de transporte e nós os parabenizamos por isso. O sindicato tem o respeito profundo da Secretaria de Transporte, assim como a classe rodoviária.

Porém, é fato – e vocês sabem disso – que, em vários sistemas de transporte do Brasil – alguns concedidos, outros poucos geridos pelo próprio poder público –, não há mais a figura do cobrador dentro do ônibus. Cito, por exemplo, Goiânia, que está aqui do lado, e vocês sabem disso. Isso é uma decisão que passa por vários aspectos, desde o modelo de licitação de cada local até a evolução do próprio sistema e o perfil da sociedade e dos usuários. Não é simplesmente tirar o cobrador por uma vontade política, deputado Chico Vigilante.

Esse assunto está sendo debatido na Semob com zero viés e perspectiva, neste instante, de retirada de cobrador. Não é um assunto que esteja na nossa pauta. Então, tranquilizem o coração de vocês, porque esse assunto não está em discussão na Semob, neste momento. Tanto é que, quando nós falamos com o governador sobre a redução de custo do sistema, a proposição apresentada, que vai ser divulgada para a sociedade, é para ampliar os meios de pagamento e trazer segurança, principalmente para quem trabalha com dinheiro em espécie, com dinheiro vivo a bordo. Nós monitoramos, com o BRB, todas as linhas, os percentuais de pagamentos e quantas linhas têm excesso de dinheiro a bordo. Algumas linhas – eu acho que é uma informação que talvez vocês saibam porque trabalham na linha, mas a maioria não sabe – têm 60% do pagamento em dinheiro. Nós temos esse monitoramento do BRB e relatórios diários e mensais disso, deputado Chico Vigilante. Nós entendemos que, quando se trabalha com dinheiro em espécie, isso é um atrativo que impacta o problema de segurança e a qualidade do transporte. A lentidão de se pagar em dinheiro é muito maior do que pagar com o cartão, além de haver muito mais risco para o cobrador.

O que nós estamos tratando hoje na Semob – isso está sendo registrado e gravado em vídeo – e discutindo em várias reuniões com o BRB é ampliar os meios de pagamento com os novos validadores que já estão implantados em praticamente toda a frota. Pensamos em ampliar os meios de pagamento para que as pessoas possam recarregar com Pix, pagar com cartão de crédito e de débito, com o cartão mobilidade e com cartão avulso. As operadoras estão sendo chamadas à discussão para que elas também instalem postos de comercialização, num futuro breve, para que elas possam comercializar cartões. Por quê? Porque para o usuário é importante o cartão, que permite a integração. Quem paga em dinheiro não tem integração. A pessoa perde a integração quando ele paga em dinheiro. Nós queremos ampliar a integração para rentabilizar o sistema. Isso atrai o usuário para o sistema e o torna mais seguro. A única discussão que hoje está em estudo na Secretaria de Mobilidade, por orientação do governador, é a retirada do dinheiro e a ampliação dos meios de pagamento.

Inclusive, nós chamamos as operadoras, deputado, para discutirem essa questão e apoiarem a comercialização do cartão. Na verdade, nós vamos precisar de mais mão de obra, ou seja, nós estamos falando, além da manutenção dos postos de trabalho, até de ampliação. Para isso, precisamos diminuir o custo do sistema. Como? Fazendo o que nós estamos fazendo. O custo é um só, gente. Quanto mais usuários eu trago para o sistema, menos o governo tem que pagar subsídio. Melhor para a sociedade como um todo. Nós precisamos rentabilizar o sistema. O metrô, por exemplo, Handerson, estou lembrando aqui, já pagamos com cartão com *QR Code*. Já há essa facilidade no metrô.

Então, nós precisamos ampliar isso para todo o sistema. É essa a discussão. É óbvio que o cobrador fica preocupado: “Então, eu vou fazer o quê?” O trabalho do cobrador rodoviário é tão importante quanto o do motorista. No sistema, imaginemos um ônibus com 80 passageiros e o motorista tendo que lidar com essa situação. Como é que fazemos isso para ter um transporte de qualidade? Nós entendemos como transporte de qualidade ter a presença do cobrador dentro de cada veículo. Nossa visão é muito clara a esse respeito. (Palmas.)

Então, quanto a todo esse avanço na tecnologia, na mudança no sistema, na forma de pagamento, na ampliação do sistema, o compromisso que eu já assumi na primeira reunião em que recebi a visita da nova diretoria do sindicato – e isso foi recentemente – foi o de que o sindicato ficará a par de cada passo que a Semob der. Vamos chamar o sindicato e explicar como será a nossa sistemática, vamos fazer campanha, vamos fazer reunião com vocês e explicar como é o sistema, mas em nenhum momento vamos exaurir... Eu estou transmitindo aqui uma determinação do governador de que não se discute nesse instante nenhuma ação de retirada de cobrador. Eu acho que há especulação. É natural e entendemos isso. Mas, vocês, acalmem o coração, nós temos a tranquilidade de falar isso aqui com toda a segurança.

Partindo disso, já pegando o gancho, por que essa modernização? Porque, com esse sistema novo, com os novos validadores, deputado, nós vamos ter a operação em tempo real no CSO que já estará em funcionamento. Ela passará por testes neste mês de maio e, na primeira quinzena de junho, cumprindo o compromisso que a Semob fez com esta casa, nós teremos o nosso centro de supervisão operacional ou centro de controle operacional, como queiram, em pleno funcionamento. Os deputados serão convidados a participar desse sistema. E, aí, há a repercussão de outra situação, que entra exatamente naquilo que o Pedro Celso falou com bastante propriedade – obrigado pelas suas intervenções –, sobre a previsibilidade do sistema para que o usuário saiba em que horário ele vai chegar na linha, qual o roteiro, onde o ônibus dele vai passar e que horas vai chegar ao destino. Isso dá conforto, segurança e ele não precisa ficar numa parada por 1 hora ou 40 minutos esperando porque vai saber que a linha dele vai passar.

Nós já entramos na fase beta – um termo que o pessoal da área de TI usa –, no mês de maio, do aplicativo, que será incorporado ao BRB Mobilidade – e está sendo discutido com o BRB –, para que o usuário possa, como o Uber, acompanhar o seu ônibus.

Hoje nós temos o DF no Ponto, mas ele não está 100% *on line*. Ele está mais de 90% *on line* – mas hoje o DF no Ponto é um *site*, mas vai se transformar num aplicativo. Nós teremos tecnologia a bordo implantada, retirada do dinheiro com a ampliação dos meios de pagamento, facilidade para a vida do usuário, segurança para o cobrador, para o rodoviário e CSO funcionando. Nós iremos ver furos de viagem em tempo real e vamos entrar em contato com gerentes, com todas as operadoras, para resolvermos questões e as acionarmos. Inclusive, penalizaremos a empresa que fura viagem. Isso já acontece, mas acontecerá de uma forma mais eficiente. E haverá tranquilidade para o usuário. Então, a perspectiva que nós temos para este ano de 2024 ainda é muito positiva.

Por isso, deputado, eu vim aqui para reafirmar todos os compromissos assumidos com esta casa. Ainda no mês de junho, nós vamos enviar à Câmara Legislativa o nosso projeto de lei, em face



dessa deficiência no orçamento, porque vamos ter esse problema, para justamente não ficarmos com a dívida – que é o outro assunto que o senhor me pediu para falar: como resolver esse problema da dívida.

A dívida existe porque nós temos um orçamento ainda insuficiente. O poder público não consegue pagá-la se não houver orçamento, por isso a dívida acaba existindo. Do ano de 2023, há essa dívida que hoje gira em torno de aproximadamente 400 milhões, a qual vou reduzir por conta da redução tarifária. Essa dívida ainda nem foi reconhecida. Nós vamos publicar o reconhecimento dela e vamos precisar de orçamento para pagá-la.

O problema é: eu não posso deixar a dívida crescer. Então, o que temos de fazer? Com essa redução de aproximadamente 340 milhões ou quase 400 milhões no subsídio para este ano, nós vamos ter uma margem para que a Secretaria de Economia, que faz a gestão da dívida do governo como um todo, comece a pagar essa dívida. A expectativa é que, com a previsibilidade do pagamento e com os valores novos das tarifas, as empresas saibam quando e como vão receber a dívida antiga. Esse é o compromisso que o governador pediu que nós fizéssemos com o secretário de Economia. O secretário Ney está se debruçando sobre os números, porque já os enviei para ele. Nós teremos uma reunião em breve, e ele vai cumprir aquele compromisso que fez com os deputados naquela reunião da Casa Civil, na qual vossa excelência estava presente.

Nós vamos estabelecer um plano e vamos liquidar essa dívida. A ideia é que, até o final do ano que vem, nós a tenhamos zerado. Essa é a meta que a Secretaria de Economia persegue por ordem do governador, ou seja, nós não vamos deixá-la atrasar este ano ou rolá-la para a frente. Isso é o que estamos perseguindo agora a cada quinzena. Vamos começar a amortizar a dívida passada. Com essa redução do custo, do subsídio, vamos conseguir, no orçamento do governo, um fôlego, uma margem, uma folga orçamentária para podermos cumprir essa meta e atingir esse nosso objetivo do sistema.

No mais, quero só responder ao Roberto, da Asstrap, um guerreiro na luta do transporte complementar. Nós estamos iniciando, agora em junho, a revisão do Plano Diretor de Transporte Urbano. Todo o sistema de transporte de Brasília será reavaliado, Roberto, com audiências públicas, com discussões de origem e destino. Nós vamos entender como as pessoas andam, onde está a demanda, como as pessoas se locomovem em Brasília. Essa pesquisa será feita agora e as audiências públicas serão realizadas. O sistema de transporte complementar tem de estar inserido nesse plano diretor, como você disse. (Palmas.)

Vocês precisam participar desse debate. Vocês precisam trazer essa contribuição para que haja um sistema que preveja VLT, BRT, transporte de linhas alimentadoras, de linhas expressas e também transporte complementar, se essa for a visão dessa revisão do plano diretor, que é uma visão da sociedade e que vai passar pela Câmara Legislativa. É esta casa que vai dar a visão definitiva.

No mais, deputado Chico Vigilante, quero agradecer a vossa excelência. Estou à disposição para ser chamado todas as vezes que a Câmara Legislativa nos convidar.

Os rodoviários merecem o nosso respeito e os nossos parabéns pela luta. Contem com essa secretaria para que mantenhamos, juntos, o transporte coletivo de Brasília da melhor forma possível, que é o que o usuário espera, porque, acima de tudo, a razão de tudo é o cidadão, são as pessoas, é o trabalhador, são aqueles que precisam realmente de transporte.

Obrigado, deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, secretário Zeno. Eu tenho uma prática política que é a seguinte: sempre digo que não trato numa sala, lá na secretaria, aquilo que eu não posso tratar em público. Essa é minha prática política. Portanto, aquilo que conversamos quando estamos numa audiência privada é o mesmo que conversamos aqui em público. Há pessoas que, numa sala, falam uma coisa para ti e, em público, falam outra. A minha prática é a mesma.

Eu estou, sinceramente, muito satisfeito com o resultado da nossa audiência. Se tivermos que fazer mais audiência, nós vamos fazer. Nós temos um objetivo, que é a melhoria efetiva do sistema de transporte público do Distrito Federal. Nós já avançamos nesse sentido e queremos avançar ainda mais. Acho que, com o centro de controle, avançaremos mais.

Eu não ando em transporte de aplicativo. Foi uma decisão tomada por mim quando vieram colocar isso. Eu apoiei os taxistas. Até hoje, eu não entrei em transporte de aplicativo e vou continuar sem entrar. Mas eu acho interessante a minha filha, o meu filho, quem usa ficar ali controlando: “Está chegando”. Acho que a pessoa saber, pelo aplicativo, que ônibus vai pegar, que ele está chegando, que ele está se aproximando da casa dele é um ganho extraordinário. Portanto, vocês estão de

parabéns por implementar isso aí.

Acho que, com o centro de controle, vai-se baratear o custo do sistema. Acho que isso vai ser muito bom para todos nós.

Agradeço a presença aos representantes das empresas, Zeno, porque, na primeira audiência que fizemos, os empresários tiveram muito medo de vir para a audiência. Nós tivemos que convencê-los da necessidade do comparecimento e de debater os assuntos aqui. Você está lembrado, Ariel? E eu dizia: "Vocês vão ser tratados com dignidade". Eu falei: "Lá haverá aplausos se fizerem alguma coisa que merece aplausos, e não haverá vaia". Essa é a marca das minhas comissões gerais, das minhas audiências. Então, é um momento realmente muito bom esta tarde em que nós ficamos aqui hoje.

Agradeço aos servidores do meu gabinete que ajudaram para que esta audiência acontecesse; ao pessoal do Cerimonial da Câmara Legislativa, que trabalha tão bem; ao pessoal da copa. Há um fato interessante; aqui não havia a prática de servir café para os usuários do plenário, e eu convenci a câmara de que todos vocês são nossos convidados. Quando convidamos alguém para nossa casa, sempre servimos um cafezinho. Por que servir café só para a mesa e não servir para o plenário? Antes colocávamos uma garrafa. Foi evoluindo, e agora todo mundo já é servido. Essas meninas são extraordinárias. Inclusive há uma que trabalha o dia todo aqui e, na hora do almoço, vai para a biblioteca estudar, porque está fazendo faculdade. Logo, logo ela estará formada. Ela demonstra interesse efetivo em estudar.

Agradeço ao pessoal do Cerimonial; ao pessoal da Polícia Legislativa; ao pessoal do apoio ao plenário e audiovisual; ao pessoal da TV, que fica gerando as imagens desta sessão. Quero dizer para vocês que esta sessão está sendo transmitida ao vivo pelo canal 9.11, TV Câmara Legislativa. Agradeço ao pessoal da equipe da limpeza; ao pessoal da TV Câmara Legislativa, que também está trabalhando aqui. Depois vocês podem copiar as imagens, podem fazer o que quiserem com elas, pois estão autorizados.

Agradeço às autoridades e aos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa do Distrito Federal com suas presenças.

Declaro encerrada a sessão ordinária que originou esta comissão geral às 17 horas e 45 minutos.

Estão encerradas a nossa sessão e também a comissão geral. Muito obrigado a todas e a todos.

(Levanta-se a sessão às 17h45min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

Asstrap-DF – Associação dos Permissionários do Sistema de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal e Entorno  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BRT – Bus Rapid Transit; em português, ônibus de trânsito rápido  
Coobrataete – Cooperativa Brasiliense de Transportes Autônomos, Escolares, Turismo e Especiais do Distrito Federal  
CSO – Centro de Supervisão Operacional  
EPTG – Estrada Parque Taguatinga  
Fecootab-DF – Federação das Cooperativas dos Profissionais Autônomos de Transportes Alternativos de Brasília e Distrito Federal  
GDF – Governo do Distrito Federal  
Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
Metrô-DF – Companhia do Metropolitano do Distrito Federal  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PcD – Pessoa com Deficiência  
PGDF – Procuradoria-Geral do Distrito Federal  
RH – Recursos Humanos  
Semob-DF – Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal  
Senat – Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte  
Sest – Serviço Social do Transporte  
STPA – Serviço de Transporte Público Alternativo  
TCB – Sociedade de Transportes Coletivos  
TI – Tecnologia da Informação



## Ata Circunstanciada da 37ª Sessão Ordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

#### ATA CIRCUNSTANCIADA DA 37ª (TRIGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 7 DE MAIO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 18H13MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de terça-feira, 7 de maio de 2024, às 15 horas.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Daniel Donizet a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 36ª Sessão Ordinária, de 2 de maio de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Registro e agradeço a presença do amigo Celson. É um prazer tê-lo conosco. Peço que mande um abraço ao amigo Raul Canal.

Nota Técnica nº 1/2024, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 10.042/2024, que "Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 31.948.892,00": "Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, em conjunto com a Coordenadoria de Modernização e Informática – CMI, elaborar a redação final dos projetos de lei orçamentárias de que tratam os incisos II a IV do art. 216, também do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Na elaboração da redação final do Projeto de Lei nº 10.042/2024, identificamos que a colação manual das emendas abaixo elencadas foi promovida equivocadamente com base nos arquivos gerados pelo sistema de emendas a crédito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ou a partir de documentos inseridos em processos SEI antes de sua assinatura. Esclarecemos que as Emendas nºs 32, 33, 34 e 38 foram juntadas no PLE em duplicidade, correspondendo, respectivamente, às Emendas nºs 29, 30, 31 e 50. Quanto às demais emendas citadas na tabela a seguir, informamos que foram juntadas no PLE sem a assinatura, embora estejam devidamente assinadas conforme respectivos documentos no SEI. Diante do exposto, apresentamos tabela com a devida correlação das emendas, segundo os documentos constantes dos processos SEI nos quais foram apostas as assinaturas de seus respectivos autores.

Emenda nº 32, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro: aprovada.

Emenda nº 33, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro: aprovada.

Emenda nº 34, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro: aprovada.

Emenda nº 38, de autoria do deputado Wellington Luiz: aprovada.

Emenda nº 40, de autoria do deputado Wellington Luiz: aprovada.

Emenda nº 41, de autoria do deputado Wellington Luiz: aprovada.

Emenda nº 42, de autoria do deputado Wellington Luiz: aprovada.  
Emenda nº 43, de autoria do deputado Wellington Luiz: aprovada.  
Emenda nº 44, de autoria do deputado Wellington Luiz: aprovada.  
Emenda nº 45, de autoria do deputado Wellington Luiz: aprovada.  
Emenda nº 46, de autoria do deputado Wellington Luiz: aprovada.  
Emenda nº 47, de autoria do deputado Wellington Luiz: aprovada.  
Emenda nº 51, de autoria da deputada Paula Belmonte: aprovada.  
Emenda nº 84, de autoria da deputada Jaqueline Silva: aprovada.  
Emenda nº 85, de autoria da deputada Jaqueline Silva: aprovada.  
Emenda nº 86, de autoria da deputada Jaqueline Silva: aprovada.  
Emenda nº 87, de autoria da deputada Jaqueline Silva: aprovada.  
Emenda nº 101, de autoria do deputado Chico Vigilante: aprovada.  
Emenda nº 102, de autoria do deputado Chico Vigilante: aprovada.  
Emenda nº 103, de autoria do deputado Chico Vigilante: aprovada.  
Emenda nº 104, de autoria do deputado Chico Vigilante: aprovada.  
Emenda nº 105, de autoria do deputado Chico Vigilante: aprovada.  
Emenda nº 106, de autoria do deputado Chico Vigilante: aprovada.  
Emenda nº 107, de autoria do deputado Chico Vigilante: aprovada.  
Emenda nº 182, de autoria do deputado Jorge Vianna: aprovada.  
Emenda nº 183, de autoria do deputado Jorge Vianna: aprovada.  
Emenda nº 184, de autoria do deputado Jorge Vianna: aprovada.

Do cotejo dos documentos contidos no Sistema de Emendas a Créditos, SEI e PLE, promovemos a elaboração da redação final da presente proposição segundo o que consta do parecer do relator-geral quanto ao acatamento de cada uma das emendas e subemendas apresentadas.

São estas as considerações necessárias a serem relatadas a essa Seleg e, caso julgado necessário, também ao Plenário desta CLDF com fulcro no §2º do art. 201 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Paulo Elói Nappo, secretário da CEOF.

Brasília, 3 de maio de 2024.”

Não havendo manifestação em contrário, declaro aprovada a presente retificação.

Constata-se que não há em plenário o quórum necessário para o início da sessão. De acordo com o art. 109, § 4º, do Regimento Interno, esta presidência vai aguardar 30 minutos para que o quórum se complete. Solicito aos deputados que registrem a presença no sistema eletrônico.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h15min, a sessão é reaberta às 15h36min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a presente sessão.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, diante da triste situação pela qual vem passando a população do Rio Grande do Sul, nessa tragédia com inundação em praticamente todas as suas cidades, a Câmara Legislativa – por ser um órgão extremamente importante, que tem articulação com todo o povo do Distrito Federal e que faz inúmeras audiências públicas, sessões solenes – resolveu, por meio da Mesa Diretora, com o presidente, atender a um pedido de alguns servidores para que esta casa seja um ponto de coleta para recebimento dessas doações que estão sendo feitas por várias pessoas do Distrito Federal e aqui também seja um ponto para as pessoas entregarem alimentos, roupas, agasalhos, inclusive ração para

cachorros. Há muitos animais abandonados naquela região que não têm o que comer. A situação é muito pior do que temos visto e acompanhado pela televisão, segundo algumas conversas que tivemos com amigos e moradores daquela cidade. Então, a Câmara Legislativa vai entrar nesse processo e vai ser também um local de recebimento dessas doações.

Eu tenho certeza de que o povo do Distrito Federal vai ajudá-los. Inclusive, quero sugerir aos parlamentares que vão realizar audiências públicas e sessões solenes nos próximos dias, deputado Eduardo Pedrosa, que peçam às pessoas que participarão dessas audiências que tragam doações. Sugiro ainda que os servidores desta casa também entrem nessa campanha.

A situação, como eu já falei, é muito triste, e a Câmara Legislativa, a casa do povo do Distrito Federal, não poderia ficar alheia a todo esse processo. Torcemos para que, o mais rápido possível, a população do Rio Grande do Sul possa sair dessa situação.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Primeiramente, quero parabenizar o deputado Ricardo Vale pela iniciativa extremamente importante. Este é um momento delicado para todos nós brasileiros. Então, fazem-se necessárias, deputado Ricardo Vale, ações como essa. Quero parabenizar vossa excelência e toda a sua equipe.

Quero dizer que a Câmara Legislativa precisa realmente tomar medidas eficientes que ajudem o povo do Rio Grande do Sul e todos aqueles que necessitam da nossa ajuda. Esta casa precisa ser um exemplo. Acho que, além da criação do ponto de coleta, deve haver a divulgação desse trabalho para que estimulemos as boas ações, e isso se faz extremamente necessário. Esta casa não medirá esforços para que essa excelente ideia seja implementada o mais rápido possível.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu queria parabenizar, em primeiro lugar, a Câmara Legislativa por essa iniciativa, assim como vossa excelência e todos os deputados que também pediram por isso.

Ficamos felizes de a Câmara Legislativa consolidar esse ponto de coleta para que possamos ajudar. Esta casa vai se tornar um ponto para onde as pessoas poderão trazer mantimentos a fim de os levarmos para a população do Rio Grande do Sul.

Quero trazer uma reflexão. Ontem, eu tive oportunidade de parar para ver tudo o que está acontecendo. Há muitas reflexões nas redes sociais, como aquelas que falam sobre a vida. Acho que é muito importante fazermos esta reflexão: o quanto temos de valorizar aquilo que temos – o lar, a nossa família, a oportunidade de estarmos em casa e em segurança. O que está acontecendo no Rio Grande do Sul parte o nosso coração, dói no fundo da alma. Então, faço um apelo para que todos ajudem essas pessoas, para que possamos contribuir com elas, ajudarmos uns aos outros. Acredito que isto é uma das coisas mais incríveis que o brasileiro tem: essa força de se juntar para poder ajudar o próximo, ajudar as pessoas, defender aqueles que, às vezes, estão num momento de vulnerabilidade.

Eu quero deixar esta minha fala, fazendo esse apelo. Eu mesmo, por meio das minhas redes, hoje, vou divulgar vários canais que eu vi de pessoas que estão fazendo ações para ajudar tanto pessoas como animais, promovendo ações no Rio Grande do Sul. É importante que participemos desse processo para divulgar, para estimular as pessoas a fazerem essas doações para que possamos ajudar a população do Rio Grande do Sul, que vive um momento de muita dificuldade.

Que façamos uma reflexão também de que essa ajuda é importante para que valorizemos o que temos e ajudemos esse estado grandioso, o Rio Grande do Sul, a se reerguer por meio da força de todos nós brasileiros. Todos nós temos que ter um compromisso em ajudar a reconstruir esse estado e ajudar aquela comunidade que tanto precisa da nossa atenção nesse momento.

Presidente, quero deixar esta minha fala, parabenizando e dizendo que eu vou divulgar essa notícia – faço questão de divulgar muito –, para que todos doem, tragam mantimentos para que a Câmara Legislativa possa enviá-los ao Rio Grande do Sul para que possamos ajudar a população de lá neste momento de dificuldade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa. Essa é uma manifestação extremamente importante, relevante para nós. Volto a dizer que, como representante de brasileiros, a Câmara Legislativa precisa fazer a sua parte, ser um exemplo, uma referência num momento tão delicado como este. Agradeço.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, primeiramente, eu quero pedir a Deus que sempre nos abençoe dentro deste plenário, sempre traga a oportunidade de nós estarmos aqui, sendo instrumento não só de esperança mas também de transformação na vida das pessoas para melhor.

Início as minhas palavras dizendo que nós precisamos realmente fazer uma força-tarefa para ajudar os nossos irmãos brasileiros do Rio Grande do Sul. Hoje eu estive conversando com alguns parlamentares, deputados federais que estão lá hoje. A bancada do Rio Grande do Sul está toda no Rio Grande do Sul, não veio para Brasília exatamente para atender cenas que jamais poderíamos imaginar acontecer da forma que estão acontecendo. Eu não gosto nem de lembrar algumas cenas que tive oportunidade de ver e que os brasileiros estão vendo.

Então, que essa força-tarefa de auxílio, de irmandade, de pertencimento a este país tão grande, tão nobre, tão virtuoso, possa auxiliar, sim, as pessoas do Rio Grande do Sul. Contem com o nosso trabalho, contem com a nossa divulgação, para que possamos fornecer um pouco mais de esperança para as pessoas.

Como é importante um investimento em uma estrutura para que possamos ter segurança de viver!

Hoje, no Distrito Federal, presidente, há algumas situações que também requerem um cuidado muito grande. Há a questão do meio ambiente.

Hoje, por exemplo, ocorre uma contaminação no rio Melchior seriíssima – seriíssima! Ele está sendo contaminado pelo chorume do SLU, do aterro sanitário. Nós precisamos olhar para isso com muita responsabilidade e com muito carinho, porque várias famílias naquela redondeza estão sendo contaminadas.

Eu já falei isso aqui algumas vezes e quero pedir a sensibilidade desta casa para que nos debruçemos sobre esse tema da contaminação do rio Melchior. As pessoas estão sendo contaminadas, as crianças estão com o corpo todo cheio de calosidades e as mulheres estão perdendo os dentes, estão com dor de cabeça. Isso que está acontecendo com o aterro sanitário de Brasília faz parte da nossa responsabilidade de fiscalização.

Presidente, há uma CPI protocolada nesta casa. Peço a todos os parlamentares estejam envolvidos com esta CPI que ajudem para que ela se realize. Que possamos trazer esse alento, essa esperança para as pessoas e o cuidado com o meio ambiente, o cuidado com a sustentabilidade da nossa cidade.

Presidente, também quero aproveitar a oportunidade, falando como presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, que houve uma audiência pública, na quinta-feira passada, com o presidente do Iges. Foi a terceira vez em que ele veio apresentar as contas do Iges.

Quero parabenizar o Iges, porque ele avançou em muitas pautas. Os representantes do Iges já vêm trabalhando a rastreabilidade dos medicamentos, o estoque, os empréstimos. Eles estão implementando um sistema que traz maior transparência. Mas também temos que falar que, infelizmente, as UPAs e os hospitais ainda não conseguem atingir as metas que foram colocadas para o Governo do Distrito Federal. Um dos fatos que nos surpreende é que, mesmo que essas metas não sejam alcançadas, o Governo do Distrito Federal faz o repasse de 100% do valor.

Isso é algo que nos preocupa, porque, ontem, infelizmente, mais uma mãezinha perdeu uma criança no Hospital de Santa Maria. Eu, como mãe de 6 filhos, mulher, sei a importância de termos filhos, sei a importância desse momento tão sublime que é a maternidade. Porém, mais uma vez, neste ano, há uma mãezinha perdendo o seu filho por falta de atendimento adequado no nosso sistema de saúde pública. Isso é algo inaceitável, porque qualquer governante, qualquer pessoa que pense na política pensa no seu futuro, e nós estamos tratando o nosso futuro desse jeito.

Ontem, eu estava falando a respeito da grande diferença que existe entre aquela mulher que tem acesso à saúde, a um pré-natal, à nutrição na sua vida e aquela mulher que não o tem. Essa é a

grande diferença que existe hoje. Muitas vezes falamos de cotas para universidade, mas a maior cota que existe é o...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – ... o acesso à alimentação e à saúde pública. Depois, vem o acesso à creche, vem o acesso à escola integral e vem o acesso à alimentação de qualidade. Eu, como parlamentar, presidente, sou a deputada que mais destina emendas para a educação. Eu tenho visitado as escolas, e, infelizmente, não foi regularizada ainda a questão da merenda escolar. As crianças estão com pouco acesso à merenda escolar, principalmente à proteína.

O presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, deputado Gabriel Magno, sabe disso. Estamos organizando uma audiência pública a respeito da alimentação das nossas crianças, juntos, para mostrar que diminuiu a quantidade de proteína *per capita* para as crianças. Como queremos brasileiros saudáveis se estamos restringindo o acesso à proteína para as nossas crianças?

Eu quero fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal e a esta casa para que nos debrucemos sobre a pauta da dignidade humana, porque, quando estamos investindo na dignidade humana, estamos investindo num bom atendimento à saúde pública, estamos investindo numa educação de qualidade, principalmente para a base da educação, que são as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Presidente, quero também fazer um pedido ao senhor: que possamos instalar a CPI do rio Melchior o mais breve possível a fim de não vermos Brasília nas páginas nacionais a respeito da contaminação que está ocorrendo no rio Melchior e que afeta os seres humanos.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, deputada Paula Belmonte. Agradeço.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

Passarei a presidência ao deputado Eduardo Pedrosa. Eu tenho uma reunião com 2 deputados.

(Assume a presidência o deputado Eduardo Pedrosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDUARDO PEDROSA) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, todos nós estamos acompanhando com muita tristeza o que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Mas o que está acontecendo no Rio Grande do Sul hoje era evitável. O que está acontecendo é porque não houve investimento em prevenção de catástrofes, porque os negacionistas se negam efetivamente a admitir que, com a destruição feita ao meio ambiente, as catástrofes viriam e estão agora aí para todo mundo ver.

Nós vimos o quanto foi terrível a seca na Amazônia recentemente. Os peixes, os jacarés, todos os animais da fauna daqueles rios estavam morrendo por causa da seca. Isso é a alteração do meio ambiente.

Nós estamos vendo agora as enchentes do Rio Grande do Sul. Pelo que eu sei e está estampado nos meios de comunicação, nos últimos 3 anos, não gastaram 1 centavo para prevenção a esse tipo de situação naquele estado. Nem prefeitura nem estado fizeram nada. Agora todos nós temos que correr atrás do prejuízo. Ainda bem que há um presidente que, quando acontece uma catástrofe como aquela, em vez de andar de *jet ski* por aí, como o Capiroto, vai lá junto prestar solidariedade àquela população e apoiá-la. Estamos vendo o comportamento do presidente Lula. Ele já se deslocou com a maioria dos ministros, por 2 vezes.



Foi votado ontem na Câmara dos Deputados e está sendo votado hoje no Senado Federal o relatório do projeto de decreto legislativo que tira os gastos que precisam ser feitos no Rio Grande do Sul de dentro do arcabouço da despesa, porque se ficassem, não haveria o que o governo pudesse fazer.

Portanto, o projeto está sendo aprovado por unanimidade. O relator do projeto no Senado Federal é exatamente o grande patriota, uma das pessoas mais extraordinárias que eu tive o prazer de conhecer, meu amigo, senador Paulo Paim.

O senador Paulo Paim é uma pessoa admirada por todas e por todos. Ele é o relator do projeto que certamente será aprovado hoje. Como é um projeto do Poder Executivo, ele será sancionado.

O que está acontecendo no Rio Grande do Sul deve servir de alerta para todos nós do Distrito Federal. Já falei mais de uma vez sobre um estudo feito pelo Incra, na época em que Rolf Hackbart era presidente do Incra. O estudo dava conta da destruição no Distrito Federal e Entorno.

A verdade é que as nossas nascentes, presidente, estão sendo destruídas. Quando eu cheguei ao Distrito Federal em 1977, não havia área de risco. Hoje há, pelo menos, 40 comunidades instaladas em área de risco no Distrito Federal.

Portanto, essa preocupação todos nós, homens e mulheres do Distrito Federal, temos que ter também. Há pessoas morando em pirambeiras. Para quem não sabe o que é pirambeiras, elas são aqueles barracos pendurados nas serras que, a qualquer momento, podem desabar.

É preciso que haja um trabalho sério de acompanhamento no Distrito Federal. É preciso também que impeçamos o desmatamento desordenado, que também acontece no Distrito Federal.

Se não prevenirmos isso; depois, virão as consequências. A natureza cobra e cobra com juros e correção monetária. Portanto, é preciso todos nós estarmos alertas a tudo o que está acontecendo e a destruição que é feita em nosso planeta.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO EDUARDO PEDROSA) – Damos continuidade aos Comunicados de Líderes.

Passo a presidência ao nosso vice-presidente Ricardo Vale.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde. Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham aqui em mais uma sessão plenária da Câmara Legislativa.

Presidente, eu quero começar, obviamente, prestando toda nossa solidariedade ao povo gaúcho, à população do Rio Grande do Sul e a todos os brasileiros e brasileiras que vivem, com muita tristeza, o que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Esse desastre, infelizmente, foi anunciado e alertado pelos cientistas e por vários especialistas, mas tem sido tratado pelos governantes, pelo poder público, muitas vezes, com descaso, em parte pelo próprio negacionismo, que chegou a tomar conta do nosso país em um período recente. Quero, além de prestar solidariedade, também elogiar o esforço coletivo que o governo federal – o governo do presidente Lula – tem feito, ao girar partes importantes da prioridade, da ação e da agenda política do país; assim como quero elogiar o esforço de vários movimentos sociais.

O MST, o MTST estão organizados na linha de frente com cozinhas solidárias, prestando toda a ajuda necessária. Há organizações, movimentos organizados, movimentos espontâneos de vários moradores e moradoras que têm destinado uma série de recursos estruturais e financeiros para a população do Rio Grande do Sul.

Quero, presidente, trazer um debate que, para mim, é fundamental. O que estamos vivendo no Rio Grande do Sul tem que servir como alerta para todas e para todos nós, porque os extremos climáticos, os desastres ambientais, hoje, são uma realidade. Não se trata mais de se eles vão acontecer. A questão que está posta hoje para nós é quando eles vão acontecer, porque eles são uma realidade que precisa de respostas firmes, assertivas e imediatas do poder público. Isso exige de nós muita responsabilidade com o cuidado ambiental.

Quero trazer este debate para esta casa: a agenda de flexibilização de normas ambientais. Hoje, é provado que flexibilizar normas ambientais não traz desenvolvimento – pelo contrário. A resposta à flexibilização dessas normas tem sido o desastre, o desespero.

Estamos vivendo hoje no Rio Grande do Sul um clima de refugiados ambientais. Quem sofre mais com isso é a população negra, mais vulnerável; os mais pobres e as mulheres. Trata-se, inclusive, de um debate de racismo ambiental, porque isso impacta mais um setor da sociedade do que outros.

Quero, presidente, trazer essa reflexão para o DF. A deputada Paula Belmonte lembrou bem a tragédia anunciada do rio Melchior. Existem outras na cidade: Santa Luzia, que vive o dilema da falta de água; Sol Nascente, que conviveu neste ano com inundações, com alagamentos. É necessário que entre na agenda desta casa e do poder público a preservação da Serrinha, a preservação do cinturão verde do Distrito Federal.

Vamos discutir o PDOT nesta casa. O centro do PDOT precisa ser a preservação. Não podemos mais permitir que esta cidade se desenvolva aos interesses da grilagem de terra, aos interesses da especulação imobiliária. É preciso reverter urgentemente essa agenda no Distrito Federal.

Nós vamos também, presidente, recepcionar, no mês de maio, a LDO de 2025, que vamos votar no final do semestre. Que a proposta do Executivo já possa vir com essa preocupação com a preservação, com a nomeação dos servidores – que são fundamentais nessa proteção – e com a criação de normas que preservem o nosso território e a população que mais precisa.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu quero encerrar, presidente, falando, mais uma vez, infelizmente, da saúde pública do Distrito Federal, que se encontra em estado de pleno colapso. Quero saudar os companheiros do *Sindivacs*: os agentes comunitários de saúde e os agentes de vigilância ambiental em saúde.

Esta casa acompanhou, desde cedo no ano passado, presidente, um compromisso do Governo do Distrito Federal com essa categoria, que, de maneira responsável, suspendeu uma greve para abrir a mesa de negociação, mas ela está, até hoje, sem resposta do Poder Executivo. Parece que o governo Ibaneis está querendo forçar mais uma greve e aumentar, ainda mais, o caos que já se encontra, hoje, nos hospitais, nas UBSs e nas UPAs da cidade.

Nós estamos vivendo uma tragédia. As pessoas estão morrendo nas UPAs; estão morrendo nas filas, e nem os compromissos acertados em mesa de negociação são cumpridos. Esta casa votou a alteração na LDO, e nem isso o governo está conseguindo encaminhar.

Eu nem vou falar da ausência histórica de servidores, que se aprofundou nos últimos anos, e do desfinanciamento que tem gerado o conjunto desse caos.

Eu quero pedir, mais uma vez, para o Governo do Distrito Federal que convoque o sindicato, estabeleça a negociação e encaminhe para esta casa, urgentemente, a proposta que cumpra aquilo que foi acordado em mesa de negociação com essa categoria tão importante de agentes comunitários de saúde.

Nós estamos vendo a falta que eles fizeram no combate à dengue.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eles são fundamentais na estratégia mais central da saúde pública, que é valorizar a atenção primária e fortalecer as equipes de Saúde da Família. É a partir disso que nós vamos reconstruir a saúde pública do Distrito Federal.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde. Boa tarde a todos que assistem a nós pela TV Câmara Distrital.

Presidente, antes do discurso, eu vou pedir só um tempinho, porque me avisaram que o senhor proferiu uma palavra no começo da sessão. Ontem, na reunião de líderes, ficou acordado que a Câmara Legislativa faria algo institucional sobre a questão do Rio Grande do Sul. Já há um memorando

direcionado à Mesa Diretora, em que pedimos, em caráter de urgência, a organização da campanha para arrecadação de donativos aos nossos irmãos, a ser publicada nos meios digitais e pelos parceiros da Câmara Legislativa na internet. Pedimos ainda que a campanha seja denominada Somos Todos Brasileiros de forma a restabelecer a identidade do projeto.

Presidente, já há na Mesa Diretora pedido nesse sentido, para que a iniciativa seja de toda a Câmara Legislativa, de todos os deputados e deputadas.

Senhoras e senhores deputados, amigos, servidores, profissionais da imprensa e demais cidadãos que nos acompanham pela TV e pelas redes sociais, boa tarde a todos vocês. O meu pronunciamento nesta tarde, presidente, se revela mais como um convite à reflexão do que necessariamente como um posicionamento de natureza político-ideológica.

Acompanhamos, nesses últimos dias, nossos irmãos do Rio Grande do Sul lutando pela vida e se esforçando ao extremo para resistir à tragédia que assola aquela região há vários dias. Há relatos de afogamento de adultos, de jovens, de crianças; há registro de corpos de bebês boiando no Guaíba; há vídeos de pessoas ilhadas; há imagens de famílias sem alimento, sem agasalho, sem remédio. Estradas principais foram destruídas, pontes foram arrastadas pelas águas.

E, mesmo diante de tanta dor, de tanto sofrimento e de tanto desprezo, há pessoas politizando essa calamidade e, irresponsavelmente, atribuindo ao governo Bolsonaro a culpa pela chuva, o que é uma tragédia para quem assim procede.

Há relatos de caminhões enviados por voluntários, carregados de alimentos e água, que são impedidos de chegar às regiões atingidas, porque não há nota fiscal da carga. Isso é desumano!

Há registro de que uma grande quantidade de doação de alimentos ainda não foi distribuída às pessoas famintas, porque estão aguardando políticos chegarem ao local para fazerem fotos para as redes sociais. Isso é doentio, deprimente e abjeto!

É lamentável até mesmo a *Folha de S.Paulo*, um jornal tão sério, com mais de um século de existência, publicou uma charge que zomba e escarnece da desgraça que atinge os nossos irmãos gaúchos. Sinceramente, é difícil encontrar o adjetivo correto para definir esse ato estúpido, desumano e cruel. Como alguém consegue fazer chacota sobre a morte de crianças?! Como o ser humano consegue ser tão insensível?!

Talvez tão grave quanto esse breve relato que acabo de fazer é testemunhar a indiferença de pessoas que repetem esse péssimo exemplo e se alegram com o sofrimento de outros.

Senhoras e senhores deputados, creio que este momento exige uma profunda reflexão sobre o que de fato está acontecendo na nossa nação. A impressão que tenho, deputado Thiago Manzoni, é que nossa humanidade está sendo destruída por paixões políticas. As pessoas não estão sabendo fazer política sem paixão ideológica. Elas estão colocando a política acima do maior bem que nós temos: a vida humana, o ser humano.

A hipocrisia e a demagogia parecem ter sido abraçadas por pessoas influentes, tanto é verdade que, mesmo diante do que acontece no Rio Grande do Sul, artistas milionários aparecem no suposto *show* da senhora Madonna, pulando, dançando, gargalhando como se não houvesse amanhã e como se nada estivesse acontecendo na nossa nação, enquanto, a apenas 1.500 quilômetros do Rio de Janeiro, há 83 mortes e a perspectiva de mais centenas quando as águas baixarem. São mais de 200 desaparecidos; há cidades completamente destruídas; pessoas perderam tudo que conquistaram ao longo da vida, inclusive filhos; mais de 850 mil pessoas estão sofrendo as consequências da chuva e, literalmente, clamando por socorro.

Mas essa tragédia parece não incomodar as pessoas famosas, porque vivemos um tempo de egoísmo brutal e de antropocentrismo doentio e maléfico.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A futilidade parece ter assumido o protagonismo da vida. Fazer fotos para as redes sociais é mais importante que respeitar a dor do povo gaúcho e solidarizar-se com ele.

Nobres deputados, fomos obrigados a ver artistas milionários aplaudindo uma senhora de 65 anos de idade, enquanto ela simulava ato sexual no palco do evento. Aliás, essa senhora não quis sequer proximidade com o público, pois exigiu a construção de uma passarela entre o hotel e a praia. Mesmo assim, ela foi ovacionada por 1.600.000 pessoas na praia. Fomos impactados ao perceber que crianças com 11 anos de idade presenciavam aquelas imagens obscenas, bizarras, anacrônicas, brutais,

fúteis, estúpidas e totalmente desnecessárias – totalmente desnecessárias!

O evento ainda foi transmitido para todo o Brasil, em rede nacional, como se nada de mais estivesse acontecendo e a Constituição federal não obrigasse as emissoras a obedecer aos princípios dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, conforme redação do inciso IV do art. 221.

A hipocrisia é de tal gravidade que hoje, após aquele evento medonho da senhora Madonna, os mesmos artistas que se esbaldavam na mediocridade agora utilizam as redes sociais para manifestar uma tardia preocupação com o povo gaúcho, que sofre há quase 1 semana. Não é fácil saber que, em 6 ou 7 meses, aqueles mesmos artistas milionários – como a que submeteu a própria filha de 11 anos de idade a assistir àquela cena imoral, ridícula e patética – vestirão roupas brancas, se apresentarão com ares de preocupação com crianças, com pessoas necessitadas e pedirão ajuda ao povo brasileiro, como se nada tivesse acontecido.

Senhoras e senhores deputados, sociedade civil que assiste a nós neste momento, vivemos um momento sombrio de nossa história e, claramente, estamos perdendo a nossa humanidade. Não é possível que os nossos irmãos do Rio Grande do Sul não mereçam o mínimo de empatia, solidariedade e respeito. Somos uma nação e, como tal, temos minimamente afinidades culturais – não podemos nos esquecer disso.

Presidente, faço menção a um último ponto. Em 1941, há 83 anos, o Rio Grande do Sul enfrentou exatamente a mesma situação. Naquela época, ninguém falava em agenda ESG ou em aquecimento global. Mesmo assim, o Rio Grande do Sul sofreu exatamente o mesmo problema que enfrenta atualmente. A única conclusão a que podemos chegar é que o Estado falhou. O Estado, que foi forjado para atender às necessidades da sociedade, falhou. Essa constatação não pode ser desprezada.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O Estado existe, presidente, para servir a sociedade, não para defender criminosos; não para aceitar corrupção como instrumento de poder; não para arrancar à força o dinheiro dos brasileiros e utilizá-lo em seu próprio proveito. Uma catástrofe como essa jamais voltaria a se repetir se o Estado cumprisse a sua missão. Isso é um fato e não pode ser esquecido.

Para concluir, senhor presidente, parablenzo os bombeiros do Distrito Federal que estão trabalhando em áreas alagadas.

O governador autorizou uma parte da força hoje pela manhã. Eu estava vendo na CBN que mais de 49 pessoas, 19 animais e crianças foram resgatados pelo glorioso Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Aqui rendo minha homenagem a todas as forças, aos cidadãos brasileiros que, no Brasil inteiro, estão se empenhando para, pelo menos, minimizar o sofrimento dos nossos irmãos gaúchos.

Essa é uma hora em que devemos nos despir de ideologia partidária e nos unir como irmãos que somos. Todos nós.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos parlamentares que estão presentes. Boa tarde às equipes de assessoria e à imprensa que nos acompanham. Boa tarde a você que assiste a nós pelo YouTube.

Hoje é um dia importante na história do Brasil. O Congresso dos Estados Unidos da América está expondo para o mundo as violações de direitos humanos, as ilegalidades e as inconstitucionalidades que têm sido praticadas no Brasil ao longo dos últimos anos.

Eu queria muito falar sobre esse assunto e expô-lo desta tribuna, mas hoje não consigo. Semana que vem vou falar disso.

Hoje quero só prestar a minha solidariedade à população do Rio Grande do Sul, aos nossos irmãos brasileiros que têm suas casas sob as águas, que perderam filhos, pais, avós, netos.

Eu conversava com o deputado Eduardo Pedrosa antes de vir à tribuna sobre a tristeza que é assistir aos vídeos que temos recebido. Nós recebemos vídeos, deputado Joaquim Roriz Neto, de equipes de resgate levando crianças que pediram para tirar a boneca que estava boiando da água.

Quando a equipe de resgate pegou o que pensava ser uma boneca, ela era, na verdade, um bebê que havia morrido.

Nós recebemos vídeos de equipes de bombeiros de resgate que foram resgatar algumas crianças que estavam em cima do telhado de uma casa. Duas das crianças falaram: "Mas vocês vão levar todos nós, não é?" E a equipe falou: "Sim, sim, nós vamos levar todos". Ao retirar as 2 crianças que estavam falando isso, eles descobriram que havia outras 2 irmãs mortas, e tiveram que levar 2 vivas e 2 mortas, além do casal de idosos que havia sido resgatado. Enquanto nós falamos daqui, há cidades inteiras debaixo d'água. Estão sendo usados para o resgate lanchas; *jet skis*; barcos. A população, os cidadãos comuns estão ajudando como podem.

A situação no Rio Grande do Sul é triste para o Brasil inteiro. Eu quero me unir ao povo do Rio Grande do Sul e, na pessoa dos deputados que eu conheço e que estão neste momento trabalhando nos resgates que estão acontecendo, como o deputado Zucco, o deputado Sanderson e o deputado Marcel Van Hattem, eu quero dar um abraço em toda a população do Rio Grande do Sul.

Eu gostaria de dizer que estamos juntos com vocês e que nós estamos trabalhando para que vocês tenham o mínimo de suprimento necessário para sobreviver a tudo isso.

O nosso gabinete, senhor presidente, comprou – os servidores fizeram uma vaquinha –, e nós compramos 500 litros de água potável, porque não há água potável no Rio Grande do Sul. Nós adquirimos lençóis, cobertores e estamos levando na Maria Amélia Doces, do Jardim Botânico. Eu sei que há um esforço institucional. Vou participar também, mas eu gostaria que nós fizéssemos o que pudermos fazer o quanto antes.

Então, peço à população do Distrito Federal que faça essas doações. Eu vou passar aqui alguns pontos de coleta. Eu sei que existem outros, mas esses são os pontos a que eu tive acesso e que eu confio que irão fazer as doações chegarem ao Rio Grande do Sul.

Então, você pode levar as suas doações no restaurante Fazenda Churrascada; nas lojas da Maria Amélia Doces do Jardim Botânico, da Asa Sul, da Asa Norte, em Águas Claras. Há uma quinta loja, mas eu não me recordo agora onde fica; na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Distrito Federal; no Partido Liberal, o PL; e na Base Aérea de Brasília.

Eu faço um apelo à população do Distrito Federal: que faça doações para os nossos irmãos do Rio Grande do Sul. Eles estão passando por uma tragédia que não tem como medirmos. O sofrimento deles é enorme. Eu imagino que seja o seu também, aquele que está assistindo a nós e que está vendo as imagens a que nós todos temos acesso.

Então, eu faço um apelo para que todos colaborem. Esses são os pontos de coleta. E a nossa Força Aérea irá entregar as contribuições no Rio Grande do Sul.

Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, gostaria de avisar que ontem, no Colégio de Líderes, na verdade, quem trouxe a ideia foi o próprio deputado Thiago Manzoni. Ele trouxe a ideia para que fizéssemos pela Câmara.

Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer porque vossa excelência já abriu a campanha institucional da Câmara Legislativa. Mas como vossa excelência também conduz parte da mídia, esta casa precisa urgentemente ser protagonista dela. Eu tenho certeza de que assim será, pelo trabalho de todos os deputados.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, presidente.

Eu quero, inicialmente, dirigir-me aos meus colegas da bancada do PT. Todos sabem do meu perfil conciliador. Todos sabem que eu costumo construir pontes e não destruí-las. Todos sabem que, ao longo do meu primeiro mandato, como líder do governo, sempre fui uma pessoa que procurou ajudar o governo trazendo sempre as pautas que eram para ser votadas e sempre ouvindo a oposição.

Deputado Gabriel Magno, citarei o nome de vossa excelência. O senhor tem todo o direito de falar. O que os senhores desse partido estão fazendo na saúde pública, tentando incessantemente destruir a imagem do governo ao qual eu pertencço, o governo do MDB, do governador Ibaneis, é uma situação orquestrada, deputado Chico Vigilante. Ontem mesmo, na televisão, a propaganda do PT era só para atacar o nosso governo. Conheço o ex-governador Agnelo Queiroz e tenho muito respeito por ele. Pertenci ao seu governo, na cota do MDB, como administrador regional da minha cidade, a minha querida Candangolândia. Ele deu uma entrevista ao *Metrópoles* em que ele fica batendo, batendo, batendo, batendo.

Hoje não é o João Hermeto que considera o deputado Chico Vigilante, que considera o ex-deputado Agnelo, que considera o deputado Gabriel Magno, por quem tenho bastante amizade e afeição... É o deputado do MDB, do partido do governador, que foi líder do governo, que falará algumas palavras aqui. Repito: nada pessoal, nada contra o ex-governador Agnelo, por quem tenho até carinho. Mas é preciso colocar, deputado Ricardo Vale, com todo o respeito que tenho por vossa excelência, que é do Partido dos Trabalhadores, algumas memórias aqui.

Os senhores já foram governo. Os senhores foram governo 2 vezes, tanto no governo Cristovam quanto no governo Agnelo. Dói em mim vir à tribuna falar o que eu vou falar. Dói em mim. O que acontece hoje, deputado Gabriel Magno, é que os senhores estão antecipando as eleições. Esperem. Faltam quase 2 anos. Isso não é bom para ninguém. O senhor está no seu papel de oposição? Está. Mas o que está acontecendo é que estão tentando jogar a saúde do governo... O que está acontecendo é que estão atrapalhando muito o governo. Alguns dos senhores, não todos, orquestradamente, estão tentando destruir a imagem do governo no que tange a saúde.

Deputada Dayse Amarilio, eu vou lembrar alguns fatos, não todos, mas alguns, para sintetizar a minha fala. Hoje eu venho abordar uma questão importante para todos: a saúde pública do Distrito Federal. Não venho falar sobre investimentos na ampliação e na melhoria do atendimento na rede de saúde que estão sendo feitos desde o primeiro mandato do governo Ibaneis Rocha. Não, hoje eu não vou falar disso. Essas melhorias, aliás, são reconhecidas e são injustamente criticadas por alguns parlamentares do partido de oposição, em especial por um deputado do PT, da bancada do Partido dos Trabalhadores. E não são todos. Esses ataques são quase sempre raivosos e motivaram a minha fala hoje sobre a saúde pública. Como eu já disse, não sobre a saúde do governo Ibaneis, mas sobre a saúde pública nos governos dos partidos de esquerda, principalmente no governo Agnelo Queiroz, do PT, um governo tão desastroso que a bancada do PT prefere esquecê-lo, mas Brasília jamais o esquecerá.

Apenas para refrescar a memória, o médico Agnelo Queiroz foi governador do Distrito Federal entre 1º de janeiro de 2011 e 1º de janeiro de 2015. Ele assumiu prometendo solucionar os problemas da saúde pública. Após 4 anos de governo, ele deixou a saúde pública muito pior do que a encontrou. No sexto dia de mandato, Agnelo decretou situação de emergência na saúde pública do DF, medida inédita em toda a história de Brasília.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO HERMETO – Por favor, posso continuar, presidente? (Pausa.)

Tal decisão duraria 180 dias e teve como justificativa o então cenário de caos generalizado no setor. Agnelo alegava que leitos de UTI, medicamentos, gases, luvas descartáveis, médicos e enfermeiros... Então, vestindo o seu jaleco como salvador da pátria, Agnelo decretou situação de emergência na saúde pública. Porém, o que seria o remédio acabou virando o veneno que quase leva à morte todo o sistema público de saúde do DF.

No final de 2 anos de mandato, o próprio Agnelo, em entrevista à *TV Globo* levada ao ar no dia 24 de dezembro de 2012, reconheceu o fracasso do seu governo na saúde. Na entrevista, Agnelo, ao avaliar a sua gestão, deu nota 6 ao seu próprio governo. Repito: após 2 anos de governo, o próprio então governador avaliou que sua gestão merecia apenas nota 6, meia dúzia!

Ao final do mandato, o governo do petista Agnelo foi reprovado pela população do Distrito Federal, tanto que, nas eleições de 2014, ele não chegou sequer ao segundo turno. Nunca, na história do Distrito Federal, um governador não conseguiu passar do primeiro turno. São muitos motivos que levaram os eleitores brasilienses a reprovar Agnelo e a não o querer de volta ao Palácio do Buriti.

Seriam necessárias muitas outras sessões para enumerar esses motivos. Vou citar apenas alguns que a bancada do PT – não todos da bancada do PT – detesta lembrar. Apenas na saúde: hospitais superlotados, sem médicos e sem enfermeiros; falta de medicamentos e insumos...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO HERMETO – A escandalosa... O supertomógrafo que custou 3 milhões de reais e ficou encaixotado por 4 anos no governo Agnelo e por mais 4 anos no governo Rodrigo Rollemberg. Foi o governador Ibaneis Rocha que colocou o PET Scan para funcionar. Ele está lá no Hospital de Base hoje em plena operação e está salvando vidas.

No início do governo Rollemberg, médicos entraram em greve, porque o governo passado não havia pagado o salário dos médicos. Vocês se lembram disso.

Para encerrar, o deputado falou a respeito de várias operações policiais. Eu não vou entrar nesse mérito, deputado Gabriel Magno.

Para encerrar, Agnelo entregou o governo com apenas 64 mil reais no caixa do GDF e uma dívida de 3,8 bilhões de reais. E, sem qualquer dor na consciência, foi tirar férias em Miami.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO HERMETO – Não somos hipócritas para negar que não há problemas na saúde pública. Sim, eles existem, e temos a coragem de reconhecer os problemas e de continuar lutando para resolvê-los. Mas também temos a coragem de dizer, com humildade, a alguns deputados da bancada do PT que a saúde do governo Ibaneis Rocha é muito melhor que a deixada pelo governo Agnelo Queiroz do PT.

Esse é o meu pronunciamento. Quero repetir que faço esse pronunciamento representando o MDB, partido do governador, e em repúdio a todos os ataques que ele vem sofrendo no que tange à saúde pública do Distrito Federal, ataques esses orquestrados para desestabilizar e deixar fragilizada a saúde do Distrito Federal.

Esse é o meu pronunciamento. Não tenho nada contra as pessoas que eu citei, mas sim contra aquele governo e o que foi feito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Hermeto.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero me pronunciar, com todo o respeito ao deputado Hermeto, que cumpre um papel institucional nesta casa de base do governo, partido do governador.

Faz parte do processo o debate saudável, neste parlamento, sobre a realidade da saúde pública desta cidade – o que, na minha opinião, talvez seja um dos grandes problemas hoje do Distrito Federal. Quem disse que a saúde pública do Distrito Federal entrou em colapso não fui eu, foi o governador. É só fazerem uma busca no Google ou em qualquer mecanismo de busca que quiserem. Quem disse que a saúde do DF está em colapso foi o próprio governador Ibaneis Rocha. Isso está em todos os veículos de informação, e eu quero relembrar, presidente, alguns dados importantes.

Eu vou começar trazendo, mais uma vez, como de costume fiz ano passado, uma declaração do governador.

(Apresentação de áudio.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Esse é o governador, presidente, falando sobre o quê? O Iges. Ele sabe que o Iges é um grande problema. Não fui eu que subi nesta tribuna e citei operações policiais. A cidade inteira viu, na pandemia, um secretário de saúde – o presidente do Iges – ser preso, pela primeira vez, em exercício do mandato.

Quero lembrar, presidente, mais uma vez, com notícias desta semana. A chamada do *Correio Braziliense* diz: “Número de mortos por dengue sobe e chega a 308 no Distrito Federal. É a unidade da Federação com o maior número de mortos do Brasil”. No portal *G1*: “Bebê morre após mãe esperar 14 horas para fazer parto num hospital público do DF”. Caso do Hospital Regional de Sobradinho. Hoje, no *DFTV*: “Mais uma morte de bebê em Planaltina”.

Não sou eu que estou dizendo, presidente. A saúde do DF hoje colapsou e colapsou por uma razão. Quero concluir com números, porque eu não vi ainda a base do governo apresentar nenhum número, nenhuma justificativa contra esses fatos. Nós entramos, inclusive, com uma representação ontem no Tribunal de Contas dizendo que o Governo do Distrito Federal não cumpre o mínimo constitucional na saúde, porque não cumpre, porque parte das despesas contabilizadas...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – ... não podem ser contabilizadas, como várias das rescisões contratuais do próprio Iges. Como o governador disse: “É uma caixa preta”. São dados sem transparência, sem controle, que só servem para um pequeno grupo que os administra. Parece que o governador mudou de ideia sobre o Iges, porque o que tem acontecido nos últimos anos é a ampliação do Iges. Vai chegar aqui, presidente, a LDO de 2025, e o Iges vai ter ainda mais dinheiro. Estão roubando dinheiro da saúde para o Iges. É essa a realidade.

Encerro aqui, presidente, com o número hoje de vacâncias na Secretaria de Saúde por categoria. De técnicos em enfermagem, nós temos hoje 5.873 cargos vagos. De médicos, temos 4.985 cargos vagos. São 958 cargos vagos de especialistas em saúde. De enfermeiros, são 834 cargos vagos. Cirurgiões dentistas, 648 cargos vagos. Gestão e Assistência à Saúde, carreira Gaps, 8.428 cargos vagos. Vigilância Ambiental e Agentes Comunitários de Saúde, 3.229 cargos vagos. São 25 mil cargos vagos na saúde do DF.

Esta é a razão para o apagão da saúde pública do Distrito Federal hoje, e há um responsável, que é quem encaminha todo ano a esta casa o Orçamento: o Governo do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Quero registrar as presenças dos estudantes e professores do Centro Universitário Uniceplac e dos estudantes e professores do Centro Universitário Unieuro, participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, mais uma vez eu vou começar me escusando porque é vossa excelência quem está na presidência e eu vou ter de falar do partido de vossa excelência, mas não há como ser diferente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Fique à vontade.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Começo, em defesa do deputado Hermeto, dizendo que quando um deputado do PT fala é porque ele é uma espécie de arauto da moralidade e só fala no que ele acredita. É como se ele nunca cumprisse um papel institucional – e olha que já vimos defesa bizarra aqui. Mas é como se eles nunca cumprissem um papel institucional.

Assim, para diminuir a fala do deputado Hermeto a respeito do pior governador que essa cidade já teve, ou de um dos piores, que é o governador Agnelo... O Rollemberg é o pior, deputado Hermeto? Então, cada um tem a sua opinião. Aí ele, para diminuir o que o deputado Hermeto falou, disse que o deputado Hermeto está cumprindo um papel institucional de defender o governo. É como se o deputado Hermeto não pudesse defender o governo, porque acredita no governo, e tem que ser uma defesa institucional.

Na sequência, há uma mistura de ilações a respeito de corrupção. Não vou fazer defesa, não tenho procuração para defender o governo, não sei se há corrupção ou se não há corrupção. A única coisa que me causa estranheza é um deputado do PT vir aqui falar de corrupção. Aí não dá. Eu tento, deputado Joaquim Roriz Neto, mas não dá. Um deputado do PT acusar os outros de corrupção quando eles ensinaram a este país o que era corrupção de verdade com o Mensalão, com o Petrolão e com tudo de novo agora. Não dá.

Ele mencionou a dengue. Qual foi o presidente – que hoje é chamado de Presidengue – que não comprou as vacinas da dengue? Imaginem se fosse o Bolsonaro? A dengue é uma doença conhecida e ocorre todo ano.

Bolsonaro se viu diante de uma pandemia com um vírus que ninguém conhecia, as vacinas eram experimentais e ele foi acusado de genocida porque defendeu o direito das pessoas de não se vacinarem se não quisessem. O governo Lula não comprou a vacina da dengue porque não quis. As pessoas morrem de dengue e a culpa é de quem? É do governador Ibaneis. Não é do Lula, não; é do



governador Ibaneis.

Por fim, há essa história de vacância e necessidade de ocupação de cargo público. Eu até sou a favor de que se ocupem cargos públicos vagos, desde que haja dinheiro para ocupá-los. O que parece é que os deputados do PT não estão muito preocupados se há ou não dinheiro. Eles são ruins de conta. O Lula está falindo o Brasil, e eles querem falir o Distrito Federal.

Então, infelizmente, mais uma vez, eu tenho que me colocar aqui para desfazer um pouco dessas contradições. São tantas contradições juntas que, às vezes, o cérebro das pessoas “buga”, então estou tentando trazer a realidade para a população do Distrito Federal que assiste a esta sessão.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu também quero ir na mesma linha de pensamento dos deputados Thiago Manzoni e Hermeto. Eu acho que temos visto este palanque da Câmara Legislativa, às vezes, tornar-se palco de pirotecnia, de apresentações, até mesmo de *shows*. Às vezes, até alguns falam que são *shows* e apresentações que são feitas aqui, inclusive inverdades são faladas neste púlpito.

Ficamos um pouco indignados porque nunca vimos, em toda a história do Distrito Federal, um governador que trabalhasse tanto por Brasília. Não digo isso porque sou do MDB ou eu estou deputado ou como vice-líder do governo. Não é por isso, não. É porque, de fato, há uma apresentação em todos os sentidos do Distrito Federal; em todos os sentidos, o governador tem feito o máximo pelo Distrito Federal.

Na área da saúde, o governador ampliou as UPAs do Distrito Federal – houve uma briga de muitos para que isso não acontecesse, mas hoje elas têm sido o socorro. O Iges tem sido o socorro, juntamente com a criação das 9 UPAs instaladas, inclusive uma delas foi instalada em Brazlândia. Eu sou testemunha do quanto aquela UPA tem sido boa e benção para a vida de centenas de pessoas que estão sendo beneficiadas com ela. Quantos hospitais foram construídos?

Há centenas de escolas do Distrito Federal que foram reestruturadas e reformadas, viadutos, asfaltos, calçadas, iluminação pública, coisa que nunca mais tínhamos visto, e o governador Ibaneis tem um compromisso real com a saúde, com o Distrito Federal. Ele foi reeleito, no primeiro turno, com 68% dos votos da população, coisa que todo mundo falava que jamais iria acontecer: um governador ser reeleito no Distrito Federal. E o governador Ibaneis foi reeleito. E outra, está fazendo, no seu ano e meio de mandato, um excelente governo, uma excelente gestão que dá exemplo a todo o Distrito Federal. Se ele pudesse ter o terceiro mandato de governador, ele seria eleito com mais de 70% dos votos do Distrito Federal.

Só na área da saúde, em 2019, o governador contratou 376 servidores; em 2020, 1.420 servidores; em 2021, 1.254 servidores; em 2022, o governador contratou 689 servidores; em 2023, ano passado, 1.685 servidores; neste ano de 2024, o governador Ibaneis contratou 700 servidores da saúde. Um total de mais de 21.600 servidores foram contratados, deputado Pastor Daniel de Castro. Isso é um exemplo e, de fato, uma situação... Ainda deu aumento para todos os servidores, 32 categorias – mesmo em 3 vezes –, mas ele deu um aumento de 16%.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO IOLANDO – Dezoito por cento para todos os servidores públicos do Distrito Federal, aumentou o ticket alimentação dos servidores em 48%. Então, é um governador que a população tem certeza... Às vezes, ela vê algum deputado de oposição falando e diz: “Pelo amor de Deus!”. Eu acho que esses deputados ou são cegos, ou surdos, ou mudos, porque eles não entendem ou querem falar por falar mesmo. É um absurdo ver aqui na tribuna um falatório, uma difamação dessa forma, porque não condiz com o que é a realidade do Distrito Federal e com o que, de fato, o governador tem representado para toda a população. Não é só para um segmento ou para uma determinada categoria, mas para toda a população de mais de 3 milhões de habitantes aqui do Distrito Federal.

Muito obrigado, presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, acho que há alguns deputados aqui que viveram fora do planeta Terra e fora do Distrito Federal e baixaram na Terra agora.

Durante o governo Agnelo Queiroz, que tinha como vice-governador o Filippelli, do MDB, tanto que era o governo PT-MDB, nós construímos e entregamos 7 UPAs, completamente equipadas. O governo Agnelo contratou 13.500 servidores para a saúde. Contratou, não foi através de Iges não, contratou, concursado. O governo Agnelo instituiu a Carreta da Mulher – estão lembrados da Carreta da Mulher? Instituiu a carreta que percorreu todas as cidades – eram 2 carretas – fazendo cirurgia de vista. Foram 42 mil cirurgias. No governo Agnelo, nós zeramos as cirurgias no Distrito Federal. Hoje há quase 40 mil pessoas na fila, esperando uma cirurgia.

Se os deputados apoiadores do governador Ibaneis acham que a saúde pública do Distrito Federal está boa, eu faço um desafio: vamos sair uma noite inteira, visitando as UPAs e os prontos-socorros dos hospitais? Vamos? Para os senhores verem de perto a realidade, o caos estabelecido na saúde pública do Distrito Federal.

Quanto ao PET Scan que foi comprado no governo Agnelo – para tratar de rico, para tratar de quem tem plano de saúde, sempre houve PET Scan, os pobres é que não tinham –, não houve tempo de ser instalado. Depois o governo Rollemberg também não o instalou. O governador Ibaneis o instalou porque já estava comprado. Diziam que era um aparelho muito caro.

Alguém em sã consciência vai dizer que a saúde pública está boa? Dá para dizer que a saúde pública está boa? O fato de o governador Ibaneis ter ganhado a eleição no primeiro turno quer dizer que a saúde é boa? Que a segurança é boa? Que a educação é boa? Não é por aí.

Eu tenho o maior respeito pelo deputado Hermeto, mas é preciso que se diga que ele cumpriu uma missão aqui, até porque ele foi integrante do governo Agnelo e sei da admiração que tem pelo Agnelo. Foi dito isso para ele, e ele cumpriu a missão.

Todos nós sabemos que a saúde está um desastre. Pergunte a algum paciente como é o atendimento hoje...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – ... no Hospital do Gama, no Hospital de Base, que o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde está destruindo?

Não vamos tapar o sol com a peneira, não. Vamos trabalhar e falar o que é real. Para nós deputados a saúde está perfeita porque nós temos plano de saúde, temos o Fascal para nos garantir. E até mesmo para quem tem plano de saúde a coisa está ruim, os hospitais privados também estão abarrotados de gente, porque a saúde pública não dá conta, e as pessoas fazem qualquer coisa – vendem a casa, a televisão, o carrinho velho e tudo – para serem tratadas. Antigamente, vinham pessoas de fora de Brasília se tratar aqui. Hoje, as pessoas saem de Brasília, vão se tratar fora do Distrito Federal.

Boa parte dos deputados que estão aqui fizeram parte do governo Agnelo porque eram do MDB e do PT, que estava no governo. Portanto, não dá para ficar cuspidando no prato em que comeram.

Quanto à questão falada pelo deputado, sobre corrupção: 22 prefeitos foram presos em Santa Catarina por corrupção. Não há nenhum prefeito do PT, a maioria deles é do PL. O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, fala tanto em Mensalão, mas estava preso na Papuda – eu tive a oportunidade de vê-lo preso. Hoje, ele é presidente nacional do PL. A mesma coisa acontece com a rapaziada do PP. Portanto, abaixem a bola e respeitem o Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu fui citado novamente. Então, eu vou fazer valer o direito de resposta.

Primeiro, dirijo-me ao parlamentar que tentou defender o governo Ibaneis. De novo digo: ainda não vi ninguém aqui defender os números da gestão de saúde do governo Ibaneis. Toda hora eles mudam de assunto, atacam outras questões, mas alguém subir à tribuna e defender a gestão de saúde desse governo ainda não vi.

Vou responder a alguns questionamentos, presidente. “Ah, o PT nos acusa por não haver

servidores, mas vai-se tirar dinheiro de onde?” Vamos aos números, presidente. O Governo do Distrito Federal apresentou, no início deste ano, um documento assinado pelo governador Ibaneis Rocha e pelo secretário de Economia, Ney Ferraz, o Relatório de Gestão Fiscal. Abro aspas para o que consta no relatório assinado pelo governo do Distrito Federal: “Maior superávit da história: 2,6 bilhões de reais”. O mesmo relatório também apresentou o menor índice de despesa de pessoal – com servidores – da história: 34,8%, comparado com a Receita Corrente Líquida. É o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Está aqui, não sou eu que estou dizendo.

Digo de novo: o governo apresentou o maior superávit da história com a menor despesa de pessoal da história. Essa é uma opção política, presidente. É um projeto. Esvaziaram o serviço público desta cidade por opção. O dinheiro existe, estamos vendo. Até agora, a base do governo só defendeu viaduto aqui, é a única coisa de que eles falam: “Está se fazendo um monte de viadutos”. Está se fazendo mesmo, nós estamos vendo. Mas as pessoas estão morrendo nos hospitais, porque não há médico, nem enfermeiro, nem técnico. As pessoas estão na fila das creches. São 15 mil crianças na fila da creche. As pessoas estavam morrendo – eles esqueceram – na fila do Cras.

Esse governo abandonou o serviço público. Isso está no Relatório de Gestão Fiscal, de que eles tanto se orgulham. É o maior superávit da história com o menor índice de pessoal da história. O dinheiro existe. Vai chegar aqui, agora em maio, a LDO de 2025 e vamos ver quais serão as prioridades do governo.

Por fim, presidente, deputado do PL vir aqui falar de gestão de saúde diante do desastre, do genocídio cometido pelo ex-presidente Bolsonaro na pandemia é zombar com a cara dos brasileiros, das brasileiras, das mais de 700 mil famílias cujos entes morreram na pandemia pela gestão criminosa, irresponsável do presidente que negou vacina, que atacou... É um presidente que, quando houve enchente na Bahia, foi dar entrevista nas férias, no *jet ski*, dizendo o seguinte: “Tomara que eu não tenha que voltar mais cedo”. É esse o ex-presidente do PL que nós tivemos, que virou...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu quero concluir, presidente, falando sobre o debate de corrupção.

O deputado Chico Vigilante já apresentou alguns números, eu vou citar só mais 1, sobre os partidos envolvidos com o esquema da máfia das ambulâncias. Sabem quem está no *top 3* de partidos envolvidos nesse esquema? O PL. O PT não está.

Quero relembrar 3 casos importantes de corrupção que marcaram a história deste país no último período. Primeiro, o Bolsolão do MEC. Ou alguém esqueceu do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, que foi preso em uma operação da Polícia Federal porque negociava com prefeitos o dinheiro do FNDE das escolas? Foram quase 20 bilhões de reais em barra de ouro dentro de Bíblias! O esquema dos tratores, do orçamento secreto, no final de 2020: mais de 3 bilhões de reais com valores 259% acima dos valores de referência. Por fim, o Bolsolão do Bolsonaro – o orçamento secreto –, que tinha Valdemar da Costa Neto como nome que organizava esse processo. Valdemar da Costa Neto já passou 11 meses na cadeia depois de ser condenado a 7 anos e 10 meses de prisão pelo STF, por corrupção e lavagem de dinheiro.

Parece que eles têm memória curta.

Agora eu quero dizer o seguinte, presidente: o debate da corrupção é o grande desafio deste país. Nós do PT combatemos a corrupção. Os governos Lula e os governos Dilma foram aqueles – isso é reconhecido por todos os organismos internacionais e de controle de fiscalização – que mais auxiliaram e financiaram os mecanismos de controle, os mecanismos de combate à corrupção, inclusive do próprio poder público. Foi o governo do PT que mais valorizou o Ministério Público, que mais valorizou a Polícia Federal, que criou a Controladoria-Geral e que garantiu recursos para que possamos ter neste país, de fato, combate à corrupção.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Há mais 2 pedidos de fala pela ordem. Logo em seguida, voltarei para os Comunicados de Parlamentares. Vou seguir a ordem das inscrições: deputado Robério Negreiros, depois deputado Joaquim Roriz Neto.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, não vou me alongar aqui, pois vários parlamentares já falaram. Também não vou me ater à política nacional, porque eu fui eleito para ser deputado distrital e representar as 3 milhões de pessoas que residem no

Distrito Federal.

Vou concordar com deputado Hermeto no seguinte quesito: quando se está na oposição, é muito fácil bater na questão da saúde. Desde a época em que o Distrito Federal era uma prefeitura indicada pelo governo federal – sempre digo aqui – há problema crônico na saúde, e isso sempre foi um desafio de todos os governantes que passaram e, principalmente, dos governantes que foram eleitos pela vontade popular.

No governo Agnelo, em que eu era do MDB, havia o vice-governador Tadeu Filippelli, que era presidente do MDB na época. O MDB controlava a parte de obras e de mobilidade. O próprio governador Agnelo disse em campanha que seria o secretário de Saúde, depois declinou justamente pela complexidade e pelo risco que o cargo impera em relação a isso.

Mas o que eu digo, sem debater sobre pessoas, sobre ideias, se colocarmos a narrativa de um lado e a narrativa do outro, vamos cair na mesma coisa: a gestão da saúde não está adequada. O que eu vejo, principalmente, é que o governador Ibaneis não titubeia, onde há problema, ele troca profissional, troca subsecretário, troca secretário, troca secretário-adjunto e por aí vai. Ele está se esforçando de todas as formas, a começar pelo chamamento de servidores.

Todos sabem que, no Distrito Federal, deputado Jorge Vianna, há questões muito problemáticas que são as especialidades, como a cardiologia, a pediatria, a anestesia. Inclusive, o Ministério Público não deixava que a contratação de anestesistas fosse feita pelo *pool*, como é feito em outros estados, São Paulo, Rio de Janeiro. Agora é que vão liberar isso. Sem anestesia não existem as cirurgias eletivas.

Peço que haja um pouco mais de respeito em relação às críticas. Creio que as críticas estão extrapolando o debate das ideias. É bom para esta casa, o debate; mas que possa haver o devido respeito. Vamos respeitar a nossa vice-governadora, Celina Leão; o governador Ibaneis. Devemos respeitar também os governadores que passaram, como o próprio governador Agnelo, que já reconheceu muitos problemas na saúde pública. É muito fácil para quem está na oposição jogar isso em relação a esses problemas.

O que vejo é o esforço do governador Ibaneis, da governadora Celina, no sentido de melhorar a saúde e fazer tudo o que está ao alcance deles.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Só para concluir, senhor presidente.

Há uma complexidade muito grande de problemas na saúde, e todos sabem disso. Deputado Pastor Daniel de Castro, você faz um chamamento de médico. Daí, consta lá o seguinte: anestesia, 20 vagas. No final, depois de 2 meses, restam só 5, 4. Esse é um problema que foge, às vezes, ao governante; é um problema muito complexo. Nesse caso, a oposição e a situação têm que se unir para melhorar a saúde com as nossas emendas parlamentares. Apresentá-las e esquecer...

Acho que esse debate é salutar em alguns pontos, mas estamos fugindo até do tema do Distrito Federal e do governo. Nós somos uma Assembleia Legislativa do Distrito Federal. Não que a política nacional não seja igualmente importante, mas vamos deixar o Congresso debater a política nacional e vamos nos ater à nossa política com o devido respeito ao nosso governador e à Celina, aceitando as críticas. Governo nenhum acerta tudo. A saúde é um desafio. Repito: nenhum governador, desde a época de prefeitura, em que os prefeitos eram indicados pelo presidente da República, conseguiu resolver esses problemas crônicos da saúde.

Cabe a esta casa discutir formas para que possamos melhorar a saúde. Vamos olhar para a frente e tentar melhorar. Na eleição, veremos quem vencerá em relação à vontade popular.

Era isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, antes de qualquer coisa, eu queria só parabenizar o deputado Hermeto por ter a coragem de falar, por ter a coragem de defender, porque é muito fácil criticar. É muito fácil olhar de longe e falar “isso está errado”, “eu faria diferente”, “tem que se fazer assim”. É muito fácil criticar, especialmente em relação à saúde, deputado Thiago Manzoni.

Vou ser muito breve, quando falamos da saúde – o deputado Jorge Vianna e a deputada Dayse Amarilio que estão presentes e são oriundos dessa categoria sabem disso –, da mesma forma que não há como consertá-la da noite para o dia, não há como destruí-la da noite para o dia. O governador Ibaneis assumiu o mandato com uma saúde já em estado de emergência.

Eu vi alguns deputados falando: “Os parlamentares que estão falando mal do governo Agnelo moravam em outro planeta. Não sei o quê...”. Quando eu escuto essas coisas, eu só dou graças a Deus que existem as redes sociais e a internet disponível para todo mundo, porque a fala de um parlamentar, graças a Deus, hoje, não tem o peso que tinha há 20 anos ou há 30 anos. Naquela época, se alguém escutava um parlamentar falar em números, isso, simplesmente, era visto como a verdade.

Eu pego uma pesquisa que foi divulgada pelo *Correio Braziliense*, em 2013: “Pesquisa Ibope avalia governo Agnelo como o segundo pior do país”. Foram 15 mil entrevistados, e a pesquisa avaliou como sendo o segundo pior do país. Apenas 9% dos brasilienses avaliam como positiva a atual gestão do Distrito Federal.

Então, os parlamentares de esquerda podem parabenizar o governo Agnelo o tanto que quiserem, mas a realidade é que ele foi tão ruim que não ranqueou como um dos piores do DF não. Ele foi um dos piores do Brasil, foi um dos piores do Brasil!

A sociedade não vai sentir o reflexo do que o Ibaneis está fazendo pela saúde em 1 mês, 2 meses ou até em 1 ano, mas em 5 anos, em 10 anos. Esses 5 hospitais que ele está construindo, essas 17 UPAs que ele está construindo vão se refletir na melhoria da saúde no Distrito Federal.

Eu volto a falar: graças a Deus, deputado Thiago Manzoni, que a nossa palavra não tem o peso que tinha há muito tempo, porque pode haver gente falando bem do Agnelo, mas a realidade é que nem para o segundo turno ele...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Só para finalizar.

Nem para o segundo turno ele foi. E pode haver gente criticando o Ibaneis, mas ele conseguiu fazer uma coisa que nem o meu avô Joaquim Roriz conseguiu: ser reeleito, em primeiro turno. Não é possível que ele seja tão ruim assim.

Graças a Deus que podemos ter a nossa palavra, mas não somos mais influenciáveis. A população, deputado Iolando, tem consciência própria. Pode haver um seminário falando bem do governo Agnelo, e o povo vai falar: “Ah, está bom. Beleza”.

Para finalizar, houve um deputado que falou de corrupção. Eu não vou entrar nessa questão de corrupção e falar do PT, porque eu quero ir embora antes de meia-noite hoje. Se eu fosse começar a falar de corrupção e do governo PT, o pessoal já ia começar a ficar doido, porque não íamos embora, porque a lista, simplesmente, não acaba.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado.

Senhoras e senhores deputados presentes, hoje, nós não temos a galeria preenchida para reivindicar os direitos, mas a TV Câmara Distrital está transmitindo a sessão aos nossos telespectadores e a todos que nos acompanham. Realmente temos visto o quanto esta casa tem sido importante para as discussões no geral. Temos discutido assuntos sobre servidores, saúde, educação; mas há um tema que está nos intrigando: a questão de o Ministério da Justiça, do governo federal, proibir que os detentos recebam atendimentos religiosos nos presídios.

Eu não sei que mente diabólica gerenciou essa pauta para inibir, coibir, proibir a proliferação ou a divulgação da Palavra de Deus. Eu não sei que mente maligna foi essa que trabalhou para que essa proposta viesse a ser feita pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Nós fizemos, nesta casa, uma nota de repúdio a essa ação do Ministério da Justiça. Eu não entendo por que as pessoas querem tanto afastar Deus das escolas e das instituições públicas e não sei por que, agora, o nosso governo quer expulsar dos presídios a Palavra de Deus.

Deputado Jorge Vianna, não dá para conceber e entender o que se passa na cabeça de uma pessoa que tem uma atitude maligna como essa para com aqueles que estão condenados, que cometeram crimes, atrocidades, mataram, estupraram, esquartejaram, assassinaram e roubaram, mas

que têm direito de viver um momento de reflexão sobre o ato que cometeram.

Eu, o deputado Pastor Daniel de Castro, o deputado Thiago Manzoni, o deputado Joaquim Roriz Neto e o deputado Martins Machado somos membros da Frente Parlamentar Evangélica desta casa e assinamos – assim como alguns católicos – essa nota de repúdio, porque é um absurdo excluir pessoas em estado deprimente, que estão aprisionadas, de receber a Palavra de Deus. Isso é algo inimaginável para qualquer ser humano na face da terra. Isso tudo está sendo coordenado e orquestrado pelo Ministério da Justiça.

Eu não sei aonde o governo, o ministério ou os gestores do nosso país querem chegar, eu não sei se é cobrança do crime organizado com relação ao projeto de lei que foi aprovado na câmara federal e no Senado Federal sobre a proibição das “saidinhas”. Talvez tenha sido uma retaliação cobrando do governo uma proibição às igrejas. Não sei se foi isso. Estou supondo.

O deputado Martins Machado representa a Igreja Universal do Reino de Deus. Eu estava conversando com o nobre deputado, e sua excelência me falou que a maior evangelização dentro dos centros prisionais é da Igreja Universal do Reino de Deus, das assembleias de Deus, das igrejas batistas e dos nossos irmãos católicos. Eles estão nas prisões para levar a palavra àquela pessoa que cometeu um crime. A pessoa pode ter cometido um crime pequeno ou um crime bárbaro, mas tem o direito de ouvir a Palavra de Deus. É inadmissível essa proibição. É algo repugnante. É repugnante! É algo que não dá para entendermos. Estou até sem fala porque isso é algo indignante.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Estou quase correndo em direção ao Lago Paranoá para atravessá-lo. É uma vergonha.

Deixo esta nota de repúdio, comungando com a nota de repúdio que a frente parlamentar do Congresso Nacional apresentou contra essa barbárie que o Ministério da Justiça, por meio do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, fez para com o Distrito Federal. Deixo o meu repúdio. Tenho certeza de que não aceitaremos essa ação, pois não estamos de acordo com ela.

Podem se preparar. O Brasil vai se tornar o caos, não pela minha fala de profecia, mas porque estamos caminhando para a derrota. A partir do momento em que proibirmos Deus nas escolas, nas penitenciárias e em todos os lugares, vamos comer o que o Diabo quiser nos dar. Eu não vou comer, mas quem quiser vai comer.

Quero também divulgar o I Encontro de Assistência Religiosa do Sistema Prisional. Será amanhã, dia 8 de maio, às 14 horas, na sala de treinamento 2 do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Haverá, amanhã, esse encontro.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, vou concluir.

Vamos tratar desse assunto porque ele é muito sério para toda a sociedade. Não fechem os olhos, não tapem os ouvidos, fiquem atentos, porque isso vai chegar às suas casas, e vocês vão falar: “Bem que isso foi falado no parlamento, e eu não prestei atenção nem tomei providências”.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

Depois do deputado Fábio Félix, faremos mais uma rodada de apartes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, deputados e deputadas, acontecem tantas coisas nesta casa! Parece que estamos numa era da política em que a desinformação virou a regra.

Eu acompanho o sistema prisional. Talvez eu seja o único parlamentar desta casa que visita sistematicamente as unidades prisionais e acompanha as denúncias de violações de direitos no sistema prisional.

Deputado Iolando, não é verdade que a resolução fale isso. E mais: não é verdade que a resolução seja do Ministério da Justiça. A resolução é de um conselho. A resolução condena o proselitismo religioso, defende a liberdade religiosa e fala que todas as pessoas têm autonomia para aderir a qualquer prática religiosa. Isso precisa ser tratado com verdade. Não dá para denunciar quem não é culpado de alguma coisa. Vamos restaurar a verdade, vamos pesquisar antes de fazer um

discurso desse.

Eu visito as unidades prisionais desta cidade. Essa semana estive com os familiares, deputado Martins Machado, inclusive, elogiando as igrejas evangélicas, porque sabemos da importância delas dentro das unidades prisionais. Elas fazem um trabalho vocacional, de orientação.

Muitas vezes, os próprios internos que são pastores não sabem que os representantes das suas igrejas votam contra eles todos os dias nos parlamentos. Eles não sabem, mas eu lhes falo, quando vou lá, que muitos dos seus representantes votam contra os seus direitos. Por exemplo, eles votam contra a saída sistemática no processo de progressão da pena, que é algo previsto na Constituição Federal e no Código Penal. Votam por puro populismo, votam porque estão pensando em um suposto voto da população em relação a esse tema.

As igrejas fazem o trabalho, elas não foram proibidas. O Ministro da Justiça jamais proibiu as igrejas. A nota fala sobre liberdade religiosa, a autodeterminação de todas as religiões.

Vamos restaurar a verdade porque é tanta mentira falada que é difícil termos tempo para responder a todas elas. Aqui já houve uma avaliação sensacional sobre o governo Ibaneis na saúde. Os parlamentares tentaram defender o que é indefensável. É indefensável um governador que faz um acordo com a sociedade, que assina um termo dizendo que não vai ampliar o Instituto Hospital de Base, que não vai criar o Iges-DF, e que trai, depois de eleito, a população: amplia o Iges-DF, e a saúde pública não melhora. Isso é indefensável e precisa ser falado porque o Iges-DF não entrega aquilo que ele disse que entregaria.

Hoje existe um caos na saúde, sim. Existe um caos generalizado na saúde. Isso precisa ser dito sempre nesta casa. Esse é um debate de realidade. É por isso que a população está sofrendo.

Eu desafio um parlamentar da base a fazer diligência em uma UPA, em uma UBS, e ouvir os servidores da saúde por 15 minutos, para poderem se posicionar sobre esse tema, porque sentado aqui, no ar-condicionado do Palácio da Câmara Legislativa, é fácil defender a política de saúde gerida pelo governador Ibaneis. Quero ver o parlamentar ir às unidades de saúde e falar da realidade que as pessoas estão vivendo.

Aqui, deputado, é meio caótico porque são tantos temas! O povo começa falando da saúde e vai não sei aonde e fala da Madonna, uma das maiores artistas do mundo hoje, que entrega um público de 1 milhão e 600 mil pessoas, algo que ninguém entrega.

Alguém disse que ficou até chocado com o beijo *gay*. Eu não fico chocado com beijo *gay* porque eu o pratico. Está chocado com beijo *gay*? Eu já beijei meu companheiro, inclusive, nesta casa. Vou ter que ser cassado se o beijo *gay* for criminalizado, porque beijo a boca do meu marido.

São tantos absurdos que acho que tem a ver com o *clickbait*. Às vezes, as pessoas querem *click* na internet – estamos nesta fase – e acabam esquecendo aquilo que realmente importa, que é a realidade que a população do DF e a população brasileira estão enfrentando.

Eu tinha um pronunciamento sobre um tema que acho fundamental: os extremos climáticos que nós estamos vivendo. Estamos vivendo neste momento, no Rio Grande do Sul, uma situação dramática, com a qual eu queria me solidarizar. A situação é dramática em tantos níveis: mais de 70% dos municípios do Rio Grande do Sul afetados, mais de 100 mil pessoas desabrigadas, muitas pessoas mortas e desaparecidas neste contexto. Precisamos pensar a causa disso.

A causa disso é a boiada que está passando e passaram no governo passado e no Ministério do Meio Ambiente, é o abandono da legislação climática e ambiental deste país, é o negacionismo generalizado em relação à questão ambiental.

É preciso debater sobre esse tema para que haja prevenção, senhor presidente.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Prevenção em relação às questões climáticas. No DF, deputado Chico – que acompanha o debate ambiental há muito tempo –, nós temos 2 extremos: uma seca intensa, que tem se agravado e piorado, e também um momento de chuvas intensas. E sabemos que há alguns territórios – como a Vila Cauhy, Arniquireiras, Sol Nascente e Asa Norte – que têm sofrido, e muito, com as enchentes. Esse processo está começando, e todo ano há um aviso novo.

Eu estava olhando os dados de investimentos orçamentários do governo no Drenar-DF. A execução orçamentária, em um projeto que é do governo, é baixíssima. Se olharmos os dados, o governador do DF precisa também se preocupar com esse tema, porque nós estamos falando de um

tema que gera uma desigualdade enorme.

Chamamos isso, inclusive, de racismo ambiental – os territórios mais periféricos, mais precários são os que mais sofrem com a desigualdade dos efeitos e com as consequências desse processo, sobre os quais não temos refletido neste momento. As populações vulneráveis são as que mais sofrem.

Então, eu queria dizer que nós temos que chamar a responsabilidade. O que está acontecendo no Rio Grande do Sul merece a nossa máxima solidariedade, a nossa mobilização. Inclusive, eu quero sugerir à Mesa Diretora que esta casa também seja um ponto de coleta de doações para que possamos levar as doações até o Aeroporto de Brasília, para a FAB. Então, a casa seria mais um ponto de apoio para que possamos fortalecer. Mais do que isso, que este momento possa nos gerar a reflexão sobre o que nós podemos sofrer aqui. Continuar negando a questão climática e a prioridade ambiental não vai nos ajudar a superar esse problema.

Para concluir, senhor presidente, no DF há 2 questões. Muitos dizem que a culpa sobre a questão ambiental e climática é das ocupações irregulares, especialmente da população mais pobre. É fato que isso gera uma consequência para a questão ambiental e climática. Mas muitas pessoas acham que esses são os principais atores e não é verdade. Os principais atores desse processo são a especulação imobiliária, que passa o trator...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Passa o trator com ares de legalidade na legislação ambiental. Sabe por que temos hoje um problema de drenagem na Asa Norte, deputado Chico Vigilante e demais deputados? Por conta do Noroeste, que foi construído atropelando, dentro da legalidade, a legislação ambiental brasileira e a reflexão ambiental. É um bairro de ricos, da classe média alta, de milionários, que gera um problema de drenagem no DF.

Essa questão tem que ser debatida com seriedade e não atacando a população mais pobre e as ocupações. É dialogando sobre o direito à moradia, mas é também pensando o planejamento. As vezes, você aprova coisas nesta casa que geram o caos em que vivemos, também relacionadas à questão ambiental. Chega de negacionismo!

É bom que nós tenhamos gestores hoje, neste país, que sejam autoridades no assunto, como a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que entende do tema e está à frente dessa área. Chega de negacionismo ambiental, para que possamos, de fato, enfrentar o problema dos extremos climáticos, que é urgente para a nossa geração.

Muito obrigado, senhor presidente, pela tolerância e pela generosidade no uso do tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, dificilmente eu entro em discussões partidárias. Eu tenho o maior cuidado, porque para mim o partido de oposição é o partido da vez, é o partido contra o governo da vez, sempre fui assim. Mas não há como eu ficar calado, eu sofri na pele, eu sofri na pele como trabalhador e como sindicalista nos 2 últimos governos: o do Rollemberg e o do Agnelo.

Eu concordo totalmente quando se fala que o governo Agnelo foi o que mais investiu em Brasília, foi o que mais construiu creches – eu não vou nem dizer Upas, porque as Upas são do governador Ibaneis –, o que mais comprou material para a Secretaria de Saúde, fora equipamentos. Deputado Thiago Manzoni, pela primeira vez nós tivemos, na Secretaria de Saúde, camas elétricas, compradas pelo governador Agnelo. Pela primeira vez, nós compramos um PET-CT, um PET Scan para o Hospital de Base. Pela primeira vez, nós tínhamos órteses e próteses sobrando na Secretária de Saúde para as cirurgias ortopédicas.

O problema é que ele comprou demais. Ele comprou tanto que foram perdidos itens. Na época até houve investigações por conta das órteses e das próteses. As camas compradas pelo governo hoje estão obsoletas, não havia manutenção e estão quebradas. O PET Scan ficou quase 10 anos no corredor do Hospital de Base. O governador Ibaneis foi lá e o instalou – inclusive, é o primeiro que há no serviço público em Brasília.

Há um tempo houve uma discussão. Lembrei-me muito bem disso porque no início de 2015 eu estive no governo Rollemberg. Nós apoiamos a chapa dele. Eu falei nesta sessão que em 2015 o governador Rollemberg me chamou para perguntar como estava a situação dos servidores. Eu falei:



“Em dezembro, o governador Agnelo teve que escolher entre pagar a saúde ou a educação. Ele pagou a educação. Agora, em 2015, em janeiro, se o senhor tiver que fazer essa escolha, escolha a saúde, porque a educação já recebeu”. No dia, o debate desse assunto foi acalorado e muito rápido, não tive como provar isso.

Como o deputado Joaquim Roriz Neto falou, graças a Deus existem as redes sociais. Trago aqui uma matéria de 2014 da revista *Veja* em que se diz o seguinte: “Agnelo atrasa salários e agrava o caos no Distrito Federal. O governo havia prometido depositar o pagamento dos servidores nessa terça-feira, mas isso não aconteceu. Os servidores da saúde iniciam greve. O fim do governo Agnelo Queiroz no Distrito Federal é marcado por dias de caos”.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – “Os graves problemas financeiros que vieram à tona após a derrota do petista na eleição de outubro se tornam cada vez mais evidentes. Na terça-feira, grande parte da capital amanheceu sem ônibus, pelo sexto dia seguido, por causa de uma paralização dos rodoviários. Ao mesmo tempo, professores fecham o Eixo Monumental em protesto e pedem o pagamento dos salários atrasados. Ainda durante a manhã, os servidores da saúde decidiram entrar em greve”.

Esse foi o governo Agnelo. Além de ser um péssimo gestor, ainda é apelão. Ele perdeu a eleição e falou: “Agora vou fazer o que eu quiser, vou pagar quando eu quiser”. Nessa mesma época, agora já com outro governador... Não sabemos quem foi pior, na verdade, eu sei qual foi pior, pior que o Agnelo foi o Rollemberg.

Aí vem a matéria do *G1*, no dia 9 de janeiro, exatamente 1 dia depois do dia em que eu estive com o governador Rollemberg no palácio. A matéria diz o seguinte: “‘Opção difícil’, diz Rollemberg sobre pagar a saúde antes da educação”. Essa matéria comprova a verdade que eu falei naquele dia. Ele teve que optar porque não havia dinheiro.

Olhem, eu já falei que não entro em discussões...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – ... ainda mais porque sabemos que é tudo conveniência política! Mas não posso também deixar de dizer alguns pontos. O governador Ibaneis nunca atrasou salários, pagando inclusive antes da data. O governador Ibaneis nunca deixou de fazer os repasses dos consignados. Nunca! Inclusive os antecipou. Então, sejamos justos! Eu acho que o que faz o político ser uma pessoa respeitada é a justiça e o bom senso. Eu sempre votei nesta casa!

Então, neste momento posso dizer, como servidor público – que fui e sou –, como sindicalista e agora como parlamentar: o governador Ibaneis não tem comparação com os outros 2 governadores que passaram no palácio.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, durante o governo Agnelo e Filippelli foi dado aumento para todas as categorias. Quando o Rollemberg assumiu, ele entrou na Justiça para que os aumentos fossem cancelados. Ele perdeu por 17x0 no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Eu provei, deputado Thiago Manzoni, que havia dinheiro. O problema é que a incompetência do Rollemberg – alguns apoiaram, mas eu nunca o apoiei – preferiu dizer que não havia dinheiro para jogar a culpa em cima do Agnelo.

Eu não vou fazer uma comparação de qual foi o pior, porque o pior de todos não foi nem o Rollemberg, foi o Rogério Rosso, que era do PSD. Vocês estão lembrados de como ficou a Esplanada quando o Rosso saiu? Estão lembrados? Parecia uma capoeira. A escola poderia colocar uma manada de gado para pastar ali que o gado iria se dar muito bem. Estão se lembrando disso? Vocês se lembram do tanto de buracos espalhados pelas ruas? Lembram como estava a situação dos hospitais e dos postos de saúde? O Agnelo assumiu e, em vez de ficar caçando culpados, foi capinar o mato. Colocamos gente para cuidar da rodoviária, e o Viana foi nomeado diretor da rodoviária, ficando 3 dias com toda a equipe para dar conta da rodoviária.

O Agnelo teve um problema sério: não tinha comunicação! Em governo onde não há comunicação.... Foi o que aconteceu. Não havia comunicação! O deputado Pastor Daniel de Castro, que está aqui, que era um homem do palácio, que apoiava e ajudava bastante o Agnelo Queiroz, sabe da

seriedade com que o governador tratou o Distrito Federal.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, serei breve. Como deputado da base, presidente, quero discordar do que falou o deputado de esquerda, que me antecedeu. Sua excelência disse que os deputados da base não visitam a saúde do Distrito Federal. Nós visitamos. Não é só a oposição que faz visita, não é só a oposição que fiscaliza, não é só a oposição que trabalha. Os deputados trabalham, e trabalham muito. Eu queria fazer esse esclarecimento para a população porque, às vezes, fica parecendo que não trabalhamos.

O deputado mencionou também uma expressão muito legal: negacionismo ambiental, referindo-se, claro, ao período do governo do presidente Bolsonaro. O deputado só esqueceu que quem governou o país de 2002 a 2018 foi o Partido dos Trabalhadores, o PT, um partido de esquerda. Quem governa o Brasil hoje é o PT outra vez. Nós tivemos 4 anos de sossego, o resto foi só destruição. Eles querem nos fazer acreditar que quem destruiu tudo foi Bolsonaro. O meio ambiente todo foi destruído em 4 anos, deputado Pastor Daniel de Castro. Em 4 anos o meio ambiente foi destruído.

Ele mencionou também o nome da superministra Marina Silva, porque agora ela vai resolver os problemas que não conseguiu resolver de 2003 a 2008. O pessoal esquece que é o mesmo grupo que está no poder, o mesmo grupo que destruiu o Brasil e, seguindo essa linha de raciocínio – que eu não acredito que seja verdadeira –, também destruiu o meio ambiente e continua a destruir absolutamente as mesmas pessoas.

Obrigado, presidente.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) –Presidente, eu quero agradecer ao deputado Pastor Daniel de Castro pela sua fala.

Eu estou ouvindo um debate muito sério sobre a questão da saúde do Distrito Federal. Eu quero registrar a minha indignação porque a saúde vem da nutrição. Hoje foi encontrada – inclusive foi motivo de chacota – uma larva na merenda escolar das nossas crianças em uma escola daqui do Plano Piloto. Eu tenho visitado as escolas e estou vendo geladeiras vazias e sem proteína para as nossas crianças. Hoje foi encontrada uma larva na merenda escolar de crianças e jovens de uma escola da capital federal. Isso não tem a ver com direita nem esquerda, mas com dignidade humana.

Então, fica aqui a minha indignação em saber que a capital federal está oferecendo alimentação com larva e, principalmente, alimentação que não é adequada para o consumo humano.

Dentro das geladeiras das escolas há carne moída que precisa ser recolhida porque está imprópria para o consumo humano. Esses dias eu fui a uma escola, presidente, e havia 4 quilos de peixe congelado para serem distribuídos para 325 crianças. Imaginem o que está sendo oferecido. Fica aqui a minha indignação do que estamos fazendo com o futuro do Brasil e de Brasília.

Peço que os parlamentares se atentem ao que está sendo oferecido na merenda escolar, que custa um valor bilionário: hoje há larva na alimentação das nossas crianças, presidente!

Muito grata.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esta Presidência pede uma gentileza, já que os pedidos para uso da palavra estão superando os pronunciamentos. Caso todos peçam a palavra para pedir votação, serão, no mínimo, 18 pedidos para uso da palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, o pedido, com todo o respeito, é incoerente ao que decidimos no Colégio de Líderes. Nós decidimos que o que lá fosse decidido seria trazido à pauta. Então, ontem foi acertado no Colégio de Líderes que a data para votação seria no dia 21. Então, só o Colégio de Líderes pode superar essa decisão.

Agora, uma vez mais, clamo aos meus pares, porque se toda hora pedirmos uso da palavra e a fala demorar 5 minutos... Aqui na relação das falas, apenas 2 parlamentares falaram nos Comunicados de Parlamentares.

Então, o pedido para uso da palavra, agora, será para as matérias que estão sendo votadas e que seja, no máximo, de 1 minuto.

Continuamos nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu sei que o Colégio de Líderes é soberano. O “não” já temos, podemos continuar com o “não”. Eu queria que os líderes fossem consultados, já que o projeto do BRB é um projeto simples e já foi explanado pelo meu presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mas ontem eu pedi, inclusive, que a liderança do governo estivesse lá para pedir por isso, e a liderança não estava.

Ontem os deputados já sabiam que a matéria passaria pela CEOF de hoje.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Isso foi pedido, mas o que aconteceu? Eu precisei me ausentar e o deputado Iolando reforçou que era a pauta que havíamos pedido. Mas se não houver acordo, sem problemas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está bom. Eu farei a consulta, porque o líder do governo está pedindo. Agora, lembro que fizemos um acordo ontem.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, vamos seguir o acordo então, para não gerar problema e não gerar jurisprudência futura. Então, segue o acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Boa, meu líder.

Então, mantemos dessa maneira.

O tempo de uso da palavra será deduzido do pronunciamento do deputado nesta sessão ou na próxima.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, agradeço depois de esperar 1 hora em pé.

Presidente, esta casa é instigante. Eu estava ali me contendo para falar, porque nós somos deputados e fazemos parte de uma agremiação chamada partido. Os partidos são siglas e eles se misturam. Então, aqui, em plenário, já sobrou para todo mundo. Já sobrou para o Agnelo, para o Rollemberg, para o Rosso e até para mim quando o deputado Chico Vigilante disse que eu fiz parte do governo Agnelo e fiz mesmo, porque faço parte de um partido que o apoiou. E graças a Deus que o apoiou e não apoiou o Rollemberg, tragédia de Brasília.

Mas alguma coisa aqui está errada. Eu espero que um dia possamos até sair candidatos sem precisar de partido para não ter que enfrentar essa jocosidade e ter isso jogado na cara. Ao fazerem comparações, como as que estão sendo feitas aqui, eu terei que me associar ao querido ex-líder do Governo Ibaneis nesta Casa, porque uma coisa ninguém vai negar: O melhor governo da história do Distrito Federal é o Governo Ibaneis. Não tem como negar isso. São dados, deputado Hermeto.

Enquanto o governo do PT foi reprovado, enxotado, tomou cartão vermelho em primeiro turno, o Ibaneis veio e fez justamente o contrário: Se elegeu em primeiro turno.

Há coisas que devem ser repensadas.

Pessoal, não podemos escarnecer quem nos ouve. Muito bem disse o deputado Joaquim Roriz Neto que, graças a Deus, há as mídias sociais que estão por aí.

Eu fico me coçando, porque não quero entrar na pancada, não, mas há hora em que não há jeito. Ouvir deputado do PT vir aqui falar de moral, de corrupção, de querer ensinar alguém? Pelo amor de Deus! Hoje o parlamento americano está destruindo o governo do Brasil, pessoal. O parlamento dos Estados Unidos está destruindo o governo do Brasil. E vem acusar os partidos?

Acusou o PL, o PP, mas não falou do PT, do escândalo do PT, do Waldomiro Diniz, do Mensalão, da cassação do José Dirceu, do escândalo dos aloprados, da renúncia do Palocci, da prisão da cúpula do PT, da faxina da Dilma na Lava Jato, da prisão dos ex-tesoureiros do PT, do atual governo, do ministro das Comunicações que teria beneficiado a própria fazenda com uma emenda de 10 milhões. Esqueceu de falar do governo deles. Isso é brincar com a nossa cara, por favor! Vir aqui

bater no governo Ibaneis, e esquecer...

Veio falar de dengue, atacando o Ibaneis. Deixe-me falar: no governo Bolsonaro, toda a grande mídia se consorciou para destruir o governo dele referente à questão da covid e das vacinas. Mas onde está esse consórcio para falar da dengue no Brasil? Falar de dengue no Distrito Federal? É verdade que estamos enfrentando uma situação difícil na saúde de Brasília, mas o que precisa ser repensada mesmo é a saúde do Brasil. É a saúde do Brasil.

No governo do presidente Lula, do descondenado, o Brasil passa de 1.800.000 casos de dengue, só nas primeiras semanas de 2024. A previsão, deputado Hermeto, é chegarmos ao final do ano com mais de 5 milhões de casos de dengue. Já são mais de mil mortes. Este governo é um governo genocida também. Porém, só sabe falar de Bolsonaro. Só sabe atacar o PL e o PP, deputado Thiago Manzoni. Parece que o PT é o partido dos santos. É o partido das trevas, do Presidengue, do Presimente. Não há como ficar calado nesta casa, por mais que respeito nós tenhamos.

Não vou atacar nunca o Agnelo. Ele é meu amigo pessoal. Eu não faria isso. Eu não sou covarde.

Deputado Chico Vigilante, vossa excelência é uma pessoa que eu admiro muito. O senhor tem anos de parlamento. O senhor precisa chamar esses meninos do PT que chegaram agora e pedir a eles que tenham equilíbrio na fala.

Vamos visitar os hospitais. Eu vou com o senhor e não tenho vergonha, não. Eu fui ao Hospital de Taguatinga, ao Hospital de Base, ao Hospital de Santa Maria. Deixe-me lhe falar uma coisa: eu tenho plano de saúde, mas eu me consultei há duas semanas na UBS de Vicente Pires e quero parabenizar os servidores daquela unidade. Eu não fiquei 30 minutos lá. Fui consultado, tomei vacina e fui medicado. Eu fui à UBS para saber como está a saúde do Distrito Federal.

Aqui não há paladino da moral nem ninguém melhor do que os outros, não! Todos aqui trabalham. Particularmente, eu sei que todos os 24 deputados trabalham, mas não venha um deputado querer dar de bonzinho, porque está indo à saúde...

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para concluir, deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Aqui peço respeito. Uma pessoa por quem tenho grande admiração é meu amigo pessoal – e eu posso falar isso – Agnelo; mas, por favor, ele era médico e nem ele deu jeito na saúde.

Precisamos melhorar. O governador vai ter em mim uma pessoa que vai brigar por melhoria. Vão ao Hospital de Taguatinga, vão ao segundo andar: todo reformado com emendas do deputado Jorge Vianna e com minha emenda. Vão à oncologia de Taguatinga, onde, no governo passado, as pessoas com câncer ficavam do lado de fora, no sol e na chuva. Está tudo reformado e com ar-condicionado, fruto do trabalho deste governo. Agora, não escarneça da cara da população. Seja sincero!

Vai bater no Ibaneis? Tome vergonha! Pense! Venha aqui falar do seu governo. Seu governo está destruindo o Brasil. Chegou a 37% o índice de aprovação, o menor da história do Brasil. Se é para brigar, está bom! Nós vamos comprar briga! Bateu no Ibaneis, agora, vai levar também, e nós vamos mostrar os desmandos do governo federal – que são muitos. Se falarmos dos escândalos, das viagens, da Janja...

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para encerrar, deputado. Por favor, deputado, para encerrar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Mas é o que está acontecendo. Então, respeite o governo Ibaneis e o governo Celina. Respeite!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Eu vou insistir com as solicitações de uso da palavra. Eu vou até pedir para que consigamos manter o nível de respeito aos colegas parlamentares, isso é extremamente importante. Se citar o parlamentar, eu tenho que dar o direito de resposta.

(Discussão fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Citou ou não citou?

(Discussão fora do microfone.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência por um minuto.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu não ofendi nenhum parlamentar nesta casa. Nunca! Em nenhum pronunciamento! Eu nunca ataquei nenhum parlamentar no que faz ou deixa de fazer, nem nas posições políticas pessoalmente. Divirjo sempre na política.

Deputado Pastor Daniel de Castro, eu aprendo muito com deputado Chico Vigilante. O deputado Chico Vigilante é uma grande referência, não só do PT, mas da história política desta cidade. Eu tenho muito orgulho de ser do PT, que tem o deputado Chico Vigilante como líder. Mas ele não precisa me ensinar a me pronunciar no plenário. Eu também tenho história, eu também fui eleito e represento, no meu mandato, eleitores que votaram no PT e confiaram no meu mandato. Eu vou criticar o Ibaneis sempre. Pode rebater a minha fala, é o que eu quero. Eu não vi ainda ninguém defender a gestão da saúde do Ibaneis.

Por fim, presidente, quero dizer que quem estava no *show* da Madonna é o governador do PL, que deu, inclusive, 10 milhões de reais para o *show* acontecer. Eles vêm aqui com *fake news*, com um monte de coisa...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas a verdade será estabelecida.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu solicito ao deputado Pastor Daniel de Castro que peça desculpa à senhora Janja porque ela não estava no *show* da Madonna. Se estivesse, não estaria cometendo nenhum crime. Mas ela preferiu estar com o presidente Lula acompanhando a situação lá no Rio Grande do Sul.

A senhora Janja não foi ao *show* da Madonna. Quem estava lá era o Seif, senador da República pelo estado de Santa Catarina. Agora, ele está dizendo que foi a esposa que o fez ir ao *show*. É um cara meio covarde: na hora em que o negócio pega, ele joga a culpa em cima da mulher.

Deputado Pastor Daniel de Castro, a senhora Janja não estava assistindo ao *show* da Madonna e, se estivesse assistindo, isso não seria nenhum crime.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

O deputado Pastor Daniel de Castro foi citado.

Com a palavra o deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para usar do direito de resposta. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu não preciso responder, não. Se a senhora Janja não estava, eu só retiro a fala de que ela estava lá. Mas quero dizer que ela esbanja mesmo. Viaja o Brasil e o mundo todo com o marido dela.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Mais uma vez eu vou insistir com relação às solicitações de uso da palavra pela ordem, que estão sendo muitas e longas. Precisamos balizar isso e o deputado que pede para usar a palavra pela ordem, talvez, tenha que abrir mão da sua fala.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao nobre deputado Ricardo Vale. Conforme lista de inscritos, na sequência, usarão da palavra o deputado Max Maciel e a deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, primeiramente, quero me solidarizar com o deputado companheiro de partido, o nosso presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, deputado

Gabriel Magno, que vem desempenhando um papel à frente da comissão, nesta casa, que orgulha a todos nós.

Ele é um dos deputados mais jovens desta casa. Deputados, estou falando com deputado Gabriel Magno. Eu estou elogiando a atuação dele nesta casa, como um dos novos parlamentares, um jovem do meu partido, uma pessoa cuja atuação tem me dado muito orgulho. Ele faz uma oposição firme, responsável e respeitosa.

Vossa excelência tem feito uma oposição firme e com muito respeito, à frente de uma comissão importante, fiscalizando a saúde pública do Distrito Federal, fiscalizando a educação do Distrito Federal. Acho que é por isso que vossa excelência tem sido muito atacado aqui.

Eu estive com vossa excelência em algumas visitas em hospitais. Estive em algumas audiências com vossa excelência. Os temas que vossa excelência levanta são da maior importância para o povo do Distrito Federal.

Vossa excelência – assim como muitos deputados, assim como eu – é um deputado de oposição. Temos que fiscalizar mesmo! Temos que fiscalizar, temos que denunciar e temos que falar. Não há que ter medo de falar.

Eu fico surpreso, porque vi alguns deputados falarem tão mal do governo Agnello, falarem tão mal do governo Rollemberg, que, se eu tivesse uma avaliação tão ruim, eu teria saído da base do governo em 1 mês. Porém, esses deputados ficaram 4 anos, deputado Chico Vigilante, com essa avaliação tão ruim do governo Agnello. Se era tão ruim assim o governo Agnello, se era tão ruim assim a saúde, por que não saíram antes? Esperaram acabar o mandato para depois procurar outro caminho.

É muito ruim esse debate que está sendo feito aqui. Oposição é para fazer oposição, mesmo. Situação é para ajudar o governo quando pode. Aliás, a oposição tem ajudado muito. Nós da oposição, os 6 deputados, temos ajudado muito o governo. Eu não entendi essa coisa orquestrada que vi hoje, todo o ataque que vossa excelência sofreu de vários parlamentares, que até mesmo citaram vossa excelência.

Então, eu quero me solidarizar com vossa excelência e dizer que continue firme. Vossa excelência está incomodando pelo seu trabalho, pela sua capacidade, pela sua competência de fazer oposição nesta casa. Não arrede o pé, continue firme! Parabéns pela sua atuação. Conte sempre conosco. Sei que muitos desses parlamentares que hoje falaram mal de vossa excelência o respeitam e têm admiração pelo seu trabalho, porque eles falam isso. Mas hoje, não sei por quê, houve todo esse ataque contra vossa excelência. Eu espero que construamos uma relação mais respeitosa entre nós.

Também não poderia deixar de falar que eu estou muito feliz, assim como o povo do Distrito Federal, com o governo Lula e a atenção que ele tem dado ao Distrito Federal. Temos acompanhado os recursos e as obras do PAC. O governo Ibaneis começou a terceira faixa em Planaltina e, no dia em que o governador fez o lançamento dela, já anunciou que os recursos do BRT Norte estão garantidos pelo governo federal. A saída norte vai ganhar o BRT Norte, além da terceira faixa que foi iniciada. Portanto, ela vai ficar muito melhor.

Eu tenho muito orgulho de que, em nosso mandato, em janeiro e fevereiro do ano passado, fizemos um abaixo-assinado e colhemos assinaturas justamente para pedir essas 2 obras. Nós o entregamos ao Governo do Distrito Federal para que fizesse a terceira faixa. Sobre o BRT Norte, o governador Ibaneis anunciou que já está tudo certo com o governo federal. Este também foi um compromisso do governo Lula: fazer essa obra na saída norte.

Além disso, o governo Lula tem ajudado o Distrito Federal na educação: anunciou o IFB de Sobradinho II e lançou o IFB do Sol Nascente. Isso prova que o governo federal, que o governo do PT, que o governo Lula não faz diferenciação. O Lula está lá no Rio Grande do Sul dando exemplo do que é fazer política: chamou o governo, chamou a prefeitura e está trabalhando. O governo federal está investindo, tentando minimizar o sofrimento daquele povo. É assim que se trabalha.

No Distrito Federal é a mesma coisa: de vez em quando, ouvimos o governador Ibaneis e os deputados da base falando mal do governo Lula, do Lula, do PT, mas o governo federal continua mandando recursos e mais recursos ao Governo do Distrito Federal para este trabalhar em prol da população local.

Então, está de parabéns o governo Lula, está de parabéns o governo federal por ter essa atenção especial com o Governo do Distrito Federal e com o governo de todos os estados. É assim que se governa: ouvindo todos, pegando as demandas da população e tentando resolver o problema, independentemente das nossas diferenças político-partidárias.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só quero fazer uma pequena correção, com todo respeito ao deputado Ricardo Vale: esse dinheiro não foi do governo federal. É um dinheiro oriundo do BNDES, que é um banco. E o Distrito Federal é que paga. Vou só corrigir sua colocação: acabou de ser confirmado pela Casa Civil que o dinheiro não é do governo federal, o dinheiro é do BNDES.

DEPUTADO RICARDO VALE – Qual?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – O dinheiro do empréstimo, esse que vossa excelência citou.

DEPUTADO RICARDO VALE – Do BRT?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – O que é do BNDES.

DEPUTADO RICARDO VALE – Não. Os recursos da terceira faixa são do Governo do Distrito Federal, de empréstimos do BNDES. Os do BRT Norte são do PAC, do governo federal.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Mas o outro que vossa excelência mencionou e disse que era do governo federal é do BNDES, que é um banco – e quem paga é o Estado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Não. Não falei isso, deputado. Eu falei que o recurso da terceira faixa, a obra que o governador Ibaneis lançou no final da semana passada, em Planaltina, é do Governo do Distrito Federal. Porém, os do BRT Norte, que o governador Ibanes anunciou, são do governo federal, do PAC.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputados.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, obrigada. Eu estava ouvindo a discussão sobre a saúde, uma discussão que faz parte da minha vida há mais de 2 décadas.

Antes de entrar nesse assunto, eu queria agradecer a vossa excelência e dizer que hoje abrimos a sala da Procuradoria da Mulher, no primeiro andar, sala 1.52. A Procuradoria da Mulher vai ficar aberta todos os dias, com servidoras que vão acolher mulheres não só desta casa, mas de todo o Distrito Federal. Isso é uma vitória para esta instituição e uma vitória para vossa excelência, que tem sido um presidente que dá muita voz às mulheres.

Queria também parabenizar os vários colegas que tenho dentro da Força Nacional do SUS, mandar-lhes uma saudação e um abraço muito caloroso. Tenho vários amigos que estão no Rio Grande do Sul. É uma tragédia que temos visto e pela qual sofremos juntos. Quero me solidarizar com aquelas famílias. Quero agradecer também aos bombeiros e ao pessoal da Defesa Civil, inclusive os do Distrito Federal, que foram encaminhados para lá.

Estou no serviço público há 23 anos, meu sonho era ser enfermeira. Realizei o meu sonho e vou dizer para vocês: saúde é algo, realmente, muito complexo, muito complicado, mas me sinto muito confortável para apontar algumas coisas, até porque, deputado Ricardo Vale, esse é o nosso papel mesmo. Estamos falando do Distrito Federal e somos deputados distritais. É natural e é dever do deputado distrital fazer o que está na Constituição – não só legislar, fiscalizar e representar. Eu digo isso com muita propriedade, porque vou falar de coisas que eu vivo e que sei que poderíamos resolver numa grande força-tarefa.

A saúde é algo complexo e precisa, realmente, de soluções de médio e longo prazo. São soluções que requerem pactuações muito complexas, mas que podem trazer melhoria. Elas passam pelos servidores. Eu falo isso porque há, por exemplo, o déficit de técnico de enfermagem apresentado ontem, que é de quase 6 mil.

Eles trouxeram um dossiê que mostra que há aposentadorias e vacâncias que não estão sendo repostas. Não existe um cronograma de nomeação. Na LDO, há o compromisso de nomear apenas 200 pessoas – com um déficit de 6 mil! Então precisamos, como casa legislativa, falar da derrubada do veto ao cronograma de nomeação. Além disso, precisamos falar da importância da atenção primária, pois sabemos que, nas áreas mais vulneráveis, precisamos de equipes consistidas. Mas não conseguimos ter

um cronograma de nomeação de agente comunitário de saúde. Até agora não temos o encaminhamento do projeto de lei que foi pactuado no grupo de trabalho sobre os agentes comunitários de saúde.

Nós estamos vivendo numa epidemia de dengue!

Há problemas com os servidores adoecidos, que estão fazendo o chamado TPD. Eu brinco ao falar que a sigla significa tudo por dinheiro, mas os servidores nem fazem mais o TPD por causa do dinheiro; eles fazem por compromisso. A verdade, a realidade é que os servidores estão adoecidos. Eles não conseguem nem fazer mais TPD.

Existe um problema com a saúde mental. Há pacientes que estão há dias na UPA, quando era para ficarem apenas por 24 horas. Eles estão lá porque não há Caps.

Há também o problema do transporte sanitário. Não há ambulância rodando por falta de contrato de manutenção. E nós temos diversos equipamentos!

Isso se repete, mas nós precisamos resolver. Não adianta falar do passado, do presente e do futuro sem querer resolver o presente e o futuro.

Acho que é nosso papel trazer isso e trazer soluções. Eu faço aqui esse compromisso. Eu tenho sido uma oposição muito coerente nesse sentido, pois em tudo que falo, aponto o que pode ser melhorado, mostrando algumas soluções que podem ser pactuadas.

Acho que esse é o nosso dever para com o Distrito Federal, independentemente do partido em que estivermos. Por quê? Porque saúde é algo que não pode esperar.

Então, presidente, precisamos falar de hospitais vocacionados; de emendas que, às vezes, são devolvidas; de problemas existentes em contratos e da questão do Iges, sobre a qual todo mundo já falou muito.

Na última prestação de contas do Iges, foram 8 horas de prestação de contas. Eu e a deputada Paula Belmonte pedimos o detalhamento das dívidas do Iges, porque há dívidas que não foram esclarecidas e dívidas que, inclusive, o Tribunal de Contas está avaliando para ver se vão ser pagas ou não. Precisamos destrinchar isso. O Iges é um grande problema que ainda não mostrou solução, que ainda não foi resolvido. A minha luta vai ser para que o Iges não cresça e para que haja uma pactuação pela saúde do Distrito Federal, que está pedindo socorro.

Obrigada, presidente. Conte sempre conosco para lutar pela saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. (Pausa.)

Obrigado, deputado Max Maciel, que, de forma muito elegante, abriu mão da palavra para que possamos iniciar a votação.

Sendo assim, declaro encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos 93 vetos da Ordem do Dia e votar as demais proposições das sessões ordinária extraordinária. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, vamos ao primeiro item a ser apreciado.

Item nº 101:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 37/2024, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas 3 emendas de plenário. Foi retirada a Emenda nº 2. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que



designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, o parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição, com o acolhimento das Emendas nºs 1 e 3, na medida em que a Emenda nº 2 foi cancelada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Acolhendo o pedido do deputado Chico Vigilante, solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para recomposição do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estão presentes 14 deputados, havendo, portanto, quórum regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Presidente, eu pedi isso para que não paire dúvida alguma. Há 14 deputados presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não há mais ninguém para votar? Não iremos votar nada porque não há quórum.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – (Fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mas não para votar o regimento. (Pausa.)

O Regimento pode? (Pausa.) O que não pode votar é a PELO.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, queria só confirmar se a emenda foi retirada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria agradecer, pois, ontem, na reunião dos deputados, fizemos um compromisso, conduzido por vossa excelência, para fazer a retirada da emenda apresentada pelas parlamentares.

Eu quero dizer, também, da condução e, também, do acordo que fizemos ontem entre os parlamentares para que, na próxima condução da mesa, tenhamos as 2 mulheres garantidas em um acordo de cavalheiros. Eu quero agradecer a condução de vossa excelência e dos parlamentares. Acho que foi uma conversa importante, pois fomos ouvidas. Acho importante trazer isso para o plenário, mas quero já avisar que a emenda foi retirada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Retifico: o parecer da CCJ foi aprovado com a presença de 14 deputados.

Solicito ao relator da Mesa Diretora, deputado Martins Machado, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Presidente, o parecer é pelo acatamento das Emendas nºs 1 e 3.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Até o parecer do deputado Martins Machado é

objetivo, meu Deus. Eu vou te dar um título de cidadão honorário, deputado Martins Machado, pois você merece. Cidadão honorário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Esse é bom. Fala pouco e fala bem.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 deputados.

Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 37/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado.

Vamos apreciar moções e requerimentos em bloco.

Item nº 149:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.333/2024, de autoria do Deputado Iolando, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a respeito das gratificações dos diretores e vice-diretores da rede pública do Distrito Federal".

Item nº 150:

Discussão e votação, em bloco, em turno único, das seguintes:

– Moção nº 758/2024, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que apresenta "Moção de Louvor pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, às agraciadas abaixo descritas, a serem entregues durante a 5ª Semana Legislativa pela Mulher";

– Moção nº 759/2024, de autoria do Deputado Roosevelt, que "Manifesta votos de louvor e parabeniza as mulheres que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal";

– Moção nº 760/2024, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "Manifesta votos de louvor e parabeniza as mulheres que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal";

– Moção nº 761/2024, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal na ocasião da 5ª Semana Legislativa pela Mulher";

– Moção nº 762/2024, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor aos escoteiros que especifica, em razão de suas atividades social, moral e educativa aos jovens do Distrito Federal";

– Moção nº 763/2024, de autoria do Deputado Max Maciel, que "Parabeniza e homenageia as pessoas que especifica, pela significativa contribuição para a valorização e importância das trabalhadoras domésticas e pela luta por direitos";

– Moção nº 764/2024, de autoria do Deputado Roosevelt, que "Reconhece e apresenta votos

de louvor ao 2º Sargento Marcos Jenuíno de Oliveira, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo profissionalismo e dedicação demonstrados na brilhante atuação ao salvar a vida de uma criança”;

– Moção nº 765/2024, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “Manifesta Votos de Louvor pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, às agraciadas abaixo descritas, a serem entregues durante a 5ª Semana legislativa pela Mulher”;

– Moção nº 766/2024, de autoria do Deputado Thiago Manzoni, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal”;

– Moção nº 767/2024, de autoria do Deputado Max Maciel, que “Parabeniza e homenageia as pessoas que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, a serem entregues durante a 5ª Semana Legislativa pela Mulher”.

Moções extrapauta:

– Moção nº 768/2024, de autoria do Deputado Thiago Manzoni, que “requer moção de apoio ao Congresso Nacional, a fim de que seja desagravado o Conselho Federal de Medicina – CFM quanto às ofensas recebidas em razão da publicação da Resolução CFM n. 2.378/2024”;

– Moção nº 770/2024, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “Manifesta louvor às mulheres adiante nominadas pelos relevantes serviços prestados às causas femininas”;

– Moção nº 771/2024, de autoria do Deputado Martins Machado, que “manifesta votos de Louvor e homenageia lideranças e autoridades que especifica, pelos excelentes serviços prestados à população do Varjão”;

– Moção nº 772/2024, de autoria do Deputado Martins Machado, que “manifesta votos de Louvor e homenageia Cronistas Esportivos do Distrito Federal, pelos excelentes serviços prestados ao esporte do DF”;

– Moção nº 774/2024, de autoria do Deputado Max Maciel, que “reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Embaixador Ahamed Mulay Ali Hamadi”;

– Moção nº 775/2024, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal na ocasião da 5ª Semana Legislativa pela Mulher”;

– Moção nº 776/2024, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “manifesta solidariedade ao Rio Grande do Sul pelas enchentes devastadoras”;

– Moção nº 777/2024, de autoria do Deputado Fábio Félix, “Moção de Louvor pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, às agraciadas abaixo descritas, a serem entregues durante a 5ª Semana Legislativa pela Mulher”;

– Moção nº 778/2024, de autoria do Deputado Fábio Félix, que “parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos a todos os homenageados na Audiência Pública em alusão ao dia do Assistente Social, a ser realizada no dia 16 de maio de 2024, às 10:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 779/2024, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal na ocasião da 5ª Semana Legislativa pela Mulher”;

– Moção nº 780/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor, aos profissionais de saúde que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Dia Internacional da Enfermagem – Semana Brasileira da Enfermagem”;

– Moção nº 781/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor, aos profissionais de saúde que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Dia Internacional da Enfermagem - Semana Brasileira da Enfermagem”;

– Moção nº 782/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor, a Solange Nery, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Dia Internacional da Enfermagem - Semana da Enfermagem Brasileira”;

– Moção nº 783/2024, de autoria do Deputado Martins Machado, que “manifesta votos de louvor e homenageia colaboradores do Centro Olímpico e Paralímpico que especifica, pelos excelentes

serviços prestados à população do Riacho Fundo I- RA XVII”;

– Moção nº 784/2024, de autoria da Deputada Dayse Amarilio, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à Região Administrativa do Guará (RA-X), em ocasião da solenidade em homenagem ao seu 55º aniversário”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão os requerimentos e as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam os requerimentos e as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e os requerimentos estão aprovados com a presença de 13 deputados.

As matérias seguem a tramitação regimental.

Convoco, nos termos do art. 120 do Regimento Interno e em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje com início imediato após a sessão ordinária para a discussão e votação, em segundo turno, do seguinte item:

– Projeto de Resolução nº 37/2024, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h13min.)

Observação: Nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRB – Banco de Brasília

Caps – Centro de Atenção Psicossocial

CBN – Central Brasileira de Notícias

CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal

CMI – Coordenadoria de Modernização e Informática

Cras – Centro de Referência de Assistência Social

CT – Tomografia computadorizada

ESG – Environmental, Social, Governance; em português, Meio Ambiente, Social e Governança

FAB – Força Aérea Brasileira

Fascal – Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IFB – Instituto Federal de Brasília

Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégia de Saúde do Distrito Federal

Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PET – Em português, Tomografia por Emissão de Pósitrons

PLE – Processo Legislativo Eletrônico

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

Seleg – Secretaria Legislativa

Sindivacs-DF – Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal

SLU-DF – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

TPD – Trabalho em Período Definido

UBS – Unidade Básica de Saúde

Uniceplac – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos

Unieuro – Centro Universitário Euro-Americano

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UTI – Unidade de Terapia Intensiva



## Ata Circunstanciada da 17ª Sessão Extraordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

#### ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DE 7 DE MAIO DE 2024.

INÍCIO ÀS 18H13MIN

TÉRMINO ÀS 18H25MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Nos termos do art. 120 do Regimento Interno, declaro aberta a sessão extraordinária de 7 de maio de 2024.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da mesa.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para verificação do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estão presentes 13 deputados. Há, portanto, quórum regimental.

Item nº 1:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 37/2024, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de vossa excelência. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 37/2024, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a promulgação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é para avisá-lo e já pedir o abono: eu não estarei neste plenário amanhã e na quinta-feira. Há um encontro nacional dos sindicatos e da Confederação Nacional dos Vigilantes, e eu irei participar disso. Portanto, eu não estarei presente nesta casa na quarta-feira e na quinta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, deputado Chico Vigilante. Vossa excelência fará muita falta. Mas, em breve, estaremos juntos novamente.

Mais algum parlamentar deseja usar da palavra?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, a minha questão é que, todo dia quando chegamos, vêm aqueles meninos da carreira de assistência nos entregando um panfletinho. Hoje mesmo eles estavam por aqui. O panfleto diz o seguinte: “Prezado parlamentar, o Sindivacs convida vossa excelência para participar de assembleia”.

Eles fizeram um acordo, e o governo disse que iria mandar o projeto deles. Então, eu acho que está na hora de cobrarmos o governo com mais rigor. Eu não sei qual é a opinião dos outros parlamentares, mas eu já estou com pena daqueles meninos, que vêm todo dia a esta casa. Todo dia nos cobram, todo dia nos pedem, e esse bendito projeto não vem nunca.

Portanto, se o governo fez um acordo, deputada Paula Belmonte, está na hora de cumpri-lo. Está na hora de mandar o projeto. Não dá para esses meninos ficarem nesta casa todo dia, como se estivessem mendigando um apoio.

Portanto, eu peço a vossa excelência, presidente Wellington Luiz, que envide esforços no sentido de que esse bendito projeto chegue à Câmara Legislativa, e nós temos o compromisso de votá-lo imediatamente, no dia em que ele chegar nesta casa. O que não dá é o governo fazer um acordo e agora ficar dizendo: “Depende da vontade do Ney Ferraz”.

Não creio que seja o Ney Ferraz que está segurando o projeto, até porque quem determina se o projeto virá ou não virá é o governador. Portanto, se ele fez o acordo, está na hora de cumpri-lo: que o mande ou diga definitivamente que não vai cumpri-lo, aí eles tiram isso da mente. Só não dá para todo dia nós os vermos implorando o nosso apoio. Eu creio que é unanimidade nesta casa, neste momento, que o governo cumpra aquilo que foi acordado e que mande o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Faço das suas palavras as minhas. O acordo era para que até o final de março o projeto fosse encaminhado para a Câmara Legislativa. Ele já foi votado e aprovado por esta casa na LDO, nós realmente esperamos o cumprimento dessa promessa. Nós já estamos falando de quase 2 meses de atraso. O acordo precisa ser honrado, não há outro encaminhamento senão esse.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu também vou me associar a isso. Esse é um compromisso desta casa. Vou pedir isso ao secretário Ney Ferraz, porque, pelo que os meninos do Sindivacs falaram conosco – esses meninos que nos abordam são extremamente respeitosos –, eles pedem o que lhes foi prometido. Que o secretário leve isso ao governador, e que o governador mande o projeto a esta casa para que o votemos e o aprovemos o mais rápido possível, porque é acordo. Acordo tem que ser cumprido.

Obrigado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, é importante falar sobre esse acordo. Inclusive, esse acordo de que haveria as nomeações foi feito na nossa presença.

Também quero falar sobre o impacto disso na saúde do Distrito Federal. Houve aqui uma audiência a respeito do Iges – a atenção primária, os ACS e os Avas são importantíssimos. Hoje não haveria tantas mortes se esses agentes comunitários estivessem indo às casas orientar a população.

Senhor presidente, é muito importante que esse acordo seja cumprido. Eu defendo a linha de que, se o projeto não chegou aqui, não vamos votar projeto do governo. Isso terá um impacto direto na saúde. A saúde pública do Distrito Federal gasta hoje bilhões de reais, mas a atenção primária está extremamente sucateada, não há UBS o bastante para a população. Eles são a porta de entrada da atenção primária, precisamos fazer esse esforço, sim.

O deputado Chico Vigilante e o deputado Pastor Daniel de Castro nos mostraram que nós estamos unidos em relação a isso, mas, efetivamente, nós temos que mostrar a força da casa legislativa. Todas as vezes que o governo vem com um projeto e nos pede que o votemos, nós o fazemos. Semana passada chegou um projeto. Ele nem havia passado pela comissão e precisava ser votado até o dia 30, e os 24 parlamentares votaram.

Ficam aqui o nosso pedido e o nosso registro para que reestabeleçamos a votação nesta casa dos projetos do governo depois que ele mandar esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, deputada.

Associo-me a vossa excelência. Por uma questão de justiça e para deixar bem claro isto aos deputados, eu tenho falado todos os dias com o secretário Gustavo Rocha. Eu tenho que dar aqui o testemunho de que o secretário Gustavo está cobrando isso, ele tem me dado satisfação. Inclusive, informou que tem solicitado isso ao secretário Ney Ferraz. Ficam aqui o nosso reconhecimento ao empenho do chefe da Casa Civil, doutor Gustavo Rocha, e o nosso pedido para que o secretário Ney Ferraz encaminhe esse projeto.

Isso se faz necessário. É um pedido da Câmara Legislativa, inclusive, com o empenho do nosso secretário-chefe da Casa Civil, doutor Gustavo Rocha. Então, mais uma vez, solicitamos aos representantes do governo que peçam isso ao secretário de economia, que tem sido muito atento às demandas da sociedade, mas nesse caso, como foi dito pelos deputados, há uma necessidade do cumprimento de um acordo cujo prazo já extrapolou em quase 60 dias. É de fato inaceitável. Então, fica mais uma vez o nosso pedido. Muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h25min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde

Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

Sindivacs-DF – Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal

UBS – Unidade Básica de Saúde

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 08/05/2024, às 13:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **1656230** Código CRC: **4D26C69E**.



Se você envia documentos para publicação no  
**DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA**  
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

*Use o SEI*

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

*Envie os originais*

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

*Use os modelos*

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

*Veja esse resumo*

Tahoma 12

4

5

*Cuidado com as tabelas*

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer  
um serviço de qualidade para a população do DF.



**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL